

Os horizontes da política:

**reflexões acerca das contribuições
de Nicolau Maquiavel na
contemporaneidade**

Ailton Souza & Rafael Salatini
(Organizadores)

Os horizontes da política:

reflexões acerca das contribuições de Nicolau Maquiavel na contemporaneidade

Copyright © Autores

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos dos autores.

Ailton Souza; Rafael Salatini (Organizadores)

Os horizontes da política: reflexões acerca das contribuições de Nicolau Maquiavel na contemporaneidade. São Carlos: Pedro & João Editores, 2019. 236p.

ISBN 978-85-7993-822-1

1. Estudos da política. 2. Nicolau Maquiavel. 3. Filosofia política. 4. Autores. I. Título.

CDD – 100

Capa: Andersen Bianchi

Editores: Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

Conselho Científico da Pedro & João Editores:

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/ Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi Maia (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Melo (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil)



Pedro & João Editores

www.pedroejoaoeditores.com.br

13568-878 - São Carlos – SP

2019

Sumário

PREFÁCIO	7
Isael Santana	
APRESENTAÇÃO.....	13
Ailton Souza; Rafael Salatini	
1. MAQUIAVEL E A FILOSOFIA DA HISTÓRIA.....	19
Rafael Salatini	
2. BREVE APRECIACÃO SOBRE MAQUIAVEL E OS MERCENÁRIOS NA ARTE DA GUERRA NOS SÉCULOS XV, XVI E XVII.....	49
Leandro Clemente	
3. MAQUIAVEL E OS CONDOTTIERI ITALIANOS: CASTRUCCIO CASTRACANI COMO IDEAL DO PRÍNCIPE VIRTUOSO.....	65
Anderson Piva	
4. NOTAS SOBRE A MATABILIDADE NO PRINCIPADO MODERNO: MAQUIAVEL ENTRE AUCTORITAS E POTESTAS .	79
Oswaldo Giacóia e Mario Calil	
5. MAQUIAVEL E A POLÍTICA MODERNA: NOTAS SOBRE OS FUNDAMENTOS DA SOCIABILIDADE CAPITALISTA.....	103
Jean Menezes	
6. AS CONTRIBUIÇÕES DE NICOLAU MAQUIAVEL PARA O PENSAMENTO DE ANTONIO GRAMSCI: NOTAS INTRODUTÓRIAS	119
Luciana Silva	

7. A LIÇÃO CONTEMPORÂNEA DE NICOLAU MAQUIAVEL DA NECESSIDADE DE EVITAR O ÓDIO NO JOGO DA POLÍTICA. 133 Alexandre de Castro	
8. A ETERNA BUSCA PELO EQUILÍBRIO ENTRE OS “GRANDES” E O “POVO” DE MAQUIAVEL APLICADA AO ESTADO BRASILEIRO151 Alessandro Prado	
9. ANÁLISE MAQUIAVELIANA SOBRE A PRISÃO DE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA: EXTADONO BRASIL.....169 Carlos Diniz	
10. O PENSAMENTO DE MAQUIAVEL NO MANUAL DIDÁTICO SOCIOLOGIA HOJE, PNLD 2015, 2016 e2017211 Rafael Rosa e Jemerson Almeida	
11. OS USOS E ABUSOS DAS CONTRIBUIÇÕES DE MAQUIAVEL NA SOCIEDADE CONTEMPORANEA: FACETAS DE UM DEBATE INCONCLUSO.....225 Ailton Souza	

PREFÁCIO

As leituras e interpretações do secretário florentino não perdem a atualidade. Assim, o evento que reuniu pesquisadores das mais diversas matizes trouxe um olhar sobre a sua principal obra “O Príncipe”, sem deixar de abordar aspectos inter-relacionais, ampliando uma visão por vezes simplista, que foca em uma máxima que não se encontra em sua obra mencionada, qual seja, “os fins justificam os meios”

Nesta esteira, temos que a amplitude dos conceitos aplicáveis à política ou aos fatos onde se encontre o poder, e este pode ser velado ou desvelado, mas sempre reside nas relações sociais e nas instituições, e em todas elas Maquiavel se faz presente pelos que conhecem suas obras e pelos que a desconhecem, demonstrando assim suas contribuições para revelar os súditos de qualquer tempo histórico e os príncipes, que igualmente independem da temporalidade.

Nicolau Maquiavel, em suas construções teóricas realizadas quando já havia frequentado o poder, mas encontrava-se dele afastado, permitiu essa visão da amplitude na qual se trava as mencionadas relações. A leitura de Rousseau vai nos dizer que dando a impressão de ensinar aos príncipes, dava lições ao povo.

Não se pode dizer que quem exerce o poder conhece as máximas de Maquiavel. Por vezes age aleatoriamente para a manutenção do poder se afastando da ética, mais pelo sujeito histórico que repete as práticas anteriores, e estas são em geral de rapinagem e violência, nem sempre em razão de um conhecimento teórico, conforme nos remete o autor.

Partindo da questão histórica e sua importância para Maquiavel, temos que a observação para que possa se conduzir a partir dos equívocos e sucessos do passado, essa é a consideração de uma forma de *virtù*, imprescindível ao Príncipe, e conforme menciona um dos capítulos desta obra, quem não a possui deve pelo menos “parecer ter”.

Os fatos podem se repetir, e em regra se repetem, pois a natureza ávida das pessoas muda com a cultura, mas sempre está na busca das relações de poder e de seu exercício, não se podendo, portanto, declinar da questão histórica na composição da obra do pensador florentino.

Não se pode olvidar que em Maquiavel a força deve ser elemento básico do procedimento à efetividade de suas proposições. Assim, ao analisar as tropas, em especial as mercenárias, pois por mais perigosas que sejam por vezes são necessárias, o autor aborda o tema de forma a visualizar seu papel como “ferramenta política”.

A guerra é a finalidade, não se podendo dela esquecer ou não se praticar, em especial em tempos de paz. A guerra não se faz na guerra, mas antes nos processos mentais sobre ela. Se os mais confiáveis são os servos e cidadãos, os profissionais são os que lutam por dinheiro e com todos os defeitos que trazem consigo, exercem a função para as quais foram destinados, e demonstram como foram necessárias as forças mercenárias.

A ideia de um governante nos moldes que teorizou Maquiavel perde o revestimento de pessoa humana para ser pensado como uma “instituição”, ou assim Gramsci faz a leitura desta natureza do exercício do poder, o que o afasta do conceito de moral, ou pelo menos de sua aplicabilidade como exigência de relações interpessoais.

Não se pode declinar que há sujeitos descartáveis e assim ocorre em todos os tempos, em especial sua existência não se perfaz na vida política, mas na mera sobrevivência. Assim, o mal praticado é uma necessidade/

realidade. Se a certeza do exercício do poder é a de que se pode infligir o mal, não um mal generalizado, mas o exemplar de “uma vez”, pois não se pode confundir o ditador do virtuoso.

Assim, ainda que não se possa deixar de perceber as reflexões de Foucault e suas interpretações sobre os “matáveis”, mas sem deixar de ver em Maquiavel esta natureza, o verdadeiro estado de exceção que vigora entre nós.

Maquiavel, como todos os autores, por mais visionários que sejam estão ligados a seu tempo, a sua história que forma suas convicções, e ignorar o momento em que Nicolau escreve seria descontextualizar o autor e sua obra. Como mencionado, a mesma tem caráter hermenêutico. Assim, neste sentido, analisa-se a indivíduo político sobre o qual se debruça o autor supramencionado, bem como observa o capítulo sobre a passagens de sistemas econômicos.

Fomos ou somos atingidos pelo que Maquiavel teorizou, pois permitiu aprofundadas observações e ilações sobre o poder político. Assim, Gramsci faz uma releitura que leva a questões ideológicas, determinando uma releitura a partir da concepção marxista, que vem por meio da filosofia da práxis e constrói um amálgama entre a filosofia política e, como mencionado, a ideologia.

Tendo escrito sua obra sob o domínio da perda do espaço político, provavelmente não se possa transportar o autor para a atualidade, considerando que nem mesmo o autor imaginaria a escalada do ódio que ele solenemente requisitou ser evitado pelos que se dispõem à busca pelo poder, no presente se dissemina o ódio por meio de exércitos virtuais quem têm sempre por objetivo a “eliminação do outro”

As históricas lutas entre os que desejam oprimir e o povo que não deseja ser oprimido, fazem com que desta

relação possam nascer possibilidades diversas. A análise do “Príncipe” por meio da política brasileira em poucas décadas, tem o condão de apresentar o governo dos grandes e o do povo, suas diferenças entre os objetivos, por vezes frustrados, de uma política que estivesse com os cidadãos, como pensa Maquiavel ao não abandonar o povo de sua melhor defesa.

Nesta mesma senda, uma investida no processo de encarceramento de líder popular demonstra que o poder sempre esteve presente e, muitas vezes, ou quase sempre, a serviço de uma elite, o que segundo Nicolau não há nada de errado, pois não se trata de ética, mas meramente de poder. Analisando que o abuso do poder atrairia o ódio e o Príncipe que esteja afeito à teoria sabe que este deve ser evitado, pois a revolução mora no coração daqueles que se deixam dominar, não há conquista sem que também haja submissão, mas ela não pode ser considerada permanente - eis o risco de descon siderações da lei, pois não se deve mudar leis e costumes ao adentrar em território em que não seja necessário destruir para reiniciar. Em tempos modernos a destruição é incompatível, fazê-la por meio da lei é caminhar sob o fio da navalha.

Por fim e não menos importante é saber como todo este arcabouço teórico é transmitido ou mediado aos que buscam conhecimento em idade em que as aspirações são mais inclinadas à resistência, por vezes e muitas delas são deturpadas por mini manuais, coletâneas ou apostilas que desinformam, aliadas ao pequeno lapso temporal de estudo são mais que acasos, são ideologicamente construídas para desconstrução da liberdade e, portanto, uma leitura que possa permitir a reflexão interpretativa se faz necessária, diríamos fundamental, à liberdade esquecida na pessoa humana.

Teríamos interpretações da obra e poderíamos avaliar qual tipo é a melhor, mas sabendo que não podemos

abandonar a cientificidade que é marca de um conhecimento aparado historicamente. Os equívocos sobre o autor, a quem é atribuída a concepção do mal ou ainda do afastamento de questões metafísicas, sendo o poder real e exercido, levam Maquiavel a terminar seus dias abandonado, mas deixando seu legado construído por meio da experiência palaciana e que são, em regra, desconhecidas pelos que ousam atualmente ocupar um poder de forma vulgar, que não coadunam com aquele pensamento do Príncipe.

A bela obra que tens em mão, dividida em duas partes, lhe permitirá outras reflexões ou ainda a oportunidade de encontrar perspectivas do pensamento que, como se disse, é permanente nestes mais de 500 anos de publicação.

Boa leitura!!

Dr. Isael Santana

Doutor em Filosofia do Direito pela PUC-SP e
professor da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul
– UEMS, unidade de Paranaíba – MS.

APRESENTAÇÃO

A presente obra reúne diversas abordagens que tiveram como foco as contribuições do florentino Nicolau Maquiavel. A mesma é resultado dos debates e apresentações que ocorreram no 1º *Seminário de Política Contemporânea: Leituras e interpretações de Nicolau Maquiavel: O pensamento político e as contribuições do autor florentino na política contemporânea* ocorrido em abril de 2019 na Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul – UEMS, unidade de Paranaíba-MS. O evento que reuniu pesquisadores de várias áreas e universidades do país buscou fomentar o debate acadêmico e estimular o pensamento crítico em tornos de diversas problemáticas que envolvem a sociedade brasileira. Alguns resultados dos debates que foram pauta das apresentações ao longo do evento são agora disponibilizados nesta breve obra que está organizada em duas partes.

A primeira contempla artigos que buscaram em linhas gerais captar aspectos históricos de Maquiavel. Nesta linha de abordagem o primeiro artigo intitulado “Maquiavel e a filosofia da História” de Rafael Salitini mostra uma rica e meticulosa análise da história do autor resgatando de maneira primorosa alguns detalhes da vida do autor florentino e seus principais conceitos. Além disso, oferece aos leitores um amplo quadro de referências para investigações que tenham este tema como objeto. A segunda contribuição: “Breve apreciação sobre Maquiavel e os mercenários na arte da guerra nos séculos XV, XVI e XVII” de Leandro Clemente também enfoca a lado histórico de Maquiavel, contudo, sua intenção está focada na guerra, um dos campos que consolidaram a figura Maquiavel também como estrategista. O terceiro artigo: “Maquiavel e os condottieri italianos:

Castruccio Castracani como ideal do príncipe virtuoso” de Anderson Piva busca identificar um príncipe ideal a partir de Maquiavel. Seu esforço permite também vislumbrar articulações sutis, envolvendo inclusive Shakespeare. O último texto desta primeira parte se relaciona as “Notas sobre a matabilidade no principado moderno: Maquiavel entre os auctoritas e potestas” de Oswaldo Giacóia Junior e Mário Calil que abrem o debate sobre o autor vinculando-o ao estudo da *biopolítica* a partir do paradigma metodológico diferenciado o “o *homo sacer*” e o evocando dentro da perspectiva da matabilidade.

A segunda parte desta obra envolve textos com vieses mais diferenciados entre si e com enfoque mais crítico e aplicado a uma realidade específica. O primeiro deles: “Maquiavel e a política moderna” de Jean Menezes enfatiza a partir de um breve debate sobre os fundamentos da construção da modernidade no campo da política uma relação dentro da perspectiva marxiana trazendo elementos para aprofundar os sentidos de uma sociabilidade capitalista. O texto: “As contribuições de Nicolau Maquiavel para o pensamento de Antonio Gramsci: notas introdutórias”, de Luciana Silva visa analisar algumas das contribuições de Nicolau Maquiavel (1469-1527) relacionadas ao pensamento de Antonio Gramsci (1891-1937). Dentro deste recorte a autora faz alguns apontamentos que corroboram com a perspectiva mais ampla do legado de Maquiavel.

A abordagem intitulada: “A lição contemporânea de Nicolau Maquiavel da necessidade de evitar o ódio no jogo da política” de Alexandre Castro traz à tona uma perspectiva significativa de Maquiavel, ou seja, da necessidade de evitar o ódio na política. Nesta linha debate o autor traça um panorama de Maquiavel que o mostra estratégico cenário meticuloso da política. O texto: “A eterna busca pelo equilíbrio entre os “Grandes” e o “Povo” de Maquiavel aplicada ao estado brasileiro” de Alessandro

Prado e o texto: “Análise maquiaveliana sobre a prisão de Luiz Inácio Lula da Silva: extado no Brasil” de Carlos Diniz seguem em uma mesma linha, ou seja, fazem uma correlação das contribuições da obra de Maquiavel com a realidade brasileira. O primeiro chama atenção dos contrastes da abordagem de Maquiavel e as peculiaridades com o Brasil de hoje, especialmente em relação da opressão dos “Grandes” sobre o povo. O segundo foca-se na análise maquiaveliana sobre a prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, articulando diversos cenários que colocam em xeque a perspectiva republicana de isonomia, imparcialidade e transparência do processo que culminou com sua prisão. Já o trabalho intitulado: “O pensamento de Maquiavel no manual didático de Sociologia hoje” de Rafael Rosa e Jemerson Almeida discute como o autor aparece nos livros didáticos. Finalmente fechando a coletânea o trabalho: “Os usos e abusos das contribuições de Maquiavel na sociedade contemporânea: facetas de um debate inconcluso” de Ailton Souza discute a partir do viés dos clássicos as diferentes interpretações de Maquiavel no tempo presente. O autor salienta além da recepção e interpretação diferenciada da obra no Brasil, que o debate ainda é inconclusivo para muitas assertivas.

Em linhas gerais os leitores desta obra terão muitos subsídios para discussão de um autor que ainda continua significativo, vivo e apto a trazer elementos que nos permitem olhar a realidade política por ângulos diferenciados e ao mesmo tempo oportunos, dado que algumas facetas do comportamento político ainda continuam vigorando, especialmente quando o que está em jogo é a manutenção do poder. A todos uma excelente leitura.

Dr. Ailton Souza & Dr. Rafael Salitini (Organizadores)

PRIMEIRA PARTE

1. MAQUIAVEL E A FILOSOFIA DA HISTÓRIA

Rafael Salatini¹

Do ponto de vista do tema da história, Maquiavel pode ser analisado sob duas perspectivas diferentes, concernentemente a duas disciplinas não coincidentes: a história e a filosofia da história. Entretanto, enquanto sob a primeira perspectiva a bibliografia de comentadores é crescente², o mesmo não ocorre a respeito da segunda. Em outras palavras, enquanto o tema da história em Maquiavel é cada vez mais estudado sob o ponto de vista da ciência da história (historiografia), raramente podemos encontrar um estudo sobre a relação entre Maquiavel e a filosofia da história (historicismo).

Não é inútil assinalar que muitos dos comentadores mais influentes de Maquiavel no último século foram, ou são, justamente historiadores (sejam historiadores das ideias sejam biógrafos), como é o caso de O. Tommasini, C. Benoist, P. Villari, H. Baron, F. Chabod, L. Russo, G. Sasso, F. Gilbert, R. Ridolfi, J.G.A. Pocock, Q. Skinner, M. Viroli, E. Garin, A. Tenenti e M. Senellart. Por outro lado, podemos lembrar que os grandes comentadores filosóficos de

¹ Pós-doutor em Ciência Política (USP) Pós-doutor em Sociologia (USP) Doutor em Ciência Política (USP) Mestre em Direito (Univem) Bacharel em Direito (Univem) Licenciado em Ciências Sociais (USP) Bacharel em Ciências Sociais (USP), Professor de Ciência Política da Universidade Estadual Paulista – UNESP, campus de Marília email: rafael.salatini@unesp.br

² Cf. M. Horkheimer, “Maquiavel e a concepção psicológica da história”, in M. Horkheimer, *Origens da filosofia burguesa da história*, trad. M.M. Morgado, Lisboa, Presença, 1984, pp. 15-39; e P.F. Aranovich, *História e política em Maquiavel*, São Paulo, Discurso, 2007 (307 p.).

Maquiavel no mesmo período – entre os quais se incluem L. Strauss, C. Lefort e L. Althusser³ – em geral não se preocuparam com o tema da história.

Mesmo os dois ensaios filosóficos mais importantes sobre Maquiavel publicados no século passado – refiro-me a “Nota sobre Maquiavel”⁴ (1949) de M. Merleau-Ponty, e “A originalidade de Maquiavel”⁵ (1969) de I. Berlin – também não tocam no assunto. Igualmente A. Gramsci, fautor da mais grandiosa e original interpretação sobre Maquiavel desenvolvida no século XX, quando discute o tema do historicismo, elenca autores como Vico, Hegel e Croce, e não Maquiavel, a quem recorre para formulação do conceito de “príncipe novo”, nos seus Quaderni del carcere [Cadernos do cárcere] (1929-1935 [esc.]; 1948-1951 [pub.]).

Pode-se dizer também que, entre os estudiosos do historicismo, F. Meinecke – o maior deles – não havia incluído Maquiavel na ampla lista dos pensadores historicistas quando escreveu seu clássico *Die Entstehung des Historismus* [As origens do historicismo] (1936), que começa com Shaftesbury e vai até Goethe, prendendo-se

³ Cf. L. Strauss, *Meditacion sobre Maquiavelo*, trad. C.G. Gamba, Madrid, Instituto de Estudios Políticos, 1964 (435 p.); C. Lefort, *Le travail de l'œuvre – Machiavel*, [Paris], Gallimard, [1972] (778 p.) [capítulos traduzidos: C. Lefort, “A primeira figura de uma filosofia da praxis” [III, 7] e “Sobre a lógica da força” [IV, 2], trad. Marilena de Souza Chauí, in C.G. Quirino & M.T.R. Souza (orgs.), *O pensamento político clássico* (Maquiavel, Hobbes, Locke, Montesquieu, Rousseau), São Paulo, T.A. Queiroz, 1980, pp. 05-47]; e L. Althusser, *Maquiavelo y nosotros*, ed. B.B. Alvarez, trad. B.B. Álvarez/R.S. Cedillo (A. Negri)/C.P. Campo (prefacio), Madrid, Akal, 2004 (127 p.).

⁴ M. Merleau-Ponty, “Nota sobre Maquiavel”, in M. Merleau-Ponty, *Signos*, trad. M.E.G.G. Pereira, São Paulo, Martins Fontes, 1991, pp. 237-252.

⁵ I. Berlin, “A originalidade de Maquiavel”, in I. Berlin, *Estudos sobre a humanidade – Uma antologia de ensaios*, ed. H. Hardy/R. Hausheer, trad. R. Eichenberg, São Paulo, Cia. das Letras, 2002, pp. 299-348.

aos séculos XVII a XIX, embora tenha-lhe dedicado o primeiro capítulo do livro I (ao lado de autores como G. Botero, A. Clapmar, G. Naudé, etc.) de seu igualmente clássico *Idee de Staatsräson in der neueren Geschichte* (Idéia da razão de Estado na história moderna) (1924), onde o tema da história seria analisado apenas no livro III, que aborda o historicismo alemão de Hegel, Fichte, Ranke e Treitschke⁶.

Igualmente K. Löwith, em seu amplo estudo *The meaning in history* [O sentido na história] (1949), dedicara sua atenção apenas – digo “apenas” como força de expressão – a Orósio, Agostinho, Joaquim, Bossuet, Vico, Voltaire, Hegel, Marx, Burckhardt, além dos autores iluministas e positivistas, saltando de Joaquim até Bossuet, sem lembrar de Maquiavel, que é citado apenas casualmente na obra⁷. Percebe-se que, via de regra, quando se pensa na relação de Maquiavel com a história recorre-se repetidamente à disciplina da história com mais frequência que à filosofia da história. Em outras palavras, parece que Maquiavel esteve sempre mais próximo dos historiadores que dos filósofos da história.

Uma razão simples para essa assimetria bibliográfica pode ser assinalada: estabelecer a relação de Maquiavel com a historiografia renascentista é fácil, bastando prestar a devida atenção a suas *Istorie florentine* [Histórias florentinas] (escritas entre 1520 e 1525 e publicadas em 1532) e ao pequeno *La vita di Castruccio Castracani da Lucca* [A vida de Castruccio Castracani de Luca] (escrito em 1520), que se enquadram perfeitamente no esquema dos estudos historiográficos renascentistas.

⁶ Cf. F. Meinecke, *La idea de la razón de Estado en la edad moderna*, trad. F.G. Vicen, Madrid, Instituto de Estudios Políticos, 1959 (465 p.).

⁷ Cf. K. Löwith, *O sentido da história*, trad. M.G. Segurado, Lisboa, Eds. 70, s/d (232 p.).

A relação de Maquiavel com o historicismo, do ponto de vista filosófico, entretanto, é mais complexa e requer uma análise sobre suas obras de filosofia política, como *Il principe* [O príncipe] (escrito em 1513 e publicado em 1531) e, sobretudo, os três livros que compõem os *Discorsi sopra la prima deca di Tito Livio* [Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio] (escritos entre 1513 e 1517 e publicados em 1531).

Como os estudos sobre a historiografia maquiaveliana são, ou têm se tornado, mais frequentes, que aqueles sobre o historicismo maquiaveliano, dedicarei estas páginas – que entendo como meramente introdutórias – ao tema menos lembrado. A primeira diferença entre ambas aparece no fato de que, enquanto a concepção de historiografia em Maquiavel é aquela ligada à história prudencial e aos exemplos históricos, antigos e modernos, a filosofia da história maquiaveliana consiste naquela concepção da história cíclica ou circular herdada dos antigos e repetida por inúmeros pensadores renascentistas, de Guicciardini a Vico, e aprendida com os pensadores antigos, como Políbio e Plutarco, sendo igualmente comum entre os pensadores do humanismo cívico, como Coluccio Salutati, Leonardo Bruni e Poggio Bracciolini.

Não se pode afirmar, contudo, que a divisão entre história prudencial e filosofia da história seja perfeita, estando ambas igualmente presentes, embora em graus diferentes, em todas as *grandi opere* [obras grandes] maquiavelianas. Pode-se antes ser considerado um tema como dependente do outro: a rigor, a história prudencial dependente da filosofia cíclica da história.

Começando pelo tema dependente, pode-se dizer que o tema histórico dominante em *Il principe* [O príncipe] é a história prudencial (embora seja preciso afirmar que o ciclicismo está implicitamente presente no opúsculo de 1513, podendo-se inclusive afirmar que sua compreensão

resulta prejudicada sem a recorrência à ideia de uma filosofia cíclica da história), presente em inúmeros trechos da obra, como este:

“Que ninguém se espante se, ao falar dos principados inteiramente novos quanto ao príncipe e ao governo, eu recorrer a exemplos notáveis. Como os homens trilham quase sempre caminhos abertos por outros e pautam suas ações pelas imitações, embora não possa seguir em tudo os caminhos dos outros nem igualar a virtù daqueles que imita, um homem prudente deve sempre seguir os caminhos abertos pelos grandes homens e espelhar-se nos que foram excelentes. Mesmo não alcançando sua virtù, deve pelo menos mostrar algum indício dela e fazer como os arqueiros prudentes que, julgando muito distantes os alvos que pretendem alcançar e conhecendo bem o grau de exatidão de seu arco, orientam a mira para bem mais alto que o lugar destinado, não para atingir tal altura com flecha, mas para poder, por meio de mira tão elevada, chegar ao objetivo”⁸ (VI).

A ideia central da história prudencial é a imitação. Segundo Maquiavel, quem observar atentamente a história perceberá, bastando prestar a devida atenção à *verità effettuale delle cose* [verdade efetiva das coisas], que alguns homens se destacaram enquanto outros não, assim como algumas ações renderam bons frutos, enquanto outras foram infrutuosas. Nos termos maquiavelianos, alguns homens demonstraram possuir virtù (no sentido da *antiqua virtus* [antiga virtude] romana e não da virtude cristã), enquanto outros não, da mesma forma que algumas ações são exemplo de virtù e outras não.

⁸ N. Maquiavel, *O príncipe*, trad. M.J. Goldwasser, rev. R.L. Ferreira, São Paulo, Martins Fontes, 2008 [1994], p. 23.

Nesse sentido, a prudência pode ser descrita como a arte da imitação desses “grandes homens” que se destacaram e desses “exemplos notáveis” que renderam grandes frutos, ou, em outros termos, a arte da imitação dos homens e das ações que representam a virtù. Dos dois elementos do par de conceitos eternizado por Maquiavel, fortuna e virtù, ao qual retornaremos à frente, é sobretudo a virtù, representada ora pela astúcia da raposa ora pela força do leão, duas metáforas vívidas do opúsculo escrito no exílio, que representa o objeto central a ser observado pelos homens prudentes na história, sendo a fortuna um conceito antes negativo que positivo, que representa antes o momento heterônomo que o momento autônomo da ação humana (como diria Kant), antes o momento passivo que o momento ativo da história (como diria Hegel), etc.

Quando Maquiavel afirma que, se a fortuna governa metade das ações humanas, a virtù governa a outra metade, estava empreendendo um elogio antes à virtù que à fortuna, na medida em que a segunda era à época considerada uma deusa imponente, prescindindo de elogios, enquanto a primeira havia sido totalmente esquecida pelo espírito italiano.

Mas, se a virtù representa uma característica exemplar, cuja imitação demonstra prudência, ocorre que os homens que dela demonstram dispor, como Hierão de Siracusa e Francesco Sforza, exemplos de príncipes que fizeram uso de armas e virtù próprias, cujas ações são descritas, respectivamente, no capítulo VI e no capítulo VII da pequena obra, não são figuras exemplares senão porque são figuras excepcionais, sendo a própria virtù uma característica excepcional.

Assim, ocorre uma pequena distinção entre a virtù e a prudência que deve ser observada: a segunda consiste na imitação da primeira, logo, se não se distancia dela também não se confunde com ela. Dessa forma, aos homens de

pouca ou nenhuma virtù, resta a possibilidade de aparentar tê-la (o tema da aparência em Maquiavel é também muito importante) mais que efetivamente tê-la, de modo que, usando as palavras do trecho acima, “um homem prudente deve sempre seguir os caminhos abertos pelos grandes homens e espelhar-se nos que foram excelentes” e, “mesmo não alcançando sua virtù, deve pelo menos mostrar algum indício dela”. A metáfora dos arqueiros que apontam para além do alvo que pretendem acertar descreve perfeitamente desta ideia.

Por fim, a história prudencial não se trata de outra coisa que do relato histórico desses grandes homens e seus grandes feitos do passado para efeito de imitação no presente. Quem percorrer as páginas de qualquer grande obra maquiaveliana encontrará inúmeros relatos de homens de virtù como Cesare Borgia e seus feitos (havendo ao menos um caso de mulher de virtù: Caterina Sforza), oferecidos como modelo de imitação, lado a lado com o relato dos erros e da falta de virtù de alguns homens, como Piero Soderini, que servem de contra-exemplos.

Os primeiros devem ser imitados; os segundos, não. Mas, ainda que Maquiavel se sirva indistintamente de exemplos antigos e modernos (pautando-se antes pela notabilidade do exemplo que pelo período histórico de onde é retirado), não é difícil de se notar que, para o secretário florentino, assim como para a maior parte dos pensadores renascentistas, de Pico a Vico, é na antiguidade clássica que se encontrará uma fonte inesgotável de exemplos dignos de imitação pelos homens modernos.

Neste trecho do preâmbulo do livro I dos Discorsi sopra la prima deca di Tito Livio [Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio], transparece o elogio dos antigos, em especial no que se refere às questões políticas:

“No entanto, na ordenação das repúblicas, na manutenção dos estados, no governo dos reinos, na ordenação das milícias, na condução da guerra, no julgamento dos súditos, na ampliação dos impérios, não se vê príncipe ou república que recorra aos exemplos dos antigos. E creio que isso provém não tanto da fraqueza à qual a atual religião conduziu o mundo, ou do mal que um ambicioso ócio fez a muitas regiões e cidades cristãs, quanto do fato de não haver verdadeiro conhecimento das histórias, de não se extrair de sua leitura o sentido, de não se sentir nelas o sabor que tem. Motivo por que infinitas pessoas que as lêem sentem prazer em ouvir a grande variedade de acontecimentos que elas contêm, mas não pensam em imitá-las, considerando a imitação não só difícil como também impossível; como se o céu, o sol, os elementos, os homens tivessem mudado de movimento, ordem e poder, distinguindo-se do que eram antigamente”⁹.

Concernentemente à política, objeto de maior atenção por parte de Maquiavel, o grande exemplo antigo se encontrará entre os antigos romanos, que constituíram um memorável império, mais que entre os antigos gregos, que se desintegraram em conflitos fratricidas. Não por outro motivo, Maquiavel dedicará inúmeras páginas de *Il principe* [O príncipe] ao elogio dos imperadores romanos. Não contente, dedicará ao mesmo tema toda uma obra monumental como os *Discorsi sopra la prima deca di Tito Livio* [Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio] (à qual já fazia referência no capítulo segundo da primeira obra), onde a república romana é oferecida como exemplo para imitação do ponto de vista interno (livro I), o império romano como exemplo para imitação externamente (livro II) e alguns grandes indivíduos romanos como exemplo

⁹ N. Maquiavel, N. Maquiavel, *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, trad. s/n, rev. P.F. Aranovich, São Paulo, Martins Fontes, 2007, pp. 06-07.

para imitação do ponto de vista individual (livro III) por parte de Florença, sua amada pátria.

Assim, aquilo que em Il principe [O príncipe] ocorre acidentalmente (o elogio dos romanos), nos Discorsi sopra la prima deca di Tito Livio [Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio] jorrará como água em mais de uma centena e meia de capítulos dedicados aos mais variados temas políticos como, para citar as ações mencionadas no trecho acima, a ordenação das repúblicas, a manutenção dos estados, o governo dos reinos, a ordenação das milícias, a condução da guerra, o julgamento dos súditos, a ampliação dos impérios etc. Embora a política seja uma invenção grega, Maquiavel acredita que os romanos a aperfeiçoaram incrivelmente (como outros autores que preferem Roma à Grécia, entre os quais Bodin, Vico, Montesquieu, Rousseau, Hegel, etc.).

A imitação dos antigos depende, entretanto, de um princípio mais fundamental, típico das filosofias da história cíclicas, que transparece no trecho que lembra aos esquecidos “como se o céu, o sol, os elementos, os homens tivessem mudado de movimento, ordem e poder, distinguindo-se do que eram antigamente”. Isso porque, imediatamente ligada ao tema da imitação, ocorre o tema da imutabilidade das coisas, incluindo a imutabilidade dos homens, que aflora neste trecho do capítulo 39 do livro I dos Discorsi sopra la prima deca di Tito Livio [Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio]:

“Quem considere as coisas presentes e as antigas verá facilmente que são sempre os mesmos os desejos e os humores em todas as cidades e em todos os povos, e que eles sempre existiram. De tal modo que quem examinar com diligência as coisas passadas facilmente preverá as futuras, em qualquer república, prescrevendo os remédios que foram usados pelos antigos; ou, se não encontrar remédios

já usados, pensará em novos, devido à semelhança dos acontecimentos. Mas, como essas considerações são negligenciadas ou não entendidas por quem lê, ou, se são entendidas, não são conhecidas por quem governa, segue-se que sempre se vêem os mesmos tumultos em todos os tempos”¹⁰.

Os homens e as ações só podem ser imitados porque a ordem do mundo e das coisas é imutável. Nihil sub sole novi [Nada de novo sob o sol] é uma expressão que agradaria muito a Maquiavel (diferentemente de Montesquieu, por exemplo, que preferiria a expressão *Outres temps, autres moeurs* [Outros tempos, outros

¹⁰ N. Maquiavel, Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio, op. cit., p. 121. Neste pequeno trecho do capítulo 11 do livro I da mesma obra, a idéia se repete: “E que ninguém tema não poder conseguir o que foi conseguido por outro; pois os homens – como dissemos em nosso prefácio – nasceram, viveram e morreram, sempre, segundo uma mesma ordenação” (N. Maquiavel, Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio, op. cit., p. 52). Novamente, neste outro trecho da obra, retirado agora do preâmbulo do livro II, a mesma idéia reaparece: “Repito, portanto: é verdade que se tem o costume do louvar e reprovar, mas nem sempre é verdade que erra quem o faz. Porque às vezes é mister que o julgamento dos homens seja verdadeiro; pois, como estão sempre em movimento, as coisas humanas ora sobem, ora descem. E uma cidade ou uma província que é ordenada para a vida política por algum homem excelente, graças à virtude de tal ordenador, durante certo tempo cresce e caminha sempre para o melhor. Quem nascer então em tal estado e louvar mais os tempos antigos que os modernos se enganará; e seu engano será causado por aquelas coisas de que acima falamos. Mas não se enganarão nisso os que nascerem depois, naquela cidade ou naquela província, quando tiver chegado o tempo do seu declínio para os tempos mais desfavoráveis. E, pensando no modo como tais coisas acontecem, concluo que o mundo sempre foi de um mesmo modo, que nele sempre houve o bom e o mau, mas que há variações entre este mau e este bom, de uma província para outra, conforme se vê pelo conhecimento que temos dos reinos antigos, que variaram de um para o outro de acordo com a variação dos costumes, embora o mundo permanecesse sempre o mesmo” (N. Maquiavel, Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio, op. cit., pp. 178-179).

modos]). A mesma ideia, focalizando a imutabilidade dos homens, aparece na carta diplomática “Del modo di trattare i popoli della Val di Chiana ribellati” [Do modo de tratar os povos rebelados do Vale do Chiana] (1502), quando se afirma que “ouvi dizer que a história é a mestra das nossas ações e máximas dos príncipes e o mundo foi sempre, de certo modo, habitado por homens que têm tido sempre as mesmas paixões e sempre existiu quem serve e quem manda, e quem serve de má vontade e quem serve de bom grado, e quem se rebela e quem se rende”¹¹.

Conceber a coisas e os homens como imutáveis não significa, entretanto, afirmar que não haja qualquer diferença entre os tempos e os modos, mas que essas diferenças são, ao fim e ao cabo, aparentes e não essenciais. A distinção entre aparência e essência (podendo a imutabilidade ser considerada uma característica essencial e não aparente da realidade) é inerente a qualquer pensador que, como Maquiavel, se coloca o objetivo de analisar, como afirma no capítulo XV de *Il principe* [O príncipe], a *verità effettuale delle cose* [verdade efetiva das coisas].

Com relação à filosofia cíclica da história, pode-se dizer que sua conciliação com a concepção da imutabilidade das coisas e dos homens depende da devida compreensão dessas duas dimensões da realidade, a aparente e a essencial, uma vez que, colocadas imutabilidade e ciclicismo no mesmo plano, seja o plano aparente seja o plano essencial, ocorreria uma contradição lógica: a imutabilidade requer que as coisas e os homens não mudem, enquanto o ciclicismo (assim como qualquer concepção da história que não seja estacionária) requer

¹¹ N. Maquiavel, *Escritos políticos*, trad. L. Xavier, São Paulo, Folha de S.Paulo, 2010, p. 66.

que as coisas e os homens mudem, portanto imutabilidade e mudança só podem ser conciliadas em planos distintos.

Se os antigos servem de modelo para imitação dos modernos, é porque as mudanças visíveis entre a antiguidade e a modernidade são aparentes, num plano, enquanto tanto o mundo quanto os homens são essencialmente os mesmos, em outro plano. A imutabilidade, característica essencial das coisas e dos homens, tem amplo alcance para Maquiavel, sendo válida, a rigor, tanto em termos geográficos, o que se entende da expressão “são sempre os mesmos os desejos e os humores em todas as cidades e em todos os povos”, quanto em termos históricos, o que se pode entender da expressão “que eles sempre existiram”.

Mas dois outros elementos ainda transparecem do trecho acima, um positivo e outro negativo: a previsibilidade e a negligência quanto à imutabilidade. Uma das características positivas mais importantes da concepção de imutabilidade – que aproxima Maquiavel das ciências empíricas contemporâneas – é a ideia de previsibilidade: se as coisas e os homens são imutáveis, “quem examinar com diligência as coisas passadas facilmente preverá as futuras”, podendo-se para os mesmos problemas enfrentados no passado prescrever os mesmos remédios ou, se não forem encontrados tais remédios, pensar em novos com base na semelhança das coisas.

Por outro lado, uma característica negativa da imutabilidade é que, como se trata de uma característica essencial, mas não aparente, é comum que sua existência seja negligenciada pelas pessoas e, com mais gravidade, pelos governantes (especialmente aqueles sem virtù), do que “segue-se que sempre se vêem os mesmos tumultos em todos os tempos”.

Mas aqui já superamos o tema da história prudencial, dominante em *Il principe* [O príncipe], e adentramos bastante no tema da filosofia cíclica da história, dominante nos *Discorsi sopra la prima deca di Tito Livio* [Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio] (mas presente igualmente em todas as outras obras políticas), tema que pode ser considerado determinante e não dependente.

Concernentemente ao tema da filosofia da história, não é difícil notar, em especial ao serem lidos os *Discorsi sopra la prima deca di Tito Livio* [Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio], onde este tema aparece de forma explícita, que Maquiavel espousa uma filosofia cíclica da história, comum entre os pensadores renascentistas¹², inspirada na leitura direta dos historiadores da antiguidade clássica, em especial os historiadores de Roma, como

¹² F. Guicciardini escrevera (em carta a Maquiavel, de 18 de maio de 1521) que “mudados o solo, e o rosto dos homens, e as cores extrínsecas, as mesmas coisas retornam todas; não vemos nenhum acontecimento que já não tenha sido visto em outros tempos. Mas mudar os nomes e as figuras faz com que só os prudentes as reconheçam: e contudo é boa e útil a história, porque te coloca adiante e te faz reconhecer e rever aquilo que nunca conheceras nem viras” (Citado em N. Bobbio & M. Viroli, *Diálogo em torno da república – Os grandes temas da política e da cidadania*, trad. D.B. Versiani, Rio de Janeiro, Campus, 2002, pp. 85-86 [também publicado como: N. Bobbio & M. Viroli, *Direitos e deveres na república – Os grandes temas da política e da cidadania*, trad. D.B. Versiani, Rio de Janeiro, Elsevier, 2007, pp. 83-84]). Também F. Bacon (não seria inútil lembrar quantas vezes Bacon cita Maquiavel em suas obras) afirma o seguinte, em seus *Essays* [Ensaio] (1597 [1ª ed.], 1625 [2ª ed. aumentada]): “Na mocidade de um Estado, florescem as armas; na idade madura, florescem as belas-artistas, depois progredem ambas por algum tempo; na idade de declínio florescem as artes mecânicas e o comércio. O saber tem a sua infância, quando está em seus começos como toda a criança; tem depois a sua juventude, quando é luxuriante e atrevido; depois a maturidade quando é sólido e refletido; e, finalmente, a velhice, em que se torna seco e exausto. Mas não é bom olhar muito para estas moventes rodas da vicissitude que causam vertigem” (F. Bacon, *Ensaio*, trad. A. Ribeiro, Lisboa, Guimarães, 1992, p. 196).

Políbio e Tito Lívio, à qual se oporá a filosofia da história linear, seja progressista seja regressista, típica do pensamento cristão (pense-se em Agostinho) e do pensamento iluminista-romântico (pense-se em Kant e Hegel entre os progressistas) e niilista (pense-se em Weber e Spengler entre os regressistas).

Maquiavel expõe sua visão cíclica da história em mais de um trecho dos *Discorsi sopra la prima deca di Tito Livio* [Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio], a começar pelo seguinte trecho, retirado do capítulo 2 do livro I, onde depois de comentar, no que se refere à teoria das formas de governo – numa passagem que reproduz praticamente *ipsis literis* as palavras polibianas expostas no livro VI de *Historiae* [História] –, a passagem do principado à tirania, da tirania ao governo dos ótimos, do governo dos ótimos ao governo de poucos, do governo de poucos ao governo popular, do governo popular ao governo licencioso e do governo licencioso novamente ao principado, escreve:

“E esse é o ciclo segundo o qual todas as repúblicas se governaram e governam, mas raras vezes retornam aos mesmos governos, porque quase nenhuma república pode ter tanta vida que consiga passar muitas vezes por tais mutações e continuar em pé. Mas muitas vezes ocorre que, passando uma república por tais reveses e faltando-lhe sempre discernimento e forças, acaba ela por se tornar súdita de algum estado próximo que seja mais bem ordenado que ela: mas, supondo-se que isso não ocorresse, uma república seria capaz de ficar passando por tempo infinito de um desses governos a outro”¹³.

Maquiavel foi um pensador principalmente político, interessado na fenomenologia da instituição do Estado e suas

¹³ N. Maquiavel, *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, op. cit., p. 17.

diversas formas, dos principados às repúblicas, assim como na figura dos governantes e seus diversos tipos, dos governantes celerados aos governantes civis. Uma forma de apontar essa preocupação central consiste justamente em observar o principal uso atribuído pelo autor à concepção cíclica da história, representado pela imputação de um movimento cíclico à mudança das formas de governo. Enquanto em *Il principe* [O príncipe] Maquiavel havia apresentado apenas duas formas de governo, as repúblicas e os principados (divisão que, a rigor, será repetida em todas as suas *grandi opere* [obras grandes], inclusive na maior parte dos *Discorsi sopra la prima deca di Tito Livio* [Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio]), representando uma incrível revolução na concepção clássica das formas de governo, sêxtupla, conhecida desde Heródoto até Marsílio (e que ainda seria repetida de Hobbes a Kant), nos capítulos iniciais dos *Discorsi sopra la prima deca di Tito Livio* [Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio], o secretário florentino apresenta uma reprodução da teoria sêxtupla das formas de governo (que, como já dito, não será mantida no restante da obra) com o único objetivo de explicitar a mudança cíclica das formas de governo.

Esse objetivo transparece da inspiração existente no capítulo: Políbio, que também possui uma concepção cíclica da mudança das formas de governo, e não Platão ou Aristóteles (o texto básico sobre a teoria das formas de governo de Cícero só seria redescoberto em meados do século XIX), como praticamente todos os pensadores políticos haviam feito até então (os autores patrísticos inspirados em Platão e os escolásticos em Aristóteles), e continuariam fazendo depois.

Todavia, não seria honesto imputar a Maquiavel a pecha de mero copiadador de Políbio, porque há uma divergência relevante entre ambos: enquanto Políbio apresenta um ciclicismo perfeito, segundo o qual, depois

de completo o ciclo, volta-se inevitavelmente ao início, ad eternum [eternamente], Maquiavel oferece um ciclicismo imperfeito, onde, depois de terminado o ciclo, dificilmente volta-se para o início, “porque quase nenhuma república pode ter tanta vida que consiga passar muitas vezes por tais mutações e continuar em pé”.

À teoria polibiana, que se refere a mudanças das formas de governo tomada apenas do ponto de vista interno, Maquiavel acrescentará uma hipótese externa: “muitas vezes ocorre que, passando uma república por tais reveses e faltando-lhe sempre discernimento e forças, acaba ela por se tornar súdita de algum estado próximo que seja mais bem ordenado que ela”. Não fosse isso, o ciclicismo maquiaveliano seria igualmente perfeito e as repúblicas seguiriam mudando sua forma, no sentido principado → tirania → governo dos ótimos → governo de poucos → governo popular → governo licencioso → principado, “por tempo infinito”.

Perceba-se, ademais, que a sequência parte de uma forma boa e segue alternando formas más e boas até se encerrar numa forma má (que será seguida, caso se volte ao início, pela forma boa inicial), o que, em outras palavras, significa que o motor inicial do ciclo não é a correção da forma má, mas a corrupção da forma boa. A única forma de interromper positivamente o ciclo passa, portanto, pela constituição de uma forma de governo que seja boa e não se corrompa facilmente, encontrada por Maquiavel, inspirado ainda em Políbio (que também inspiraria Cícero), no governo misto¹⁴. Para entender, portanto, o movimento

¹⁴ Maquiavel escreve o seguinte sobre o governo misto em Roma, no capítulo 2 do livro I dos *Discorsi sopra la prima deca di Tito Livio* [Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio]: “E foi-lhe [a Roma] tão favorável a fortuna que, embora se passasse do governo dos reis e dos *optimates* ao povo, por aquelas mesmas fases e pelas mesmas razões acima narradas, nunca se privou de autoridade o governo régio

do ciclicismo histórico maquiaveliano é preciso analisar o tema da corrupção.

O tema da corrupção aparece em inúmeros trechos dos *Discorsi sopra la prima deca di Tito Livio* [Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio], dentre os quais escolho, para efeito de ilustração, o seguinte (retirado do capítulo 1 do livro III), por apresentar uma relação direta entre corrupção e ciclicismo:

“A grande verdade é que todas as coisas do mundo têm seu tempo de vida; mas as que seguem todo o curso que lhes é ordenado pelo céu geralmente são aquelas cujo corpo não se desordena, mas se mantêm de modo ordenado, sem alterações, ou, se as houver, com alterações que o tornem mais saudável, e não o danifiquem. E como estou falando de corpos mistos, como as repúblicas e as seitas, digo que são saudáveis as alterações que as levam de volta aos seus princípios. Portanto, são mais bem ordenadas e têm vida mais longa aquelas que, mediante suas ordenações, podem renovar-se muitas vezes, ou que, por algum acontecimento independente de tal ordenação, procedem a tal renovação. E é mais claro que a luz o fato de que, não se renovando, tais corpos não duram. Para renová-los, como dissemos, é preciso fazê-los voltar aos seus princípios. Porque todos os princípios das seitas, das repúblicas e dos reinos hão de ter em si alguma bondade, pela qual retomem o prestígio e o vigor iniciais. E, como, com o passar do tempo, essa bondade se corrompe, esse corpo haverá de,

para dá-la aos optimates; e não se diminuiu de todo a autoridade dos optimates, para dá-la ao povo; mas, permanecendo mista, constituiu-se uma república perfeita: perfeição a que se chegou devido à desunião entre plebe e senado [...]” (N. Maquiavel, *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, op. cit., p. 19). Sobre a história do governo misto, cf. N. Bobbio, “Governo misto”, in N. Bobbio, N. Matteucci & G. Pasquino (orgs.), *Dicionário de política*, trad. C.C. Varrialle et al., Brasília, UnB, 1992, vol. 1, pp. 555-560.

necessariamente, morrer, se nada ocorrer que o reconduza às condições iniciais”¹⁵.

Não se deve confundir imutabilidade com infinitude, pois, se as coisas e os homens são imutáveis, em sua essência, também são inescapavelmente finitos, segundo se diz que “todas as coisas do mundo têm seu tempo de vida”. Segundo Maquiavel, cada coisa possui um curso a cumprir, que pode seguir de duas formas, ordenado e desordenado, enquanto o curso desordenado pode ser regressivo (a curva descendente do ciclo) ou progressivo (a curva ascendente do ciclo).

De forma idêntica ocorre com os Estados. Felizes são os Estados que não se desordenam, que nascem perfeitos e se mantêm perfeitos ao longo do tempo, ou ao menos ao longo de muito tempo (como Esparta, cujas leis foram dadas de uma vez só por Licurgo, com grande competência). Mas ocorre que a maior parte dos Estados desenvolve-se, a exemplo de Roma, segundo um curso desordenado, que pode ser regressivo ou progressivo, segundo as desordens, respectivamente, tornem o Estado “mais saudável” ou “danifiquem[-no]” (sendo, inobstante, a progressão e a regressão infinitas incompatíveis com uma concepção cíclica da história).

Segundo Maquiavel, que parte do pressuposto de que os Estados nascem bons (a rigor, numa concepção cíclica da história, no início pode estar tanto o bem quanto o mal, segundo se considere que o início do ciclo está na fase ascendente ou na fase descendente), a primeira e natural forma de desordem são os momentos regressivos, em que os Estados se distanciam do início, o que é chamado genericamente de corrupção.

¹⁵ N. Maquiavel, Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio, op. cit., pp. 305-306.

Os momentos progressivos são justamente aqueles em que o Estado retorna ao início (outro grande tema maquiaveliano é a questão da renovação política: o príncipe novo, o Estado novo, etc.). No início está o bem; no final, o mal (que, num ciclicismo perfeito, retorna depois ao bem e depois ao mal e depois, etc.). Para Maquiavel, a corrupção é natural e ocorre simplesmente pelo passar do tempo, ao passo que o retorno ao início consiste num movimento que não está inscrito necessariamente na natureza, já que, como vimos com relação às formas de governo, ao final do curso o “corpo haverá de, necessariamente, morrer, se nada ocorrer que o reconduza às condições iniciais”.

A corrupção dos Estados é o grande tema das obras políticas de Maquiavel, contra a qual emprega todo o seu esforço intelectual: a corrupção da Itália em *Il principe* [O príncipe] e a corrupção de Florença nos *Discorsi sopra la prima deca di Tito Livio* [Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio] (e nas entrelinhas das *Istorie florentine* [Histórias florentinas]). Para ambos os Estados, a solução está na imitação dos grandes Estados, o império romano e a França de Luís XII, no primeiro caso, e as repúblicas romana e veneziana, no segundo (em ambos os casos, transparece com maior intensidade o exemplo romano).

Por fim, não é preciso lembrar que Maquiavel encontra o ímpeto de renovação e combate à corrupção dos Estados no conceito de *virtù* (ἀρετή [arethè] para os gregos), com o que voltamos, ciclicamente, ao conceito inicial. Pode-se dizer, assim, que o tema máximo da filosofia da história maquiaveliana se encontra justamente em seu mais famoso par de conceitos, que aparece em todas as suas *grandi opere* [obras grandes]: a fortuna e a *virtù*. Neste trecho do livro V das *Istorie florentine* [Histórias florentinas], Maquiavel expõe de forma bastante interessante esse ponto, relacionando-o com o tema do ciclicismo:

“As províncias, na maioria das mudanças que sofrem, costumam sair da ordem e entrar na desordem, para depois passarem de novo da desordem à ordem; porque, não permitindo a natureza que as coisas mundanas tenham parada, quando elas chegam à sua máxima perfeição, não podendo subir mais, é mister que desçam; e, assim também, depois de descerem e pelas desordens chegarem à máxima baixaza, como já não podem descer, haverão necessariamente de subir, e, assim, sempre se desce do bem ao mal, e do mal se sobe ao bem. Porque a virtù gera a tranquilidade, a tranquilidade gera o ócio; o ócio, a desordem, e a desordem, ruína; de modo semelhante, da ruína nasce a ordem; da ordem, a virtù; desta, a glória e a boa fortuna”¹⁶.

A rigor, a filosofia da história cíclica é mais completa e abrangente que as filosofias da história lineares, pois enquanto estas se dividem em filosofias progressistas, que explicam perfeitamente bem os momentos positivos da história, não explicando os momentos de decadência, e regressistas, que explicam com mais diligência os momentos negativos da história, deixando sem compreensão os momentos de ascensão, a filosofia cíclica inclui tanto uma dimensão progressista quanto uma dimensão regressista, explicando tanto os momentos ascendentes quanto os momentos decadentes da história.

Assim, ao optar por uma filosofia cíclica da história, rompendo com o modelo medieval linear (cristão), Maquiavel recusa tanto a ideia de que a história possua apenas momentos decadentes, onde predomina a corrupção (o que o levaria a ter de aceitar a situação histórica tanto da Itália quanto de Florença em sua época), quanto a ideia de que possua apenas momentos

¹⁶ N. Maquiavel, *História de Florença*, trad. s/n, rev. P.F. Aranovich, São Paulo, Martins Fontes, 2007, p. 281.

ascendentes, afirmando que a história é composta de momentos de ascendência e de descendência, de momentos de ordem e de desordem, de momentos onde predomina o bem e momentos onde se sobressai o mal, passando sucessivamente de um a outro.

Exatamente como num círculo, existe um limite máximo para a ascensão, depois do qual só resta começar a descender, assim como, inversamente, existe um limite máximo para a decadência depois do qual só resta começar a subir novamente. A “máxima perfeição” e a “máxima baixeza”, para Maquiavel, são polos opostos, os quais, ciclicamente, todos os Estados tendem a conhecer.

Se seguirmos a sequência descrita no trecho acima, o momento descendente do ciclo é composto pelas seguintes etapas gerais: “a virtù gera a tranquilidade, a tranquilidade gera o ócio; o ócio, a desordem, e a desordem, ruína”; enquanto o momento ascendente é composto pelas etapas descritas da seguinte maneira: “de modo semelhante, da ruína nasce a ordem; da ordem, a virtù; desta, a glória e a boa fortuna”. Vê-se que os momentos ascendente e descendente possuem esquematicamente as mesmas etapas, embora invertidas.

O conceito de virtù está presente em ambos os momentos, ora como início ora como fim, como início do curso decrescente e como fim do curso ascendente, antes apenas da glória e da boa fortuna, que nascem justamente da virtù. Da virtù nasce a boa fortuna; da má fortuna nasce a virtù. Como em todo ciclo, o fim e o início se confundem.

Vê-se que, para Maquiavel, a virtù é um elemento especial do ciclo histórico: uma vez que está inscrita necessariamente tanto no curso ascendente quanto no curso descendente, trata-se da dimensão renovadora do próprio ciclo, pela qual os homens alteram o curso da própria história, tanto para melhor quanto para pior. Não por outro motivo, a virtù é costumeiramente considerada

pelos comentadores da obra maquiaveliana como o grande elemento subjetivo da história (enquanto a fortuna é considerada o grande elemento objetivo).

A concepção circular da história oferece grandes ensinamentos tanto àqueles que são pessimistas e acreditam na corrupção ilimitada das coisas, quanto àqueles que são otimistas, e acreditam no aperfeiçoamento interminável das coisas, duas formas unilaterais de pensar a história.

Dois séculos depois da publicação dos *Discorsi sopra la prima deca di Tito Livio* [Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio], a filosofia circular da história ainda seria desenvolvida na obra de Vico, que fora leitor tanto de Políbio quanto de Maquiavel. A filosofia da história viquiana, chamada *storia ideale eterna* [história ideal eterna], exposta em seu monumental *Principi di scienza nuova* [Princípios de ciência nova] (1725 [1ª ed.]; 1730 [2ª ed.]; 1744 [3ª ed.]), contrapunha circularmente aos *corsi* [cursos] – cuja seqüência incluía, progressivamente, depois do *stato ferino* [estado bestial] inicial, as famílias, as repúblicas aristocráticas, as repúblicas populares e as monarquias – os *recorsi* [recursos], que consistem na regressão das etapas anteriores, dos quais o maior período conhecido era justamente o período medieval composto pela fragmentação política que fizera com que a Itália “se reduzisse aos termos em que se encontra atualmente, e fosse mais escrava que os hebreus, mais serva que os persas, mais dispersa que os atenienses, sem chefe, sem ordem, derrotada, espoliada, dilacerada, devastada, e tivesse suportado todo tipo de ruína”¹⁶, como a apresentaria Maquiavel no capítulo XXVI de *Il principe* [O príncipe].

Enquanto Hegel será o maior filósofo da história progressista, entre os modernos, Vico será o maior filósofo da história cíclica (dois grandes admiradores do pensamento historicista maquiaveliano).

Bibliografia primária

- MAQUIAVEL, Nicolau. “A vida de Castruccio Castracani de Lucca”. In: MAQUIAVEL, Nicolau. *História de Florença*. Trad. s/n. Rev. Patrícia Fontoura Aranovich. São Paulo: Martins Fontes, 2007, pp. 559-595.
- MAQUIAVEL, Nicolau. “Discurso sobre as coisas florentinas depois da morte de Lourenço Medici o jovem”. Trad. Joel César Bonin. Rev. José Luiz Ames. *Tempo da Ciência*, v. 15, n. 30, 2008, pp. 09-20. [Disponível em: <http://erevista.unioeste.br/index.php/tempodaciencia/article/view/1979/1563>] MAQUIAVEL, Nicolau. *A arte da guerra*. Trad. s/n. Rev. Patrícia Fontoura Aranovich. São Paulo: Martins Fontes, 2006. (251 p.)
- MAQUIAVEL, Nicolau. *Diálogo sobre nossa língua e Discurso sobre as formas de governo de Florença*. Org. H. Adverse. Trad. H. Adverse / G. Pancera. Belo Horizonte: UFMG, 2010. (101 p.)
- MAQUIAVEL, Nicolau. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*. Trad. s/n. Rev. Patrícia Fontoura Aranovich. São Paulo: Martins Fontes, 2007. (471 p.)
- MAQUIAVEL, Nicolau. *Escritos políticos*. Trad. L. Xavier. Bauru, SP: Edipro, 1995. (112 p.) [Também como: MAQUIAVEL, Nicolau. *Escritos políticos*. Trad. L. Xavier. São Paulo: Abril Cultural, 1983, pp. 115-219.]
- MAQUIAVEL, Nicolau. *História de Florença*. Trad. s/n. Rev. Patrícia Fontoura Aranovich. São Paulo: Martins Fontes, 2007. (611 p.)
- MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. Trad. Maria Júlia Goldwasser. Rev. Zelia de Almeida Cardoso / Patrícia Fontoura Aranovich / Karina Jannini. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011. (197 p.)
- MAQUIAVEL, Nicolau. *Política e gestão florentina*. Trad. Renato Ambrosio. São Paulo: FSJ, 2010. (138 p.) [Disponível em: https://eaesp.fgv.br/sites/eaesp.fgv.br/files/arquivos/maquiavel_politica_e_gestao_florentina.pdf]

MAQUIAVEL, Nicolau. “Ghiribizzi ao Soderini”. Trad. Patrícia Aranovich. Cadernos Espinosanos, n. 32, jan.-jun. 2015, pp. 265-278. [Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/epinosanos/article/view/102698/100938>]

MAQUIAVEL, Nicolau. “Di Fortuna e Dell’Occasione”. Trad. Patricia Fontoura Aranovich. Cadernos de Ética e Filosofia Política, n. 18, 2011, pp. 231-247. [Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/cefp/article/view/55731/59147>]

Bibliografia secundária (livros)

BARINCOU, Edmond. Maquiavel por ele mesmo. Trad. A. Los Santos. Brasília: UnB, 1991. (172 p.)

BARON, Hans. En busca del humanismo cívico florentino – Ensayos sobre el cambio del pensamiento medieval al moderno. Trad. M.A.C. Ocampo. México: FCE, 1993. (434 p.)

CHABOD, Federico. Escritos sobre Maquiavelo. Trad. R. Ruzo. México: FCE, 1994 [1984]. (424 p.)

CHEVALLIER, Jean-Jacques. As grandes obras políticas de Maquiavel a nossos dias. Trad. L. Christina. Rio de Janeiro: Agir, 2001. (446 p.)

DE GRAZIA, Sebastian. Maquiavel no inferno. Trad. D. Bottman. São Paulo: Cia. das Letras, 1993. (457 p.)

DUVERNOY, Jean-François. Para conhecer o pensamento de Maquiavel. Trad. S. Bastos. Rev. A.V. Freitas / L. Di Marco / R.P. Silva. Porto Alegre: L&PM, 1984. (324 p.)

FREDERICO [II]. O Anti-Maquiavel. Trad. C. Soveral. Lisboa: Guimarães, [1955], pp. 139-288.

FROSINI, Fabio. Maquiavel – O revolucionário. São Paulo: Idéias e Letras, 2016. (297 p.)

GAILLE-NIKODIMOV, Marie. Maquiavel. Trad. P.E. Duarte. Lisboa: Eds. 70, 2008. (221 p.)

GAUTIER-VIGNAL, Louis. Maquiavelo. Trad. J.J. Utrilla. Mexico: FCE, 1993. (117 p.)

GRANADA, Miguel Angel. Cosmologia, religion y politica en el Renacimiento – Ficino, Savonarola, Pomponazzi, Maquiavelo. Barcelona: Anthropos, 1988. (271 p.) HALE, John R. Maquiavel e a Itália da Renascença. Trad. W. Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1963. (201 p.)

HIBBERT, Christopher. Ascensão e queda da casa dos Médici – O Renascimento em Florença. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Cia. das Letras, 1993. (308 p.)

HILB, Claudia. Leo Strauss: El arte de leer – Una lectura de la interpretación straussiana de Maquiavelo, Hobbes Locke y Spinoza. México: FCE, 2005. (356 p.)

JOLY, Maurice. Diálogo no inferno entre Maquiavel e Montesquieu ou A política de Maquiavel no século XIX, por um contemporâneo. Trad. N. Moulin. São Paulo: Unesp, 2009. (356 p.)

KING, Ross. Maquiavel – Filósofo do poder. Trad. Joel Macedo. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010. (248 p.)

LARIVAILLE, Paul. Itália no tempo de Maquiavel (Florença e Roma). Trad. J. Baptista Neto. São Paulo: Cia. das Letras, 1988. (277 p.)

MANSFIELD Jr., Harvey C. Maquiavelo y los principios de la politica moderna – Un estudio de los discursos sobre Tito Livio. Trad. Stella Mastrangelo. México: FCE, 1986. (540 p.)

MASTERS, Roger. Da Vinci e Maquiavel: Um sonho renascentista – De como o curso de um rio mudaria o destino de Florença. Trad. M.L.X.A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. (261 p.)

MÉNISSIER, Thierry. Vocabulário de Maquiavel. Trad. C. Berliner. Rev. Patrícia Fontoura Aranovich. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012. (69 p.)

MOUNIN, Georges. Maquiavel. Trad. J.J.C. Rosa. Lisboa: Eds. 70, 1984. (92 p.) NAMER, Gerard. Maquiavel – ou As origens da sociologia do conhecimento. Trad. A.R. Pinto. São Paulo: Cultrix, 1982. (98 p.)

POCOCK, John G.A. El momento maquiavelico – El pensamiento político florentino y la tradición republicana atlántica. Trad. M. Vasquez-Pimentel / E. García. Madrid: Tecnos, 2002. (668 p.)

RENAUDET, Augustin. Maquiavelo. Trad. Francisco Díez Del Corral / Daniele Lacascade. Madrid: Tecnos, 1965. (362 p.)

RIDOLFI, Roberto. Biografía de Nicolau Maquiavel. Trad. N. Canabarro. São Paulo: Musa, 2003. (478 p.)

SABATINI, Rafael. César Borgia. Trad. F.R. Coutinho. Rio de Janeiro: Vecchi, 1946. (314 p.)

SKINNER, Quentin. As fundações do pensamento político moderno. Trad. Renato Janine Ribeiro / L.T. Motta. São Paulo: Cia. das Letras, 1996. (724 p.)

SKINNER, Quentin. Maquiavel. Trad. M.L. Montes. São Paulo: Brasiliense, 1988. (142 p.)

STRAUSS, Leo. Reflexões sobre Maquiavel. Trad. Elcio Verçosa Filho. São Paulo: É Realizações, 2015. (368 p.)

TENENTI, Alberto. Florença na época dos Médici – Da cidade ao Estado. Trad. V.H.A. Costa. São Paulo: Perspectiva, 1973. (142 p.)

VATTER, Miguel E. O príncipe: Uma chave de leitura. Trad. Fábio Ribeiro. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017. (231 p.)

VILLARI, Pasquale. Maquiavelo – Sua vida y su tiempo. Trad. A. Ramos-Oliveira / J. Luelmo. México: Biografías Gaudes, 1953. (453 p.)

VIROLI, Maurizio. O sorriso de Nicolau – História de Maquiavel. Trad. V.P. Silva. São Paulo: Estação Liberdade, 2002. (309 p.)

VIVANTI, Corrado. Nicolau Maquiavel – Nos tempos da política. Trad. Sérgio Maduro. São Paulo: Martins, 2016. (208 p.)

WALEY, Daniel Philip. Las ciudades-república italianas. Trad. José Miguel Velloso. Madrid: Guadarrama, 1969. (254 p.)

WERTHEIMER, Oskar von. Maquiavel. Trad. H. Caro. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1942. (243 p.)

WHITE, Michael. Maquiavel – Um homem incompreendido. Trad. J. Fuks. Rio de Janeiro: Record, 2007. (360 p.)

Bibliografia secundária (artigos / capítulos)

ARENDT, Hannah. “Notas sobre a política e o Estado em Maquiavel”. Trad. Gabriel Cohn. Lua Nova, n.55-56, São Paulo, 2002, pp. 298-302.

ARON, Raymond. “Maquiavel e Marx” [Machiavel et les tyrannies modernes]. In: MAQUIAVEL, Nicolau. O príncipe. Trad. M.J. Goldwasser. Rev. Z.A. Cardoso / P.F. Aranovich / K. Jannini. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011, pp. 133-158. [Também como:

ARON, Raymond. “Maquiavel e Marx”. In: ARON, Raymond. Estudos políticos. Trad. Sérgio Bath. Brasília: UnB, 1985, pp. 97-112.]

BACCELLI, Luca. “Maquiavel, a tradição republicana e o Estado de direito”. In: COSTA, Pietro & ZOLO, Danilo (orgs.). O Estado de direito – História, teoria, crítica. Trad. C.A. Dastoli. São Paulo: Martins Fontes, 2006, pp. 511-554.

BERLIN, Isaiah. “A originalidade de Maquiavel”. In: BERLIN, Isaiah. Estudos sobre a humanidade – Uma antologia de ensaios. Ed. Henry Hardy / Roger Hausheer. Trad. Rosaura Eichenberg. São Paulo: Cia. das Letras, 2002, pp. 299-348.

BOBBIO, Norberto. “Maquiavel”. In: BOBBIO, Norberto. A teoria das formas de governo. Trad. Sérgio Bath. Brasília: UnB, 1985, pp. 83-94.

BOBBIO, Norberto. “O maquiavelismo”. In: BOBBIO, Norberto. Direito e Estado no pensamento de Emanuel Kant. Trad. A. Fait. Rev. E.R. Martins. Brasília: UnB, 1997, pp. 13-15. [Também como:

BOBBIO, Norberto. “O maquiavelismo”. In: BOBBIO, Norberto. Direito e Estado no pensamento de Emanuel Kant. Trad. A. Fait. São Paulo: Mandarim, 2000, pp. 21-23.]

BOVERO, Michelangelo. “Ética e política entre maquiavelismo e kantismo”. Trad. L.M. Mariconda / P.R. Mariconda. Lua Nova, n. 25, CEDEC, São Paulo, 1991, pp. 141-166.

BURNHAM, James. “Maquiavelo: La ciencia del poder”. In: BURNHAM, James. Los maquiavelistas – Defensores de la libertad. Trad. C.M. Reyles. Buenos Aires, Emecé, 1945, pp. 43-102.

DESCENDRE, Romain. “O que é a vida civil? O vivere civile no Discorsi de Maquiavel”. Trad. Fábio Ramos Barbosa Filho. Entremeios: Revista de Estudos 21 do Discurso, n. 08, jan/2014, pp. 01-13. [Disponível em: <http://www.entremeios.inf.br/published/170.pdf>]

FEBVRE, Lucien. “Erasmus y Maquiavelo”. In: FEBVRE, Lucien. Erasmo – La Contrarreforma y el espíritu moderno. Trad. C. Piera. Barcelona: Martinez Roca, 1970, pp. 131-142.

GILBERT, Felix. “Maquiavel: O renascimento da arte da guerra”. In: PARET, Peter (ed.). Construtores da estratégia moderna – De Maquiavel à era nuclear, tomo 1. Trad. Joubert de Oliveira Brízida. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001, pp. 27-53. HALE, John R. “Maquiavelo y el Estado autosuficiente”. In: THOMSON, David (org.). Ideas políticas. Trad. J.G.M. Mora. Barcelona: Labor, 1973, pp. 19-31.

HILB, Claudia. “Maquiavelo, el maestro del mal”. In: HILB, Claudia. Leo Strauss: El arte de leer – Una lectura de la interpretación straussiana de Maquiavelo, Hobbes Locke y Spinoza. México: FCE, 2005, pp. 25-112.

KERSTING, Wolfgang. “Potência de ação e ordem: O poder e a razão segundo Nicolau Maquiavel e Thomas Hobbes”. Trad. s/n. Veritas, v. 51 n. 01, mar 2006, pp. 133-146. [Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/veritas/article/view/1888/1409>]

LEFORT, Claude. “A primeira figura de uma filosofia da práxis – Uma interpretação de Antonio Gramsci” [Le travail de l'œuvre – Machiavel, capítulo III, 7]. Trad. Marilena de

Souza Chauí. In: QUIRINO, Célia G. & SOUZA, Maria T.R. (orgs.). O pensamento político clássico (Maquiavel, Hobbes, Locke, Montesquieu, Rousseau). São Paulo: T.A. Queiroz, 1980, pp. 05-25.

LEFORT, Claude. “Maquiavel e a verità effettuale”. In: LEFORT, Claude. Desafios da escrita política. Trad. E.M. Souza. São Paulo: Discurso, 1999, pp. 141-177. LEFORT, Claude. “Sobre a lógica da força” [Le travail de l'œuvre – Machiavel, capítulo IV, 2]. Trad. Marilena de Souza Chauí. In: QUIRINO, Célia G. & SOUZA, Maria T.R. (orgs.). O pensamento político clássico (Maquiavel, Hobbes, Locke, Montesquieu, Rousseau). São Paulo: T.A. Queiroz, 1980, pp. 27- 47.

MCCORMICK, John P. “Democracia maquiaveliana: Controlando as elites com um populismo feroz”. Trad. André Villalobos. Rev. Luis Felipe Miguel. Revista Brasileira de Ciência Política, n. 12, 2013, pp. 253-298. [Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n12/n12a10.pdf>

MERLEAU-PONTY, Maurice. “Nota sobre Maquiavel”. In: MERLEAU-PONTY, Maurice. Signos. Trad. M.E.G.G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1991, pp. 237-252.

PITKIN, Hannah. “Gênero e política no pensamento de Maquiavel”. Trad. R.C. Costa. Rev. F. Birolí. Revista Brasileira de Ciência Política, n. 12, 2013, pp. 219-252. [Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n12/n12a09.pdf>]

POCOCK, J.G.A. “Entre Maquiavel e Hume: Gibbon como humanista cívico e historiador filosófico”. In: POCOCK, John G.A. Cidadania, historiografia e res publica – Contextos do pensamento político. Trad. s/n. Coimbra: Almedina, 2013, pp. 111-153. SALATINI, Rafael. “Maquiavel e as relações internacionais em O príncipe”. In: PASSOS, Rodrigo Duarte Fernandes dos; VIEIRA, Noemia Ramos; SIMONETTI, Mirian Cláudia Lourenção (orgs.). Relações internacionais contemporâneas – Novos protagonistas e novas

conjunturas. Marília, SP: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014, pp. 15-36. [Disponível em: <http://www.marilia.unesp.br/#!/laboratorio-editorial/catalogo/ebook/>]

SALATINI, Rafael. “Maquiavel e as relações internacionais nos Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio”. Prometeus, ano 07, n. 16, jul-dez 2014, pp. 265- 288. [Disponível em: <http://seer.ufs.br/index.php/prometeus/article/view/2355/2533>] SALATINI, Rafael. “Maquiavel e o Estado”. In: SALATINI, Rafael & DEL ROIO, Marcos (orgs.). Reflexões sobre Maquiavel. Marília, SP: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014, pp. 73-88. [Disponível em: <http://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/reflexoes-sobre-maquiavel.pdf>]

SALATINI, Rafael. “Notas sobre a maquiavelística brasileira (1931-2007)”. Discurso – Revista do Departamento de Filosofia da USP, n. 41, 2011, pp. 329-359. STRAUSS, Leo. “Nicolau Maquiavel”. In: STRAUSS, Leo & CROUSEY, Joseph (orgs.). História da filosofia política. Trad. H.G. Barbosa. Rev. M.B. Motta. Rio de Janeiro: Forense, 2013, pp. 267-284. WOLIN, Sheldon S. “Maquiavelo: Actividad política y economía de la violencia”. In: WOLIN, Sheldon S. Política y perspectiva – Continuidad y cambio en el pensamiento político occidental. Trad. A. Bignami. Buenos Aires: Amorrortu, 1973, pp. 210-256.

2. BREVE APRECIÇÃO SOBRE MAQUIAVEL E OS MERCENÁRIOS NA ARTE DA GUERRA NOS SÉCULOS XV, XVI E XVII

Leandro José Clemente Gonçalves¹

1. Introdução: O Contexto da Guerra na Época de Maquiavel.

O século XV trouxe consigo impactantes transformações revolucionárias na forma de se fazer a guerra na Europa. Para muitos historiadores do século XX estas decorreram da introdução de inovações tecnológicas trazidas das civilizações asiáticas (caso da pólvora negra, de origem chinesa) ou devido aos desenvolvimentos locais. A conquista de Constantinopla em 1453 pelos turcos-otomanos e as várias guerras europeias de então, como a Guerra dos Cem Anos (1337-1453), das Duas Rosas (1455-1485) ou as Guerras Italianas (1494-1529), apresentaram a pólvora e as armas de fogo, tanto portáteis (de emprego individual) como as de artilharia (a princípio apenas empregada nos assédios à fortalezas e cidades fortificadas) para a humanidade. Além disso, a composição dos exércitos começou a se modificar, com as onerosas cavalaria pesadas (dotadas de cavaleiros de origem aristocrática, equipados com armaduras, espadas e lanças longas) – então consideradas ainda como uma arma

¹ Doutor em História e Cultura Política pela UNESP-Franca e professor EBT do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, campus de Votuporanga (SP). Membro do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional GEDES-UNESP. Presidente do Grupo de Teoria e História da Ciência e da Tecnologia do IFSP-VTP. Email: leandrocllemente@uol.com.br

decisiva em campo de batalha devido ao seu poder de choque – sendo gradual e lentamente substituídas pelas infantarias (tropas a pé), que lutavam em formações humanas quadradas e compactas, combinando piqueiros (ou lanceiros) e arcabuzeiros, nos moldes dos soldados suíços e *landsknecht* alemães.

Os grandes inovadores em matéria tática de infantaria foram os suíços, que amadureceram-na ao longo de 200 anos antes do século XV. Na batalha de Sempach (1386) a Confederação Suíça bateu-se contra o exército de cavaleiros nobres do duque Leopoldo III da Áustria. Os suíços escolheram um terreno no qual os cavaleiros seriam obrigados a desmontar para a luta. Após várias cargas (ataques) da infantaria suíça, os cavaleiros Habsburgo romperam suas fileiras e fugiram em pânico, mas não sem antes infligir pesadas perdas aos suíços. Estes extraíram uma importante e, que se revelaria, duradoura lição desta batalha. Como a arma principal da cavalaria austríaca era a lança longa (pique) e fora empregada como uma arma de defesa nesta ocasião (no galope era usada como arma de choque/ataque, com grande eficiência contra infantarias ou cavalarias sem lanças) e causara grande estrago nas fileiras dos suíços, estes adotaram-na como a arma principal de sua infantaria. Além de estabelecer a independência da Confederação Helvética, Sempach revelou a superioridade da lança longa no combate da época (JACOB, VISONI-ALONZO, 2016, p. 63). Todavia, a primeira batalha onde tal infantaria se mostrou eficaz contra a cavalaria pesada e montada, pasmando a Europa da época, foi em Nancy (1477), durante as Guerras da Borgonha (1474-1477), entre o duque da Borgonha, Carlos o Temerário, e a Confederação Suíça. Logo depois, o método suíço foi copiado por outros governantes europeus. Ainda em 1479, na batalha de Guinegate, novamente envolvendo o exército da Borgonha mas, desta vez, comandado pelo

arquiduque Maximiliano (genro de Carlos o Temerário), que fez uso das táticas suíças contra os franceses, derrotando-os e comprovando a superioridade da inovação tática dos helvéticos. Marcava-se, dessa forma, o início da disseminação da tática suíça, que dominaria o cenário militar europeu até o século XVII (DELBRUCK, 1990, p. 4). A tática suíça compreendia compactar um grande número de homens em quadrados humanos enormes e dotar a maioria deles com piques para parar as cavalarias da época, iniciando, dessa maneira, um longo processo histórico de decadência da cavalaria, que se completaria no início do século XX com a substituição dos cavalos por veículos blindados.

Ainda uma terceira grande mudança, desta vez desencadeada pela invasão do rei francês Carlos VIII na Itália (à frente de um exército de 18.000 soldados e 40 peças de artilharia), em 1498, na sua reivindicação ao trono de Nápoles como um bem da família Anjou, foi o desenvolvimento de um novo desenho arquitetônico para fortalezas (PARKER, 2002, pp. 35-36). Os antigos muros verticais, ou “cortinas verticais”, dos castelos medievais italianos não eram mais páreo para a artilharia de assédio que os franceses trouxeram consigo. Este fato deu impulso a uma contramedida arquitetônica que ficaria conhecida como “*trace italienne*”, ou seja, um modelo de fortaleza geralmente construída em forma de estrela, com muros baixos, muito largos e diagonais, dotadas de baluartes a partir dos quais os defensores conseguiam fazer fogo de enfiada² contra os assaltantes, conseguindo também resistir ao bombardeio da nova artilharia de sítio. Tal desenho arquitetônico praticamente dominaria o cenário

² Tiro dos defensores feito de uma posição longitudinal em relação à linha de assalto dos atacantes, quase sempre impossibilitados de revidar.

estratégico europeu até o início das Guerras Napoleônicas, no começo do século XIX (GUERLAC, 2001, pp. 104).

A questão aqui, porém, que mais nos interessa diz respeito à composição humana destes novos exércitos de infantaria. Por toda a Europa entre os séculos XV, XVI, XVII e primórdios do XVIII, eram forças constituídas principalmente por soldados mercenários profissionais da guerra contratados pelos governos para servir em seus exércitos. Tais homens eram, geralmente, estrangeiros recrutados fora da área geográfica do Estado a que serviam, dado que muitos monarcas e aristocratas europeus preferiam não armar suas populações, por quem nutriam sérias desconfianças (ANDERSON, 1995, pp. 29-30). Estes soldados e seu desempenho em combate seriam alvos de críticas ácidas de Maquiavel em suas obras *O Príncipe* e *A Arte da Guerra*. Em *O Príncipe*, falando sobre as forças militares auxiliares (ou seja, de outros governos aliados) e mercenárias chega a afirmar, categoricamente, que a ruína da Itália se devia ao emprego dos soldados da fortuna (mercenários) nos exércitos dos reinos e repúblicas locais:

As mercenárias e auxiliares são inúteis e perigosas; e se alguém tem o seu estado fundado sobre armas mercenárias, não estará jamais firme nem seguro, porque elas são desunidas, ambiciosas, sem disciplina, infiéis, galhardas entre os amigos e vis entre os inimigos; não temem a Deus nem são fiéis aos homens; e adia-se a ruína só enquanto se adia o ataque; e na paz é-se espoliado por elas, na guerra pelos inimigos. O motivo disso é que não têm outro amor nem outro motivo que as mantenha em campo a não ser um pouco de estipêndio, o qual não é suficiente para fazer com que elas queiram morrer por ti. Querem muito ser teus soldados enquanto não fazes a guerra; mas, assim que a guerra vem, querem ou fugir ou pôr-se a andar, coisa que não me vou cansar a demonstrar, visto que a atual ruína da Itália não foi causada senão por ter estado, pelo espaço de

muitos anos, toda ela assente em armas mercenárias (MAQUIAVEL, 2017, p. 165).

Focaremos, a partir daqui, em Maquiavel e sua obra para melhor compreendermos sua perspectiva acerca da arte da guerra.

2. Maquiavel Pensador da Guerra

Para Nicolau Maquiavel a temática da guerra era considerada como razão de ser e objetivo maior dos Estados e dos governantes, como a passagem seguinte atesta:

Deve, pois, um príncipe não ter outro objetivo, nem outro pensamento, nem tomar por sua arte outra coisa, a não ser a guerra e suas ordens e disciplina: porque essa é a única arte que se espera de quem comanda, e é de tamanha virtude que não só mantém aqueles que nasceram príncipes, como faz muitas vezes os homens de fortuna privada ascenderem a esse posto (MAQUIAVEL, 2017, p. 179)

Precisamos, todavia, compreender o que Maquiavel compreendia por “arte da guerra”. Três de suas obras tratam do tema: *O Príncipe* e *Discursos Sobre a Primeira Década de Tito Lívio* tratam da conquista e conservação do poder político nas monarquias e nas repúblicas e, talvez por isso mesmo, reflitam sobre a guerra como uma importante ferramenta da política; o pequeno texto *A Arte da Guerra*, escrito em forma de conversação entre os amigos Fabrício Colonna, Cosme Rucellai, Zenóbio Buondelamonti, Batista dela Palla e Luís Alamanni nos jardins da residência de Rucellai, trata, especificamente, da guerra e de temas relativos a ela (a disciplina militar, a cadeia de comando, os

exercícios militares, a composição das tropas, a tática, a glória na guerra, entre outros).

Nesse texto, o personagem de Fabrício Colonna (*alter ego* de Maquiavel) é um *condottieri* que havia servido ao rei espanhol Fernando I em sua campanha na Lombardia, portanto, tratado e reconhecido por seus interlocutores como um especialista militar. Na defesa de seus pontos de vista, Fabrício, ou melhor, Maquiavel, retrocede ao passado e faz uso de modelos antigos de guerra, especialmente greco-romanos, como bem se adequa à escrita de qualquer autor da Renascença italiana, os quais ele considera superiores àquilo que se praticava então na Itália. Fazendo uso destes modelos gregos e romanos, Maquiavel busca justificar suas opções no presente. Assim ele procede a uma defesa dos exércitos formados por cidadãos (civis convocados em tempo de guerra e em serviço pela duração da guerra, nunca profissionalizados) em detrimento das forças mercenárias. Diz ele, que tanto as repúblicas quanto as monarquias deveriam evitar os soldados profissionais, afirmando que

(...) não há infantaria mais perigosa do que a composta de mercenários - o príncipe será obrigado a fazer continuamente a guerra, mantendo-os a soldo, ou correrá o risco de que o apeiem do trono. Ora, fazer continuamente a guerra não é possível; pagar sempre também não; de modo que não há como fugir ao risco de perder o reino. Como já disse, os meus romanos – enquanto agiram com sabedoria e retidão – nunca permitiram que os cidadãos adotassem a profissão militar, embora tivessem a possibilidade de sustentá-los em caráter permanente, devido ao estado de guerra continua em que viviam. (MAQUIAVEL, 1994, p. 21)

Maquiavel não limita, contudo, sua crítica aos mercenários. Ele vai além e conduz uma crítica mais técnica do ponto de vista militar, na qual considera a cavalaria e a

artilharia como incapazes de ser decisivas na guerra. A cavalaria não poderia ter um papel maior do que uma simples força auxiliar, apoiando o grosso do exército, que deveria ser constituído por infantaria combatendo em grandes quadrados ou retângulos humanos, com algo entre 6.000 e 8.000 homens compactados (MAQUIAVEL, 1994, p.31), numa formação impenetrável para as cavalarias, devido ao gigantesco número de lanças longas, os piques, protegendo todos os lados desta formação (CASSIDY, 2003, p. 387). Sua composição deveria compreender uma parcela muito menor que toda a infantaria, algo que Maquiavel considerava que deveria ser em torno de 600 cavaleiros para 11.000 infantes, como nas legiões do antigo exército romano (MAQUIAVEL, 1994, p. 25). Suas missões deveriam compreender, apenas, a proteção aos flancos (laterais) do exército, “como duas asas presas a um corpo”, e lutar “(...) contra a cavalaria inimiga ou socorriam os infantes, conforme a necessidade” (MAQUIAVEL, 1994, p. 24). A artilharia, por sua vez, era alvo das críticas mais pesadas. Considera que seu número deveria ser muito reduzido e não seria aconselhável armamento de grosso calibre pois, quanto mais pesadas as peças, mais difícil seu deslocamento (MAQUIAVEL, 1994, p. 27). Sua utilização em campo de batalha deveria ser limitada ao início do combate com somente um voleio e depois a retirada dos canhões da cena do combate (MAQUIAVEL, 1994, p. 29).

3. A Milícia: o Ideal Maquiavélico de Exército e sua Realidade

No lugar dos mercenários, Maquiavel advogava a adoção de uma força de cidadãos florentinos (a milícia) que ele, na condição de segundo-secretário da Chancelaria e membro do Conselho dos Dez da Guerra, de fato organizou

no ano de 1506, chegando a contar com 20.000 soldados. Em O Príncipe argumenta que

(...) sem ter armas próprias nenhum principado está seguro, antes está totalmente sujeito à fortuna, não tendo virtude que afiançadamente o defenda na adversidade (...). E as armas próprias são aquelas que são compostas ou de súditos, ou de cidadãos, ou de criados teus: todas as outras são mercenárias ou auxiliares (MAQUIAVEL, 2017, p. 177).

Vista em retrospectiva, e de maneira anacrônica por muitos estudiosos de Maquiavel no século XX, a milícia florentina foi tratada como uma sábia decisão que antevia e preconizava o serviço militar obrigatório instituído pelo governo revolucionário da Convenção francesa a partir de 1793. Analisemos, então, a organização e a composição desta força e seu emprego em combate real, para que possamos comparar seu desempenho aos mercenários tão criticados por Maquiavel.

A zona rural de Florença, de onde viriam os soldados da milícia, era dividida em distritos que eram percorridos por comissários governamentais que recrutavam homens jovens e saudáveis para a força. Cada um destes distritos tinha que constituir uma companhia que, por sua vez, era entregue a um experiente capitão. Cada companhia tinha sua própria bandeira com o leão florentino estampado. O capitão só podia reunir seus comandados aos feriados para os treinamentos, à maneira suíça, no seu respectivo distrito. Tais soldados recebiam o privilégio de portar armas em tempos de paz e na condição de civis. Além disso, recebiam 3 ducados por mês de pagamento, com os capitães recebendo 12 ou, em vez disso, provisões de alimentos para si, rações para seus cavalos e alojamento do governo. As companhias deveriam ter um efetivo de 800 homens – todavia, em guerra, apenas cerca de 1/3 deste

efetivo realmente combatia. Cerca de 70% dos homens era armada com lanças longas (piques), aproximadamente 10% estavam equipados com armas de tiro (arcabuzes ou bestas) e os demais com alabardas, lanças de caça e outras armas brancas para a luta à curta distância. Os atiradores eram obrigados a se armar e treinar por conta própria (DELBRÜCK, 1990, p. 102).

Embora Maquiavel enfatizasse a disciplina das tropas no seu *A Arte da Guerra* com veemência e copiando os modelos antigos de disciplina militar, alcançadas por meio do “(...) exercício contínuo que lhes [dos soldados] inculcou tal hábito e confiança que têm no seu exército” (MAQUIAVEL, 1994, p. 28), a milícia florentina ficou marcada justamente pelo oposto. Como visto, o regime de treinamento era fraco e esparso. Os capitães eram impedidos de aplicar punições aos seus comandados, mesmo em caso de motim das tropas, sendo que apenas as autoridades civis de Florença podiam fazê-lo. O historiador militar alemão Hans Delbruck cita, inclusive, uma instrução do governo de Florença aos capitães no sentido de que não punissem seus soldados com severidade, dado que, segundo o documento:

“(...) a compensação pequena que vossos soldados recebem por seus problemas e desconfortos em seu treinamento como membros da milícia, desejamos que sejam tratados humanamente e corrigidos numa maneira gentil sempre que num exercício eles cometam erros como resultado de sua inexperiência” (apud DELBRUCK, 1990, p. 104).

Além da inexistência de uma verdadeira disciplina militar, a milícia carecia de um comando militar superior aos capitães. Estes chegaram a solicitar a nomeação de um coronel que desse à milícia um comando unificado

coerente, o que só foi feito quando Jacopo Savelli foi empossado nesta patente, em 25 de agosto de 1512, apenas uma semana antes do colapso da República e do retorno dos Médici ao poder (DELBRÜCK, 1990, p. 104).

O primeiro teste da milícia se deu contra a cidade de Pisa, que havia se rebelado contra Florença. Os suprimentos da cidade foram cortados, suas colheitas foram destruídas e ela foi forçada à rendição. Mas a verdadeira provação se deu contra as tropas espanholas que apoiavam a família Médici, em 1512. A milícia contava com 12.000 homens em armas para enfrentar 8.000 espanhóis, mas, como estes constituíam um exército experiente, o governo da República optou por não se opor a eles em campo aberto. A milícia posicionou 3.000 homens e outros 1.000 civis armados às pressas em Prato, ao norte de Florença, e os demais efetivos na capital. Prato contava ainda com muros do tipo medieval, verticais, finos e altos, e os espanhóis possuíam dois canhões de assédio para derruba-los (um deles, inclusive, explodiu durante as operações de cerco da cidade). Um primeiro assalto espanhol com escadas foi repellido pelos defensores, mas o canhão remanescente conseguiu abrir uma brecha num dos muros e os arcabuzeiros espanhóis exploraram essa vantagem para penetrar na cidade e forçaram os milicianos florentinos a não mais se exporem nas ameias. Meia hora depois os milicianos debandaram e a cidade caiu nas mãos dos espanhóis. A rendição de Prato, e o martírio de sua população nas mãos de seus captores, marcou também a rendição da República aos Médici (DELBRÜCK, 1990, p. 105).

Assim, podemos concluir, entre a miragem maquiavélica de uma milícia de cidadãos, eficiente, disciplinada e leal ao seu governo, e a realidade, havia um abismo imenso.

4. Da Crítica Maquiavélica à Realidade: os Mercenários nos Séculos XVI e XVII

Segundo o historiador Gunther E. Rothenberg, em seu artigo para a obra *Construtores da Estratégia Moderna*, exércitos constituídos por mercenários estrangeiros podiam sim alcançar elevado índice de proficiência e aceitarem se submeter a uma disciplina severa, desde que tivessem “(...) emprego permanente e pagamento em dia (...)”. E assim foi que os reformadores militares neerlandeses (especialmente os príncipes Maurício de Nassau, Guilherme Luís de Nassau e João de Nassau), do final do século XVI e primórdios do século XVII, procederam. Maurício de Nassau, agindo sob a pressão da invasão das eficientes e temidas forças espanholas, também buscou estabelecer um vasto programa de treinamento para os generais holandeses (que estariam no comando dos mercenários que a República das Sete Províncias Unidas dos Países Baixos contrataria no exterior), inundou vários campos diante de cidades que poderiam ser assediadas pelos espanhóis para evitar seus trabalhos de cerco e pontilhou a fronteira com os Países Baixos Espanhóis (atual Bélgica) com fortalezas construídas em *trace italienne* para sua defesa. Seu exemplo seria ainda reproduzido por governos europeus que tinham uma boa capacidade fiscal de arrecadação tributária (ROTHENBERG, 2001, p. 67).

Um estudo um pouco mais atento e cuidadoso da Guerra dos Trinta Anos (1618-1648) pode revelar que, em meio a todas as catástrofes deste conflito e sua prolongada duração, os soldados mercenários, comuns em todos os exércitos beligerantes, lutavam com comprometimento e serviam com lealdade aos seus patrões-pagadores, como sugere David Parrott (PARROTT, 2012, pp. 139-195). Este historiador considera uma “solução simplista”, e errônea, a

postura de historiadores que, comprando a tese de Maquiavel, igualam eficiência militar ao controle estatal exclusivo dos meios militares. Um exemplo da eficiência mercenária, não tratado por qualquer obra de Maquiavel, encontra-se no “corso”, ou guerra naval de corsários, na qual o Estado contrata empresários militares, só que navais, para levar a guerra aos seus inimigos (tanto em suas águas territoriais, quanto nas suas colônias e águas internacionais). O corsário se distingue do pirata comum justamente por conta de não trabalhar para si, mas para um governo contratante. Tal tipo de contrato foi mesmo empregado até a segunda metade do século XIX. Durante a Guerra Civil Americana (1861-1865), por exemplo, o governo dos Estados Confederados da América (sul) em sua luta contra o governo federal americano (norte), com tal sucesso (afundaram 110.000 toneladas de navios nortistas) que os empresários armadores do norte se viram obrigados a registrar quantidades enormes de seus navios (num total de 800.000 toneladas) sob bandeiras de outros países, geralmente europeus, para que não fossem atacados pelos corsários confederados (ROBERTS, 2004, p. 135).

Parrott considera que

(...) a presença de um interesse privado, longe de ser perturbadora e enfraquecedora, era uma razão significativa do porque estes exércitos combaterem de forma mais eficaz e com mais coerência estratégica do que os relatos superficiais da guerra e o típico preconceito sugerem (PARROTT, 2012, pp. 150-151).

Um aspecto bastante relevante e muito negligenciado por diversos especialistas em história militar diz respeito à ferocidade, comprometimento e empenho com que os mercenários contratados pelos exércitos da época de Maquiavel e do século XVII lutavam nas batalhas de seus

pagadores. Na batalha de Jankow, em 1645, durante a Guerra dos Trinta Anos, os mercenários alemães a serviço da Suécia e os do exército imperial tiveram 5.000 mortos de cada lado. Num outro exemplo, a segunda batalha de Breitenfeld (1642), as perdas imperiais ficaram em torno de 50% do efetivo empregado na luta, ao passo que as baixas suecas ficaram em 30%, sendo que, nas duas batalhas houve um elevado número de mortes entre os oficiais coronéis, que eram os principais contratadores de soldados. Assim, conclui Parrott, “(...) essa não foi a guerra combatida à distância por comandantes que tratavam suas unidades como bucha-de-canhão”. Parrott coloca, assim, em xeque o argumento da relutância e covardia dos mercenários em combater, como apresentado pelo escritor florentino (PARROTT, 2012, pp. 151-152).

Por fim, é preciso atentar para o caráter das forças constitutivas do exército que Carlos VIII conduziu à Itália em 1498, e que o próprio Maquiavel tanto elogia de maneira contraditória a nosso ver. Tal força era constituída por mercenários contratados nos reinos alemães (*landsknecht*) e na Inglaterra, sendo estes últimos arqueiros com vasta experiência de combate, e a sua cavalaria pesada era constituída por nobres franceses (URBAN, 2011, p. 30). Ademais, Fernando I da Espanha, outro monarca a quem Maquiavel atribui *fortuna* e *virtù*, contava, quase exclusivamente, com soldados mercenários em seus exércitos e, estes, promoveram uma verdadeira revolução nas formações táticas de batalha para as infantarias dos séculos XV, XVI e XVII, os *tercios*, formações com um quadrado humano ao centro e duas alas, permitindo preencher o espaço entre as formações com artilharia e cavalaria e que conseguiriam, inclusive, bater os suíços e *landsknecht* em campo de batalha (URBAN, 2011, p. 45).

5. Considerações finais

Erram os historiadores que acompanham Maquiavel em suas acusações aos mercenários, muitos deles baseando-se, em variadas vezes, apenas na merecida fama do escritor florentino. Os mercenários não eram um problema para os Estados (na sua maioria monarquias absolutistas, mas também algumas repúblicas, como as Sete Províncias Unidas dos Países Baixos) que os colocavam a seu soldo, naquele contexto dos séculos XVI e XVII, mas sim a opção viável para salvaguardar seus interesses e segurança. Na sua maior parte, embora também se voltassem contra seus contratantes, eram leais, eficientes, comprometidos e cumpridores de seus contratos. Ademais, Maquiavel nada escreveu sobre o trabalho destes homens nas marinhas, onde o contrato de corso tornou-se uma realidade ainda no século XVI e fora aplicado por absolutamente todos os governos com ambições ultramarinas, ou sobre outras inovações produzidas por estes exércitos “renascentistas”, tais como o exército profissional de tempo permanente, o início do processo de padronização do armamento e munições de infantaria, além da adoção de vestimenta padrão (uniformes militares), quartéis e alojamentos construídos no intuito de não deixar as tropas expostas à ação do clima (PARKER, 1995, p. 38), todas essas inovações cujos primórdios se deram no exércitos dos condottiere italianos do século XV, tão criticados por Maquiavel.

Referências

ANDERSON, Perry. Linhagens do Estado Absolutista. São Paulo: Brasiliense, 1995.

CASSIDY, Ben. Machiavelli and the Ideology of the Offensive: Gunpowder Weapons in "The Art of War". In: *The Journal of Military History*, Vol. 67, No. 2 (Apr., 2003).

DELBÜCK, Hans. History of the Art of War: the dawn of modern warfare. Vol. IV. Lincoln. University of Nebraska Press, 1990.

GUERLAC, Henry. Vauban: o impacto da ciência na guerra. In: PARET, Peter. *Construtores da Estratégia Moderna*. Tomo 1. Rio de Janeiro. Bibliex, 2001.

JACOB, Frank. VISONI-ALONZO, Gilmar. *The Military Revolution in Early Modern Europe: a revision*. New York: Palgrave MacMillan, 2016.

MAQUIAVEL, Nicolau. *A Arte da Guerra*. Brasília: UnB, 1994.

_____. *O Príncipe*. São Paulo: Editora 34, 2017.

PARKER, Geoffrey. The "Military Revolution" – A Myth?. In: ROGERS, Clifford J. *The Military Revolution Debate: Reading on the Military Transformation of Early Modern Europe*. Boulder: Westview, 1995.

_____. *La Revolución Militar: innovación militar y apogeo de occidente, 1500-1800*. Madrid: Alianza Editorial, 2002.

PARROTT, David. *The Business of War: military enterprise and military revolution in Early Modern Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

ROBERTS, William H. *Now for the Contest: coast and oceanic naval operations in the Civil War*. Lincoln: University of Nebraska Press, 2004.

ROTHENBERG, Gunther E. Maurício de Nassau, Gustavo Adolfo, Raimondo Montecuccoli: "revolução militar" do século XVII. In: PARET, Peter. *Construtores da Estratégia Moderna*. Tomo 1. Rio de Janeiro. Bibliex, 2001.

URBAN, William. *Matchlock to Flintlocks: warfare in Europe and beyond, 1500-1700*. London: Frontline Books, 2011.

3. MAQUIAVEL E OS CONDOTTIERI ITALIANOS: CASTRUCCIO CASTRACANI COMO IDEAL DO PRÍNCIPE VIRTUOSO

Anderson Piva¹

“Quando a multidão, injustamente oprimida,
tocada pela ira, impulsionada pelo furor, delibera
vingar os ultrajes recebidos, súbito daí nasce a
democracia.”

TOMASO GARZONI (Bagnacavallo, 1549-1589)

1. Macbeth, para começar

Se há no rol de personagens shakespearianos um que parece merecer o epíteto de “maquiavélico”, é Lady Macbeth. Associada à perversidade, à falta de escrúpulos, ao calculismo, à frieza e ao arrivismo, a esposa do general escocês atenderia, assim, a todas as características que a imaginação popular, com ou sem razão, atribui à famosa figura do “príncipe” de Nicolau Maquiavel. Tome-se, por exemplo, o monólogo que a personagem profere quando é informada, por carta, do vaticínio das bruxas – o de que Macbeth será rei:

Glamis tu és e Cawdor; e hás de ser
O que te prometeram. Mas receio
A tua natureza, por demais
Cheia do leite da ternura humana,
Para que tomes, resolutamente,
O caminho mais curto...

¹ Anderson Vinicius Dell Piagge Piva é doutorando em Ciências Sociais pela Unesp/Fclar de Araraquara. Email: andersonvpiva@gmail.com

Macbeth é ambicioso, gostaria de chegar ao trono da Escócia, mas, segundo sua mulher, faltava-lhe a “malvadez” necessária; preferiria, antes, conquistar o posto “santamente”; não tinha, igualmente, vontade de trapacear, embora quisesse “ganhar deslealmente”. É por isso que ela, Lady Macbeth, lhe é tão necessária:

Ah, grande Glamis,
Queres o objeto que te grita ‘É assim
Que tens de agir’, caso cobices tê-lo.

Ela, portanto, seria esse “objeto” que o incentiva a dar o passo decisivo:

Vem depressa, que eu verta em teus ouvidos
Minha coragem, bata com o vigor
De minha língua tudo o que te aparta
Do círculo dourado com que a sorte
E a ajuda sobrenatural parecem
Querer te ver coroadado (p.24)

O enredo da “peça amaldiçoada” é bem conhecido. Macbeth segue os conselhos inescrupulosos de sua mulher e, agindo de modo perverso, acaba chegando à posição almejada. Torna-se rei, conforme o vaticínio das feiticeiras. Nada parece poder atrapalhar os planos do casal Macbeth; uma vez que chegaram ao poder, este parece estar consolidado, e a única ameaça que paira sobre suas cabeças é a conclusão do vaticínio ouvido no início da trama, ou seja, a de que Macbeth, embora viesse a se tornar rei, não geraria os herdeiros que lhe sucederiam no trono. Esses seriam, ao invés, os filhos de Banquo. E aqui reside o grande mistério envolvendo a profecia das feiticeiras. Como poderá ser que Banquo gere os futuros reis se o trono está destinado a Macbeth?

Após a morte do Rei Duncan, já intuindo a trama assassina em que o casal Macbeth se meteu, Banquo profere o seguinte monólogo:

Tens tudo agora: és rei, Cawdor e Glamis,
Conforme as bruxas prometeram. Muito
Receio que o não tenhas conseguido
Senão à custa da traição mais negra.
Todavia foi dito que a coroa
Não ficaria em tua descendência,
Mas que eu serei o tronco e pai de muitos
Reis. Se verdades podem provir delas,
Como se deu, Macbeth, no que falaram
Sobre ti, que muito é pôr esperança
No que a mim predisseram? [...] (p.51)

Banquo, portanto, passa a ser o outro obstáculo no caminho do casal Macbeth. Com o intento de livrar-se também desse general, Macbeth o convida para um banquete; no entanto ordena o seu assassinato. É aqui, finalmente, que a sorte de Macbeth começa a mudar. Após o assassinato do general, Macbeth é atormentado pela visão de seu fantasma, que comparece ao banquete e senta-se em seu lugar. Os convivas ficam surpresos com a cena de aparente loucura do novo rei que esbraveja contra uma cadeira vazia e Lady Macbeth tem que esforçar-se para dissimular o tormento do marido.

Pode-se dizer que a visão que Macbeth tem de Banquo à mesa é a manifestação de sua consciência, de sua culpa. Antes mesmo dessa aparição, a própria Lady Macbeth assim se pronunciara, em monólogo, sobre o crime cometido:

Nada ganhamos, não, mas ao contrário,
Tudo perdemos quando o que queríamos,
Obtemos sem nenhum contentamento:

Mais vale ser a vítima destruída
Do que, por a destruir, destruir com ela
O gosto de viver. Não nos preocupe
O que não tem remédio. O que está feito,
Está feito.

Essa passagem é particularmente interessante, pois é proferida justamente pela mulher que incentivara Macbeth a levar às últimas consequências a sua ambição de tornar-se rei; a mesma mulher que o incentivara a cometer crimes atrozes. Assim, tanto Macbeth como Lady Macbeth são atormentados pela culpa. E a culpa coloca tudo a perder.

O resumo sumário e os comentários que fizemos até aqui não são gratuitos. William Shakespeare viveu e escreveu suas obras na Inglaterra do período Elisabetano, ou seja, durante a renascença inglesa. Maquiavel, por sua vez, viveu e escreveu durante a renascença italiana. Por isso, no presente artigo, começaremos por fazer uma breve comparação entre o personagem shakespeareano que almeja o poder a qualquer custo e o personagem de Castruccio Castracani, de Maquiavel. Como pensaram os dois autores nas atitudes e práticas do príncipe que deseja conquistar e manter o poder?

2. Castruccio Castracani, personagem de Maquiavel

Quando se fala no *condottiero* Castruccio Castracani, é preciso ter em mente que a sua pequena biografia, escrita por Nicolau Maquiavel, não condiz precisamente com a sua biografia real, ou seja, com a do verdadeiro Castracani. O texto do pensador florentino atende a outros propósitos que não aquele de traçar uma biografia fiel, de acordo com os padrões contemporâneos. Pode-se imaginar que um desses propósitos seja precisamente o de ilustrar, com a vida do *condottiero*, o seu modelo de príncipe. Se em seu

famoso livro, *O Príncipe*, Maquiavel produz um tratado político em que pretende dar orientações aos governantes, com *A vida de Castruccio Castracani*, o pensador florentino pretende mostrar, através do exemplo biográfico, como se conduz a vida de alguém que vive de acordo com aqueles preceitos traçados em sua obra mais famosa. Por isso, traçaremos aqui um resumo sumário dos feitos do Castruccio Castracani personagem de Maquiavel.

O nosso herói “não teve nascimento feliz ou notório”, mas em sua vida encontram-se “muitas coisas, quanto à *virtù* e à fortuna, de importante exemplo” (MAQUIAVEL, 2007, p.560). Foi achado, ainda bebê, num vinhedo pertencente a um famoso cônego de Lucca, Messer Antonio, pelo qual foi adotado. Conforme Castruccio crescia, mostrava em tudo “engenho e prudência”. Messer Antonio pretendia fazê-lo sacerdote, mas o garoto não tinha o menor pendor para a vida religiosa. Assim, a partir do momento em que chegou à idade de catorze anos, Castruccio abandonou os livros religiosos e passou a ocupar-se das armas” (idem, 563).

O acaso fez com que fosse notado por um importante *condottiero* da cidade, messer Francesco Guinigi que, “em riqueza, popularidade e *virtù* em muito superava todos os outros lucenses” (MAQUIAVEL, 2007, p.563). Castruccio tinha por hábito frequentar a praça San Michele, e ali exercitava com os outros meninos nas diversas atividades relacionadas à prática guerreira, como o manejo das armas, as corridas, saltos, lutas e exercícios afins. Messer Francesco resolve, um dia, abordá-lo e perguntar-lhe se não gostaria de trocar a casa do cônego, onde viva rodeado pelas práticas religiosas, pela sua própria casa, onde poderia dedicar-se aos estudos para soldado. O garoto aceita o convite e em brevíssimo tempo desenvolve plenamente todas as *virtù* e todos os comportamentos necessários a um “gentil-homem”. Tornou-se um excelente cavaleiro e, nas

justas e nos torneios, embora fosse muito jovem, destacava-se mais que qualquer outro. No que se referia aos costumes, cabe ressaltar a qualidade destacada por Maquiavel: segundo o autor, Castruccio era de “uma modéstia inestimável, porque nunca era visto fazendo algo ou dizendo uma palavra que desagradasse; era reverente com os mais velhos, modesto com os seus iguais e complacente com os inferiores”, e completa, “Essas coisas o faziam amado não só por toda a família de Guinigi, mas por toda cidade de Lucca” (MAQUIAVAL, 2007, p.564).

A primeira prova por que teve que passar o nosso herói deu-se quando os gibelinos de Pávia foram expulsos pelos guelfos² da cidade. Messer Franceso foi enviado em auxílio dos primeiros e, nesse episódio, Castruccio deu tantas provas de coragem e prudência que o seu nome logo ficou conhecido em toda a região da Lombardia. Logo depois falece Francesco Guinigi, não sem antes deixar Castruccio como responsável pelo seu filho Pagolo, de treze anos, bem como pela administração de seus bens. Com a crescente fama que lhe adveio após a morte de messer Francesco, Castruccio Castracani passou a ser alvo de inveja e calúnia, sobretudo da parte de Giorgio degli Opizi, chefe dos guelfos, o bando rival. Assim, nosso herói alia-se a Uguccione della Faggiuola, senhor de Pisa, e promove um levante rebelde em Lucca com o intuito de derrotar Opizi. A empreitada é bem sucedida e, após o saque da cidade de Lucca e do assassinato de Opizi e de seus familiares, bem como de muitos de seus amigos e partidários, mais de cem famílias lucenses são expulsas e

² Os guelfos e os gibelinos eram duas facções políticas que estavam em luta na Itália medieval. Na disputa entre o papado e o Sacro Império Romano-Germânico, os Guelfos apoiavam o primeiro e os gibelinos o segundo.

refugiam-se em Florença e Pistóia, cidades governada pelos guelfos.

Quando os florentinos e outros guelfos decidiram restabelecer os exilados lucenses, por julgarem que o partido rival ganhara demasiada influência na Tosacana, Uguccione adoece e retira-se para curar-se em Montecarlo. Deixa, porém, o exército sob os cuidados de Castruccio. Usando de astúcia, nosso herói faz crer aos guelfos que o afastamento de Uguccione deixara o exército gibelino sem comandante. Lança-se, então num ataque muito habilidoso contra os inimigos. Merece ser reproduzido aqui o modo gracioso como Maquiavel descreve esta batalha decisiva na biografia de nosso herói:

Castruccio vira como os inimigos haviam colocado todas as suas forças no centro das fileiras e os soldados mais fracos em suas extremidades; sendo assim, fez o contrário, colocando nas extremidades de seu exército os soldados mais valorosos e, no centro, aqueles de menor valor. E, saídos dos alojamentos com essa ordenação, logo que viu o inimigo, que como de costume vinha insolentemente ao seu encontro, mandou que os batalhões do centro avançassem lentamente e os das extremidades se movessem com rapidez. Desse modo, quando a batalha começou, apenas as extremidades dos dois exércitos combatiam, enquanto as fileiras do centro permaneciam inativas, porque os soldados de Castruccio que estavam no centro ficaram tão para trás que os do centro do exército inimigo não os alcançavam; assim, os soldados mais fortes de Castruccio combatiam os mais fracos do inimigo, cujos mais fortes soldados nada faziam, por não poderem atacar os que estavam à sua frente nem prestar auxílio aos seus. Por conseguinte, sem muita dificuldade os inimigos das duas extremidades puseram-se em fuga, bem como os do centro, pois viram-se despojados de seus flancos; e, sem nada poderem demonstrar de sua virtù, fugiram (MAQUIAVEL, 2007, p.569).

Os inimigos de Castruccio sofreram uma enorme derrota. Mais de dez mil homens perderam suas vidas, entre eles muitos comandantes e grandes cavaleiros da Toscana pertencentes ao partido guelfo, além de príncipes que vieram em seu favor. Do lado gibelino, os mortos foram menos de trezentos, entre eles Francesco, o filho de Uguccione.

A vitória conquistada por Castruccio Castracani nesse episódio deu-lhe um renome tão grande que o mesmo Uguccione, seu aliado da véspera, movido pelo medo e pela inveja, passou a querer a sua eliminação.

Utilizando-se de todo tipo de expediente, em que se dispensava completamente a moral, Castruccio veio a tornar-se príncipe de Lucca e senhor de Pisa. Para conquistar e manter o poder, Castruccio matou seus inimigos e, atraindo-os, também os seus aliados da véspera. Castruccio era o príncipe frio em busca da conquista e manutenção do poder a qualquer custo.

Apenas o acaso põe um fim às conquistas do nosso herói. Ele não tomba no campo de batalha, nem é surpreendido por um rival de maior *virtù*. Ao expor-se a um vento gelado e pestilento que soprava do Arno, foi acometido pela febre e morreu. Segundo Maquiavel, Castruccio “era grato com os amigos, terrível com os inimigos, justo com os súditos, infiel com os estrangeiros; e jamais buscou vencer pela força quando podia vencer pela fraude, pois dizia que era a vitória, e não o modo dela, o que te trazia a glória (MAQUIAVEL, 2007, p.590)”.

Ao contrário de Macbeth, Castruccio não conhece a menor culpa. É isso o que faz com que morra no auge de sua glória, sem jamais haver tido o seu poder ameaçado. No entanto, pode-se perguntar: é verossímil um ser humano

movido por atitudes tão frias como as de Castruccio Castracani, o príncipe ideal³?

3. O Príncipe de Gramsci

Antonio Gramsci, ao escrever sobre a grande obra de Maquiavel, argumenta:

O moderno príncipe, o mito-príncipe, não pode ser uma pessoa real, um indivíduo concreto; só pode ser um organismo; um elemento complexo de sociedade no qual já tenha se iniciado a concretização de uma vontade coletiva reconhecida e fundamentada parcialmente na ação. Este organismo jê é determinado pelo desenvolvimento histórico, é o partido político: a primeira célula na qual se aglomeram germes de vontade coletiva que tendem a se tornar universais e totais. No mundo moderno, só uma ação histórico-político imediata e iminente, caracterizada pela necessidade de um procedimento rápido e fulminante, pode-se encarnar miticamente num indivíduo concreto; a rapidez só pode tornar-se necessária em virtude de um grande perigo iminente, grande perigo que efetivamente leve a um despertar fulminante das paixões e do fanatismo, aniquilando o senso crítico e a corrosividade irônica que podem destruir o caráter “carismático” do condottiero [...]. Mas uma ação imediata de tal gênero não pode ser, pela sua

³ No filme de Orson Welles *Prince of Foxes* (1949), Andrea Orsini é um impostor que pretende se dar bem seguindo os ideais do *Príncipe*. Repete constantemente as máximas (mal) atribuídas a Maquiavel. Segue o espírito do tempo. É aliado de César Bórgia, a princípio. No entanto, se apaixona pela esposa de seu inimigo comum (enquanto César Bórgia despreza esses sentimentos). Quase se arruína por conta disso. Mas no final, percebe que não há qualquer glória em vencer a todo custo. Ajudado pelo amigo Belli, outro impostor, sai da prisão em que Bórgia o metera, consegue se vingar de seu aliado da véspera e juntar-se a Camilla, sua amada. A lição é que não se pode vencer pela mentira e a trapaça, e que a verdade compensa. É o anti-Príncipe.

própria natureza, ampla e de caráter orgânico: será quase sempre de tipo restauração e reorganização, e não de tipo peculiar à fundação de novos Estados e de novas estruturas nacionais e sociais (como no caso do *Príncipe* de Maquiavel, em que o aspecto da restauração era só um elemento retórico, isto é, ligado ao conceito literário da Itália descendente de Roma, que deveria restaurar a ordem e a potência de Roma). Será de tipo “defensivo”, e não criador original, em que se supõe que uma vontade coletiva já existente tenha-se enfraquecido, disseminado, sofrido um colapso perigoso e ameaçador mas não decisivo e catastrófico que torne necessário concentrá-la novamente e fortalecê-la, e não que se deva criar uma vontade coletiva ex novo, original [...] (GRAMSCI, pp.6-7, 1989).

Essa famosa passagem do filósofo sardo pode ser resumida numa proposição teórica muito cara aos marxistas: a de que as estruturas superiores da sociedade, as “superestruturas” são condicionadas pelas estruturas econômicas sociais mais fundamentais, sobre as quais repousam.

Há, no entanto, algo que deve ser observado aqui: se é verdade que um homem completamente despido de moral, como Castruccio, é difícil de se conceber (embora admitamos a existência de governantes assim)⁴, o partido político no papel do príncipe, desempenhando suas tarefas frias e calculistas, com vistas à conquista e a manutenção do poder, é menos difícil de se imaginar. Pois quando o partido age, o que age é o “mecanismo”, o “organismo” vivo, não os indivíduos em separado; quando o indivíduo age dentro desse organismo, não age como indivíduo, mas como parte desse organismo maior, dentro de sua lógica e

⁴ César Borgia é o modelo do *Príncipe* de Maquiavel. Impiedoso, cruel, frio, amoral e inescrupuloso. É sempre um vencedor, exceto pelo final da vida, em que cai doente.

fundamentado em suas aspirações. Daí, por exemplo, que o burocrata e o soldado nazista não conhecessem, em geral, o sentimento de culpa ao realizar as suas funções atroz.

O partido, o organismo, a instituição política moderna, formada por indivíduos, mas “maior” que a soma de suas partes componentes é a realização prática do Príncipe sonhado por Maquiavel. Apenas esse organismo, despido de sentimentos e escrúpulos que invariavelmente são atribuídos apenas aos seres humanos, seria capaz de agir com a frieza e o cálculo amoral necessário à conquista e a manutenção do poder e à realização dos seus mais variados objetivos, similar à sorte e ao destino de Castruccio Castracani.

4. O Príncipe hoje

Pode-se dizer que, em certa medida, Maquiavel projetou o ideal de seu príncipe virtuoso como uma sombra do passado. A própria construção do personagem de Castruccio Castracani, despida da complexidade humanista dos personagens de Shakespeare, por exemplo, pode ser ainda o sinal de resquícios da literatura antiga na obra de Maquiavel. O mundo de Maquiavel não era mais o mundo do feudalismo, o mundo da Idade Média, mas também *não era ainda* o mundo moderno. Por isso a sua obra insere-se num período de transição.

O príncipe de Gramsci, como vimos, ao constituir-se como partido, ou seja, como uma força impessoal, como um organismo, aproxima-se do ideal do líder *condottiero* concebido por Maquiavel. Quem age não é o “homem”, mas a “instituição”; os indivíduos agem apenas dentro da lógica própria da instituição. E por isso não são completamente “culpáveis”.

Num momento em que os partidos (ou seja, o “Príncipe de Gramsci”) sofrem uma enorme crise de prestígio, um processo de questionamento generalizado e mesmo de desvalorização, nós propomos a reflexão sobre qual a forma do Príncipe moderno.

Se é fato, como anotava Gramsci, que o partido é uma construção histórica, qual será a forma política que as atuais transformações históricas e econômicas nos legarão ou nos impulsionarão a construir nesse processo eterno e contínuo de transformação do mundo?

Para responder tal pergunta seria necessário estudar e compreender de modo profundo o sentido econômico dessas transformações, e como elas influenciariam na constituição de organismos políticos modernos, capazes de levar a cabo uma transformação política e econômica que supere as atuais relações sociais. Mais: questiona-se mesmo em que medida tais organismos são o resultado das atuais transformações econômicas e sociais, e em que medida delas são resultantes.

BIBLIOGRAFIA

BURCKHARDT, JACOB. **A cultura do Renascimento na Itália**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

GRAMSCI, ANTONIO. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

JOLY, MAURICE. **Diálogo no inferno entre Maquiavel e Montesquieu**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

LARIVAILLE, PAUL. **A Itália no tempo de Maquiavel**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

MAQUIAVEL, NICOLAU. **O Príncipe e Escritos Políticos**. São Paulo: Folha de S. Paulo, 2010.

_____. **História de Florença**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____. **A arte da guerra. A vida de Castruccio Castracani. Belfagor, o Arquidiabo.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1980.

SHAKESPEARE, WILLIAM. **Macbeth.** São Paulo: Brasiliense, 1993.

4. NOTAS SOBRE A MATABILIDADE NO PRINCIPADO MODERNO: MAQUIAVEL ENTRE AUCTORITAS E POTESTAS

Oswaldo Giacoia Júnior¹

Mário Lúcio Garcez Calil²

INTRODUÇÃO

O objetivo do presente ensaio é o estudo da *biopolítica* em Maquiavel, a partir do paradigma metodológico do *homo sacer*, especialmente sob a perspectiva da matabilidade, utilizando-se, para tanto, o paradigma do principado, por intermédio de pesquisa bibliográfica, utilizando-se, na escrita, o procedimento dedutivo.

Justifica-se o presente estudo, especialmente em decorrência da importância de Maquiavel para a ciência política moderna, bem como a necessidade de colocar suas teorizações sob paradigmas contemporâneos. Escolheu-se,

¹ Professor Titular do Departamento de Filosofia da Universidade Estadual de Campinas. Graduado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1976) e em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (1976). Mestre em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1983). Doutor em Filosofia pela Freie Universität Berlin (1988). Pós-doutorado pela Freie Universität Berlin (93-94), Viena (97-98) e Lecce (2005-2006). Livre-docente em Filosofia pela Universidade Estadual de Campinas. Professor do Mestrado em Direito da Fundação de Ensino Eurípides de Marília (UNIVEM). E-mail: ogiacoia@hotmail.com.

² Pós-doutorado (Bolsista PDJ-CNPQ) e estágio pós-doutoral (bolsista PNPd-CAPES) pela Fundação de Ensino Eurípides Soares da Rocha de Marília-SP (bolsista PNPd-CAPES). Doutor em Direito pela Faculdade de Direito de Bauru (CEUB-ITE). Mestre em Direito. Professor Adjunto IV da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Vice-líder do grupo de pesquisa "Bioética e Direitos Humanos, vinculado ao Programa de Mestrado do UNIVEM. E-mail: mario.calil@yahoo.com.br.

para tanto, a teorização acerca da biopolítica, assim como o paradigma metodológico do *homo sacer*.

Note-se, todavia, tratar-se a exposição abaixo de uma discussão inicial acerca do tema, ainda carente de desenvolvimentos relacionados a questões de maior complexidade teórica, especialmente no que concerne às especificidades do conceito de biopolítica como fora construído por Michel Foucault.

1. O PRÍNCIPE E O PRINCIPADO: MAQUIAVEL, A POLÍTICA E A CRUELDADE

Intenta-se, no presente tópico, estudar o contexto no qual foi escrito *O Príncipe*, assim como trabalhar os conselhos dados por Maquiavel acerca do uso da crueldade para a manutenção dos principados, para que seja possível aferir o grau de instrumentalidade conferido pelo autor à violência.

1.1. O contexto d'O Príncipe

O notável opúsculo de Maquiavel surgiu em um contexto posterior a um período de grande turbulência, no qual o autor, forçado ao exílio e ao ostracismo, passou a refletir profundamente acerca dos aspectos mais sensíveis da política florentina, a partir de sua longa prática como conselheiro.

Em 1434, Florença estava submetida à família Médici. A Itália estava fragmentada em repúblicas e principados independentes, sem um poder central forte como os já estabelecidos em outros países. Tal divisão provocava desentendimentos entre os principados, que sofriam invasões e depredações por franceses e espanhóis (ANDRADE, 2006, p. 49).

Enquanto os pensadores refletiam sobre sua realidade e as exigências de seu tempo, sob uma perspectiva *humanista*, nasceu Nicolau de Bernardo Maquiavel, em Florença, em 3 de maio de 1469. Aos 29 anos, foi secretário da Segunda Chancelaria, cuidando dos assuntos externos de Florença. (ANDRADE, 2006, p. 50).

No ano de 1502, tornou-se conselheiro e homem de confiança de Soderini, tendo sido enviado pelo governo à França, Alemanha, dentre outros, para tratar de alianças. Isso despertou seu interesse por questões políticas, fazendo com que percebesse a fragilidade dos principados italianos (ANDRADE, 2006, p. 50).

A participação ativa na vida política de Florença fez com que Maquiavel fosse escolhido para ser o secretário d'Os Nove das Milícias, oportunidade na qual, recou e organizou uma milícia florentina para substituir “[...] os caros e perigosos exércitos mercenários” (ANDRADE, 2006, p. 50-51).

Com a conquista de Florença pelas tropas espanholas, em 1512, e a derrubada da república florentina, Soderini foi exilado e Maquiavel perdeu suas funções. Acusado de conspiração, foi preso e, após sofrimentos e humilhações, foi inocentado e libertado, retirando-se para uma pequena quinta, herança de família (ANDRADE, 2006, p. 51).

Maquiavel, então, iniciou uma nova fase, distante da prática e do cenário político. As grandes reflexões do período transformaram-no em um dos maiores escritores políticos da modernidade. Nesse contexto de derrota política e solidão voluntária é que escreveu seu livro mais famoso e controverso: *O Príncipe* (ANDRADE, 2006, p. 51).

Ao contrário do que se possa pensar, nenhuma glória foi destinada a Maquiavel por ocasião de seu exílio: de celebrado político, estudioso e diplomata, tornou-se agricultor. Passou a conviver com pessoas das mais

distintas classes sociais, a beber em tabernas em beiras de estrada, com as roupas usualmente coberta de barro.

Escrevendo a Francesco Vettori, embaixador da República Florentina em Roma, afirmou que a publicação d'O *Príncipe* poderia tirá-lo da pobreza, bem como fazer com que os Médici que passaram a comandar Florença o empregassem, “[...] mesmo se eles tivessem de começar por me fazer rolar uma pedra” (MAQUIAVEL, 1986, p. 16).

Ao escrever a Lorenzo de Médici, governante de Florença na época, oferece-lhe seu opúsculo como presente, na esperança de ter reconhecidos sua experiência e seus conhecimentos acerca da política florentina, bem como “[...] os grandes e imerecidos sofrimentos que me foram impostos por um fado cruel”. (MAQUIAVEL, 1986, p. 19)

N'O *Príncipe*, Maquiavel constrói suas teorias a partir de suas vivências nos bastidores da política florentina, assim como se baseia em uma multiplicidade de teóricos, desde a antiguidade, passando pelos romanistas clássicos e pelos medievalistas. Uma de suas maiores influências, todavia, foi o movimento humanista medieval.

Maquiavel buscou inspiração nas atitudes e valores dos *humanistas cívicos* do começo do século XI, cujo herói era o *vir virtutis*. Desse modo, a ambição mais adequada a uma personalidade heroica deveria ser a de almejar o mais elevado grau de *honra*, *glória* e *fama* (SKINNER, 1996, p. 139).

Maquiavel apresenta a *virtut* do governante como uma *força criativa*, “[...] a chave para que ele “mantenha seu estado” e se capacite a esmagar seus inimigos. O principal mérito do povo passa a residir em sua característica tendência a uma benigna passividade, pois, em toda a obra, assume que “[...] o povo pede apenas para não ser oprimido” (SKINNER, 1996, p. 142).

Ocorre que a *virtut* do príncipe não depende apenas de sua capacidade de chegar à glória, pois a manutenção do principado pode depender do uso da força. Mais do que isso, a incapacidade do governante de se utilizar da violência pode leva-lo à ruína, de maneira que deve, caso seja necessário, esquecer-se da cristandade.

1.2. O Príncipe e a violência

As teorias constantes d'O *Príncipe* determinam o uso da força nas situações nas quais a violência seja determinante para a manutenção do poder do governante, mesmo que essa atuação determine a necessidade de se desviar de certos princípios cristãos. Há, assim, a necessidade ocasional de praticar o mal.

Maquiavel parte do pressuposto que um príncipe que agir, virtuosamente, em todos os casos, padecerá em meio a outros, que não são virtuosos. Esse é, portanto, o dilema que caracterizaria o príncipe. Sua única saída seria aceitar, sem reservas, que, para *manter seu estado*, deve renunciar às exigências da virtude cristã (SKINNER, 1996, p. 154-155).

Ele afirma ser possível afirmar que todos os homens são ingratos, caprichosos, mentirosos e embusteiros, fogem do perigo, bem como são, ainda, ávidos por vantagens, de modo que não é surpreendente que Maquiavel se sinta no dever de prevenir o príncipe de que os homens são *criaturas perversas* (SKINNER, 1996, p. 158).

Assim, “[...] deverá estar preparado para infringir todas as convenções da fé, caso deseje conservar-se seguro” (SKINNER, 1996, p. 158). Nota-se, portanto, que boa parte da má fama de Maquiavel se deve à impressão que demonstrava ter acerca dos seres humanos em geral, distantes que estão da *virtú*.

Determina, portanto, que a defesa do Estado, nos demais principados, depende da violência, tendo-a como

elemento necessário à governabilidade e à defesa dos súditos, tendo em vista que, nesses contextos, as leis não equivalem a ditames eclesiásticos, devendo os príncipes, se necessário, fazerem uso da violência.

Maquiavel preceitua o uso da força (ou *crudeldade*), a definir o principado novo em oposição ao *hereditário*, como o contrário do emprego da bondade, a definir o principado *eclesiástico* em oposição aos *laicos*), não se refere a *qualquer* emprego da *crudeldade*, que poderia ser *bem* ou *mal* empregada (SALATINI, 2014, p. 80).

No primeiro caso, é empregada quando e porque seja necessário; no segundo, o é “[...] ao bel-prazer do príncipe”. Se *bem* empregada, seu uso deriva da *necessidade*: o príncipe usa violência porque precisa; se *mal* empregada, resulta do *desejo*, de modo que príncipe usa da *crudeldade porque quer* (SALATINI, 2014, p. 80).

A *crudeldade bem* empregada funda ou mantém o Estado; a *mal* empregada é usada para expropriar ou assassinar súditos. Se *bem* empregada, evita a perda do Estado; se *mal* empregada, enfraquece a autoridade do príncipe, levando à perda do. *Bem* empregada, começa maior e vai diminuindo; *mal* empregada, começa menor e segue aumentando (SALATINI, 2014, p. 80).

Assim, a diferença entre uma e outra não é de *quantidade*, mas de *qualidade*: a *crudeldade bem* empregada configura o *uso político da violência*, enquanto a *mal* empregada, demonstra um uso *corrupto*, que acaba por distinguir o monarca do tirano: o primeiro é um príncipe de *virtù*, não importando a *crudeldade* de seus métodos (SALATINI, 2014, p. 80)

Já o segundo só pode contar com a fortuna, pois não conseguira por si, manter seu Estado (SALATINI, 2014, p. 80). Maquiavel, assim, coloca algum tipo de limite no que concerne às possibilidades de utilização da violência, relacionando-o à *virtù*, em oposição ao conceito de *corrupção*.

Apesar de corroborar somente o uso político da violência, o fato de se referir à força como forma de manutenção do poder, mesmo que de forma atrelada à *virtú*, fez com que o autor ganhasse a indevida má fama, com base nas afirmações de que *O Príncipe* seria, na verdade, um manual para um líder cruel.

Passou-se a perceber o pensamento maquiavélico não mais como uma “[...] geometria euclidiana da política eterna, mas como pensamento de seu tempo”, pois tudo o que fez foi “[...] aceitar essa realidade como um dado concreto e definidor da natureza humana” (CLARET, 1986, p. 48), situação que transformou *O Príncipe* em um clássico da teoria política.

A releitura contemporânea de Maquiavel coloca-o, na verdade, como o criador daquilo que modernamente se entende por *ciência política*. Apesar de não ter sido essa a sua intenção, *O Príncipe* inaugurou um novo período no entendimento e no tratamento de diversas questões político-estatais.

2. MAQUIAVEL E O NASCIMENTO DA POLÍTICA MODERNA

O presente tópico se dirige a estabelecer as devidas relações entre a obra de Maquiavel e o surgimento da moderna concepção de política, a partir da qual se desenvolveram diversas concepções contemporâneas, para que seja possível, posteriormente, determinar a existência de ligações entre suas teorizações e o nascimento da biopolítica.

2.1. *O Príncipe* como manual da política

O desenvolvimento da escrita d’*O Príncipe* ocorreu após Maquiavel ter se exilado em sua quinta, em decorrência, a partir de 1502. Referido opúsculo é fruto de

um prolongado período de isolamento e reflexão, no qual o autor se utilizou de vários referenciais teóricos e de sua experiência como agente político.

Sua pretensão era “[...] escrever sobre a arte de conquistar e de manter o poder político e até mesmo de criar um novo Estado” (ANDRADE, 2006, p. 52). Maquiavel inovou na seara dos conhecimentos teóricos da época, pois se propõe a lançar um conjunto de instruções que acabou por se relacionar diretamente ao conceito contemporâneo de Estado.

Seu primeiro conselho “[...] é que o príncipe deve deixar de ser bom quando a ocasião assim o exigir”. Propõe, assim, uma divisão da moral: a moral dos homens, em oposição à do Estado, sendo que esta deve se sobrepor àquela “[...] se estiver em jogo a posse e a unidade do principado” (CORTINA, 2000, p. 135).

O segundo é que o príncipe não pode ser deixar dominar pelo comportamento liberal, pois isso pode empobrecê-lo, tornando-o odiado pelo povo. Assim, a liberalidade é maléfica, “[...] porque torna o príncipe necessitado e odioso e essas são duas qualidades extremamente ruins para a manutenção do poder” (CORTINA, 2000, p. 135).

O *Príncipe*, dessa forma, é um manual de política que teoriza acerca de temas nunca antes tratados de maneira específica da mesma forma. Sua abordagem é diversa daquilo que havia sido teorizado até então, pois o autor parte, inclusive, do pressuposto de que os homens são criaturas naturalmente ruins e egocêntricas.

É com essa natureza humana que os governantes têm de lidar. Não podem esquecer, assim, a incômoda situação na qual estão inseridos, “[...] rodeados de homens ávidos por trair”. Assim, Maquiavel defende a ideia de que “[...] ao príncipe é melhor ser temido do que ser amado” (GUANABARA, 2011, p. 37).

Os estudos acerca da obra de Maquiavel, especialmente os revisionistas, vêm entendendo que O *Príncipe* inaugura uma nova era na ciência política. Há quem entenda, inclusive, que o referido opúsculo é o marco inicial para a própria concepção moderna de política.

2.2. O principado como paradigma político da modernidade

As teorizações de Maquiavel inspiradas em conceitos da antiguidade clássica e do medievo foram capazes de produzir uma renovação em relação a diversas concepções anteriores. Nesse mesmo sentido, o principado, antes referente apenas a uma extensão territorial comandada por um príncipe, converteu-se em um paradigma metodológico da política moderna.

O principado deriva do povo ou dos grandes. O príncipe, contudo, deve enfrentar o conflito de desejos entre o povo e os grandes, se quiser manter o poder do Estado, pois, em todas as cidades, há esses dois *humores*: o povo não quer ser comandado ou oprimido, mas os grandes desejam comandar e oprimir o povo (MAQUIAVEL, 2010, p. 43).

Nota-se, aqui, que o conceito de principado se encontra além de seu sentido comum: não é apenas um território sob o comando de um príncipe, mas, sim, um *locus* específico de dominação, no qual um soberano exerce seu poder dentro de limites exclusivamente políticos, não jurídicos.

Até porque, “[...] com o tempo, a força usada para instalar um príncipe no poder seria esmaecida, dando margem a mecanismos menos chocantes de preservação da autoridade” (CARDOSO, 2010, p. 21). Demonstra-se, aqui, a passagem da *auctoritas* à *potestas* que contaminou o direito romano clássico.

O paradigma político-metodológico do principado, especialmente em decorrência do fato de ser construído dentro do horizonte histórico real, distante de uma perspectiva exclusivamente metafísica, guarda relações diretas com o nascimento da biopolítica, especialmente a partir de Foucault.

3. MAQUIAVEL E O BIPODER

O presente tópico tem por objetivo tratar da relação entre a teoria política de Maquiavel, especialmente n’O *Príncipe*, e o conceito de biopoder em Michel Foucault, para que seja possível, no tópico seguinte, enquadrar o paradigma metodológico do principado no contexto da matabilidade.

3.1. O *Príncipe* e o nascimento da biopolítica

Maquiavel, ao contrário dos teóricos da antiguidade e do medievo, desvia-se da metafísica clássica para encarar a realidade histórica de seu tempo, assim como para formular estratégias generalistas de governamentalidade (na expressão foucaultiana), a partir, inclusive, de suas experiências nos bastidores da política florentina.

Refletindo sobre a realidade de sua época, não elaborou uma *teoria do Estado moderno*, mas, sim, uma teoria acerca da *constituição do Estado moderno*: “[...] isso é o começo da ciência política; ou, se quisermos, da teoria e da técnica da política entendida como uma disciplina autônoma, separada da moral e da religião” (GRUPPI, 2001, p. 10).

Ao fornecer uma teoria realista, Maquiavel “[...] é o primeiro a considerar a política de maneira científica, crítica e experimental” (GRUPPI, 2001, p. 13). Desse modo, Maquiavel inovou ao estabelecer, na prática política, a

separação entre *auctoritas* e *potestas*, como não puderam fazer os romanistas ou os medievalistas.

Encontra-se ainda mais longe da ideia cristã, que via como “[...] virtuoso quem faz o bem ou da utopia posterior, do século XVIII, de que o homem é puro por sua natureza” (CARDOSO, 2010, p. 14), estabelecendo, portanto, as bases para que algumas correntes da teoria política moderna pudessem passar a existir.

O Principado é o primeiro efeito das relações estabelecidas entre os grandes e o povo, no qual todos estão subjugados ao poder do príncipe. O corpo político será marcado pelo conflito, mediado, no Principado, pela figura do monarca; já na República, a lei exerce esse papel (SOUZA, 2014, p. 59-60).

Justamente a constatação de que o conflito é parte indispensável da *praxis*, a separar *auctoritas* e *potestas*, é que provoca a inserção do aspecto *biológico* na política. Distante da moral e colocada na realidade histórica, ao soberano é conferido poder de vida e morte, no paradigma do principado.

3.2. O biopoder: de Maquiavel a Foucault

Foucault entendeu que a morte é um elemento determinante para Maquiavel, especialmente n’O *Príncipe*, já que o principado (enquanto paradigma metodológico) depende do poder de vida e morte do monarca sobre seus súditos, que foi determinante para estabelecer o repúdio à sua obra.

Antes do século XVIII, uma frase que representaria as intenções dos escritos de Maquiavel seria: “fazer morrer e deixar viver”, a demonstrar que o príncipe tinha poder sobre a vida dos seus súditos, revelando, assim, sua inerente capacidade de matar. O controle social se estabelecia a partir da morte (FOUCAULT, 1988, p. 129).

A *velha potência da morte* que simbolizava o poder soberano foi “[...] recoberta pela administração dos corpos e pela gestão calculista da vida”. Na época começam a se desenvolver “[...] técnicas diversas e numerosas para obter a sujeição dos corpos e o controle das populações. Abre-se assim a era do ‘biopoder’ e da ‘biopolítica’” (FOUCAULT, 1988, p. 130).

Desse modo, a releitura de Maquiavel após o Século XVIII foi capaz de compreender a natureza histórico-prática de suas teorizações e sua importância para controle da vida, demonstrando que a necessidade de separação prática entre *auctoritas* e *potestas* é da essência da teoria política.

Em Foucault, a biopolítica consiste na tentativa de explicar o processo por intermédio do qual, a partir da modernidade, a vida do indivíduo e a existência biológica de espécie humana passaram a se integrar às técnicas e estratégias de um poder político que se volta a otimizar as *forças vitais produtivas* (FOUCAULT, 2008, p. 31).

Modifica-se, assim, a própria *natureza* do poder, que deixaria de ser exercido sob a legalidade e a jurisdição, passando a sê-lo sob os seres vivos: o poder não seria mais jurídico, relacionado à soberania, mas, sim, *biológico*, resultante da população viva. Operou-se uma transformação sem precedentes no paradigma da política clássica (FOUCAULT, 2008, p. 31).

Foucault foi capaz de compreender que o *biopoder* é responsável pela separação entre *auctoritas* e *potestas*. A comprovação histórico-paradigmática dessa acepção é o período entre a ascensão e a queda do Terceiro Reich, a demonstrar que, no contexto biopolítico, moral e direito sucumbem diante da potência da morte.

Não se trata de uma filosofia política, mas, sim, de uma *biologia política*, ou seja, “[...] uma política da vida e sobre a vida invertida em seu contrário e, portanto, produtora de

morte” (ESPOSITO, 2008, p. 177), a estabelecer, portanto, a transformação do principado em paradigma biopolítico.

4. O PRINCIPADO E O BIOPODER

Busca-se, a seguir, explicitar as bases para a teorização da biopolítica a partir de Agamben, sob o paradigma metodológico do *homo sacer*, bem como de suas intersecções com as teses de Maquiavel acerca do principado, para que seja possível, após, relacioná-las com o conceito de *matabilidade*.

4.1. O *homo sacer* como paradigma biopolítico

A partir do paradigma metodológico do *homo sacer*, a *matabilidade* e a *sacralidade*, em Agamben, são conceitos que representam críticas a alguns dos dogmas da biopolítica foucaultiana. Foram utilizados para construir a sua *reinvenção*, atrelada, especialmente, às relações entre a soberania e o conceito *devida nua*.

Sustenta, nesse sentido, que a biopolítica é a *produção do corpo biopolítico*, e que tem sido a estrutura subjacente ao poder soberano primordial. Assim, a biopolítica não é uma condição especial auto imposta à humanidade ocidental, pois é inseparável da *vida nua*, privada de qualquer *status*, dignidade, ofício ou identidade (SCHÜTZ, 2011, p. 73).

Agamben, portanto, promove uma releitura da teorização foucaultiana, oferecendo um paradigma específico para o seu entendimento: o *homo sacer*, figura do direito romano arcaico, um estado de inumanidade, que impõe a alguém a *matabilidade*, ou seja, a possibilidade de ser morto por outrem sem que essa conduta seja punível.

Trata-se do “[...] paradigma biopolítico para o qual ele não consegue encontrar solução”. A *vida indigna de ser*

vivida não é um conceito ético, mas, sim, *político*, que produz a “[...] extrema metamorfose da vida matável e insacrificável do *homo sacer*, sobre a qual se baseia o poder soberano” (AGAMBEN, 2002, p. 148-149).

Deve-se notar, portanto, a relação direta entre a matabilidade e a política, a corroborar a separação entre *auctoritas* e *potestas*. Nesse diapasão, o paradigma metodológico do *homo sacer* se relaciona ao conceito de principado como paradigma biopolítico, especificamente a partir da figura do príncipe.

4.2. O príncipe e o *homo sacer*

As relações entre o príncipe e a matabilidade podem ser demonstradas no contexto do principado maquiavélico, no qual o príncipe recupera a potência da morte, produzindo um permanente estado de exceção soberana, no qual o monarca detém o poder de matar ou de deixar viver.

Referido poder se volta a fazer com que os súditos respeitem às leis. Ocorre que o governo do príncipe é apenas uma das modalidades de comando (VALERIO, 2013, p. 184). Nesse contexto, todavia, o monarca tem poder de vida e morte que caracteriza a biopolítica, que Maquiavel, todavia, extrai do humanismo clássico.

Nesse sentido é que Agamben traz uma influência distinta da abordagem foucaultiana: enquanto Foucault baseia seu modelo na *descontinuidade histórica radical*, apresentada como *novidade sem precedentes*; Agamben afirma parte de um extenso processo histórico, ainda em curso (HERON, 2011, p. 36-39).

Ora, nesse sentido, a obra de Maquiavel marca o início da era moderna da política, inclusive, marcando o reconhecimento da influência do biopoder do príncipe sobre os súditos. A redescoberta de seus paradigmas

teóricos no Século XVIII, em concomitância histórica com a ofensiva revolução jacobina comprova essa relação.

Desse modo, *vida* não é um conceito biológico, mas político, que rejeita as noções de *força vital* e de *vida biológica*. A distinção entre *vida natural* e *formas políticas da vida* é o ponto de partida para o surgimento da *soberania biopolítica*, que inclui a vida na política, por meio de sua exclusão (MILLS, 2011, p. 123).

A matabilidade, nesse sentido, integra o conceito de principado de maneira inseparável, no específico sentido da *disponibilidade da vida dos súditos*, corroborando sua característica *biopolítica*, consistente na *instrumentalização da vida* dirigida à manutenção do poder do príncipe a qualquer custo.

5. MATABILIDADE E DIREITOS HUMANOS: ENTRE AUCTORITAS E POTESTAS

O presente tópico tem por objetivo o estudo das relações entre os conceitos agambenianos e maquiavélicos sob a perspectiva dos paradigmas do principado e do *homo sacer*, para que seja possível aferir se a separação entre *auctoritas* e *potestas* determinada pela obra de Maquiavel influenciou a superveniência dos direitos humanos.

5.1. A matabilidade no principado

Apesar de separar conceitualmente o Principado da República, Maquiavel afirma que ambos podem se basear em *auctoritas* ou *potestas*. Diferentemente dos teóricos que antecederam, o autor parte do pressuposto da impossibilidade de separação estanque entre as naturezas humana e animalésca.

Os principais fundamentos de todos os Estados, novos, velhos ou mistos, “[...] são as boas leis e as boas

armas”. Desse modo, há dois modos de combater: com as leis ou com a força. Enquanto aquele é próprio do homem, o segundo é típico dos animais. Ocorre que a lei nem sempre é suficiente. Utiliza-se, nesse caso, à força (MAQUIAVEL, 2010, p. 93-102)

Assim, o príncipe, para se manter no poder, deveria abraçar suas características inumanas, mesmo que atuasse em sentido oposto à lei: *auctoritas* e *potestas*, dessa maneira, se encontram em uma relação de *alternância*, dependente da flutuação das questões políticas às quais o monarca se encontrar submetido.

Maquiavel reconhecia que, especialmente nos novos principados, estariam as principais dificuldades políticas para a boa administração da coisa pública. Esses forneceram material empírico a vários teóricos das ditaduras e modelos de transição para as democracias, pois são regimes mistos prototípicos (ALMEIDA, 2010, p. 43).

Confirma-se que o principado é um paradigma biopolítico aplicável ao entendimento de vários regimes que, apesar de faticamente despóticos, encontram seu embasamento em paradigmas legitimadores formais. Nesse sentido, é que o extermínio dos judeus na Alemanha nazista foi baseado na lei estatal.

Nesse sentido, a tentativa de restituir ao extermínio dos hebreus uma *aura sacrificial*, pelo uso do termo “holocausto” é uma irresponsável cegueira historiográfica, pois o judeu, sob o nazismo, é o referente negativo privilegiado da nova soberania biopolítica, um flagrante caso de *homo sacer*, “[...] no sentido de vida matável e insacrificável” (AGAMBEN, 2002, p. 121).

Esses movimentos redefiniram as relações entre homem e cidadão, que passaram a ser inteligíveis apenas sobre o pano de fundo biopolítico “[...] inaugurado pela soberania nacional e pelas declarações dos direitos”. O vínculo entre os direitos do homem e a nova determinação

biopolítica da soberania permite compreender esse fenômeno (AGAMBEN, 2002, p. 137).

Sob esses paradigmas, portanto, o nazismo tornou a Alemanha um exemplo de principado moderno, no qual os súditos se tornam matáveis e insacrificáveis, de acordo com a vontade do monarca, mesmo que legitimado pela lei, comprovando-se o distanciamento entre *auctoritas* e *potestas* que caracteriza a política moderna.

5.2. Agamben entre *auctoritas* e *potestas*: a matabilidade do súdito

O paradigma biopolítico do principado moderno confirma que a ideia de legitimação, especialmente por intermédio do direito, fragiliza-se diante da alternância entre *auctoritas* e *potestas*: a *potência da morte*, que pertence ao príncipe, ao tornar matáveis seus súditos, demonstra que o biopoder é absoluto, até mesmo sobre a lei.

Auctoritas significa poder e influência, “[...] não apenas derivada da posse da magistratura ou definida por meio de um decreto legal. Sua natureza era a autoridade pertencente ao Senado da República como um corpo, ou ao senador individualmente, se ele tivesse posição, idade e reputação” (SYME, 1967, p. 413).

No principado, a *auctoritas* é atribuída exclusivamente ao príncipe, como biopoder total sobre as vidas dos súditos. Isso porque o monarca assume a posição de soberano sobre a vida e a morte, sub-rogando-se nas figuras de governante, representante, acusador, juiz e executor, dominando todos os aspectos vitais daqueles que se encontram sob seu jugo.

A *auctoritas* é uma fenomenologia jurídica que respeita ao direito privado, âmbito no qual *auctoritas* é a propriedade do *auctor*, da pessoa *sui iuris*, que era o *pater*

familias, que, por meio da fórmula técnica *auctorflo*, confere “[...] validade jurídica ao ato de um sujeito que, sozinho, não pode realizar um ato jurídico válido” (AGAMBEN, 2004, p. 117).

Revelando sua *real essência*, mediante a qual o poder pode “conferir a legitimidade” e, simultaneamente, *suspender o direito*: “[...] ela é o que resta do direito se ele for inteiramente suspenso”. A *auctoritas* revela a “[...] pretensão do direito de coincidir num ponto eminente com a vida não poderia ser afirmada de forma mais intensa” (AGAMBEN, 2004, p. 123).

A dupla estrutura da máquina governamental, entre *auctoritas* e *potestas* assume a forma de articulação entre *Reino e Governo*, entre *poder como governo e gestão eficaz* e *poder como realeza cerimonial e litúrgica* (AGAMBEN, 2004, p. 124), a comprovar que pouco importa qual a base formal do poder do monarca.

Demonstra-se, nesses termos, que os modos de legitimação no Estado moderno, a partir do paradigma biopolítico do principado, corroboram a separação entre *auctoritas* e *potestas*, caracterizada pela matabilidade dos súditos, convertendo os direitos humanos em mero instrumento de governamentalidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Maquiavel teorizou a partir de suas vivências nos bastidores da política florentina e em vários teóricos antigos, romanos e a partir de influências humanistas medievais, especialmente no que concerne à *virtut* do príncipe, que depende tanto de sua capacidade de alcançar a glória quanto a mantê-la, mesmo com o uso da força.

A incapacidade de utilização da violência pode levá-lo à ruína, de modo que, se necessário, deve se esquecer da cristandade, nas situações nas quais sua utilização seja

indispensável para manter o poder do governante, demonstrando, assim, a necessidade ocasional de se praticar o mal.

A releitura contemporânea de Maquiavel passa a entendê-lo como criador da moderna *ciência política*, por ter inaugurado um novo período acerca da compreensão de várias questões político-estatais, inovando em relação aos conhecimentos teóricos da época, pois lança um conjunto de instruções diretamente relacionado ao conceito de Estado.

O principado é um *locus* específico de dominação, no qual o soberano exerce poder dentro de limites exclusivamente políticos, não jurídicos. Nesse sentido, demonstra a passagem da *auctoritas* à *potestas*. Esse paradigma político-metodológico é construído dentro de um horizonte histórico real, distante da metafísica.

A redescoberta de Maquiavel, especialmente a partir do Século XVIII se relaciona ao nascimento da biopolítica, especialmente por estabelecer a separação entre *auctoritas* e *potestas* e ao constatar que o conflito é parte indispensável da *praxis*, inserindo o aspecto *biológico* na política, ao distanciar o soberano da moralidade.

Foucault entendeu que a morte é determinante para Maquiavel, pois o principado, enquanto paradigma metodológico, instala a potência da morte, determinante para o repúdio à sua obra. Nesse sentido, Foucault compreendeu que o *biopoder* é capaz de separar *auctoritas* e *potestas*, afirmação que se comprova pela análise do período nazista.

Essas constatações transformam o principado em *paradigma biopolítico*. Nesse sentido, Agamben, ao promover a releitura da teorização foucaultiana, oferece um paradigma específico para o seu entendimento: o *homo sacer*, que estabelece um estado de *inumanidade*, impondo a alguém a *matabilidade*.

A relações entre o príncipe e a matabilidade se demonstra no principado maquiavélico, ao recuperar a potência da morte, produzindo um estado de exceção soberana permanente, no qual o monarca tem poder sobre a vida, que caracteriza a biopolítica, de modo que a obra de Maquiavel inicia a moderna da política, a reconhecer da influência do biopoder.

A matabilidade, assim, integra o conceito de principado, no sentido da *instrumentalização da vida dos súditos*, dirigida à manutenção do poder do príncipe. Maquiavel, inclusive, tem por impossível a separação estanque entre as naturezas humana e animalesca.

Demonstra-se uma relação de *alternância*, que depende das nuances políticas às quais o monarca se submete, que faz com que o principado, como paradigma biopolítico, é aplicável ao entendimento de vários regimes faticamente despóticos que, porém, se embasam em paradigmas legitimadores formais.

Assim, a exceção soberana massifica a sacralidade, comprovando que pouco importa a base formal do poder do monarca, demonstrando-se que os modos de legitimação no Estado moderno, a partir do paradigma biopolítico do principado, corroboram a separação entre *auctoritas* e *potestas*, caracterizada pela matabilidade dos súditos.

REFERÊNCIAS:

- AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção: Homo Sacer* II, 1. Tradução: Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo, 2004
- AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua* I. Tradução: Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

ALMEIDA, Paulo Riberto de. *O moderno príncipe: Maquiavel revisitado*. Brasília: Senado Federal, 2010. (Edições do Senado Federal - v. 147)

ANDRADE, Maria Lúcia de. *O Príncipe - Maquiavel*. HORN, Geraldo Balduino. (Org.). *Textos filosóficos em discussão*. v. 1: Platão, Maquiavel, Descartes e Sartre. Curitiba: Editora Elenco, 2006, p. 49-84.

BARROS, Vinicius Soares Campos. *10 lições sobre Maquiavel*. Petrópolis: Vozes, 2010.

CARDOSO, Fernando Henrique. Maquiavel eterno. In: MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2010, p. 11-22.

CORTINA, Arnaldo. *O Príncipe de Maquiavel e seus leitores: uma investigação sobre o processo de leitura*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

ESPOSITO, Roberto. *Termini della politica: comunità, immunità, biopolitica*. Milano: Mimesis, 2008.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade*. v. 1: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

GOYARD-FABRE, Simone. *Os princípios filosóficos do direito político moderno*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GRUPPI, Luciano. *Tudo começou com Maquiavel*. 16.ed. Porto Alegre: L&PM, 2001.

GUANABARA, Ricardo. “Há vícios que são virtudes”: Maquiavel, teórico do realismo político In: FERREIRA, Lier Pires. *Curso de ciência política: grandes autores do pensamento político moderno e contemporâneo*. 2.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011, p. 25-47.

HERON, Nicholas. Biopolitics. In: MURRAY, Alex; WHYTE, Jessica. (Eds). *The Agamben dictionary*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2011, p. 36-39.

MAQUIAVEL, Nicolau. Carta a Francisco Vettori em Roma. 1513. In: CLARET, Martin. *O pensamento vivo de Maquiavel*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1986, p. 13-16

MAQUIAVEL, Nicolau. Carta a Lorenzo de Médici. 1513. In: CLARET, Martin. *O pensamento vivo de Maquiavel*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1986, p. 18-19.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. São Paulo: Penguin Classics, 2010.

MILLS, Catherine. Life. In: MURRAY, Alex; WHYTE, Jessica. (Eds). *The Agamben dictionary*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2011, p. 123-126.

SALATINI, Rafael. Maquiavel e o Estado. In: SALATINI, Rafael; DEL ROIO, Marcos. (Orgs). *Reflexões sobre Maquiavel*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014, p. 73-89.

SCHÜTZ, Anton, FOUCAULT, Michel. In: MURRAY, Alex; WHYTE, Jessica. (Eds). *The Agamben dictionary*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2011, p. 73-75.

SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. v. 1. São Paulo: Companhia das Letras. 1996.

SOUZA, Flavia Roberta Benevenuto. Maquiavel: o governo misto e a república romana. In: SALATINI, Rafael; DEL ROIO, Marcos. (Orgs). *Reflexões sobre Maquiavel*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014, p. 57-73.

SYME, Ronald. *Tacitus*. London: Oxford University Press, 1967.

VALERIO, Raphael Guazzelli. Sobre a biopolítica de Giorgio Agamben: entre Foucault e Arendt. *Griot: Revista de Filosofia*, v.8, n.2, p. 175-189, dez., 2013.

SEGUNDA PARTE

5. MAQUIAVEL E A POLÍTICA MODERNA: NOTAS SOBRE OS FUNDAMENTOS DA SOCIABILIDADE CAPITALISTA

Jean Paulo Pereira de Menezes¹

Introdução

Nossas investigações sobre Nicolau Maquiavel estão vinculadas diretamente ao ensino público de graduação, na área de Política, em um curso de licenciatura e bacharelado em Ciências Sociais. Partimos do princípio onde não se estabelece uma separação, além da formal, entre pesquisa e ensino. Os pesquisadores podem deliberar não ensinar, mas os docentes não lhes é facultado a pesquisa durante o magistério. Mesmo diante das adversidades, postulamos a vinculação direta entre ensino e pesquisa.

O que pretendemos realizar aqui neste capítulo é um breve debate sobre os fundamentos da construção da modernidade no campo da política. Em nosso tempo presente, a discussão sobre os fundamentos, em certa medida, vem sendo negligenciada, sobretudo no que diz respeito à longa duração. Principalmente quando pensamos a longa duração a partir de uma perspectiva marxiana. Procuramos trabalhar na chave da longa duração por necessidade analítica, distanciando-se de uma história em migalhas como já apresentou ao público de leitores o

¹ Graduado em História, mestre em História e doutor em Ciência Sociais pela UNESP de Marília. Docente no curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, campus de Paranaíba. E-mail: fafica_95@yahoo.com.br .

historiador francês, François Dosse, ao se referir ao “movimento dos *Annales*”:

A fissura interna maior que atravessa o discurso dos Annales opõe os adeptos de uma história em migalhas, de uma história alinhada a cada um dos procedimentos das ciências sociais e os adeptos de uma história total, enriquecida com a contribuição das ciências sociais, mas preservadora da base histórica e da ambição globalizante (DOSSE, 1994, p. 103).

Nosso leitor não encontrará aqui uma perspectiva histórica em migalhas, como Dosse aponta a respeito do “movimento dos *Annales*”, especificamente no momento da sua “terceira” geração, dirigida por Jacques Le Goff. Nossas notas sobre Maquiavel e a política moderna procura trabalhar na perspectiva de longa duração, como nos legou Karl Marx² e Fernand Braudel³: *longue durée*⁴.

Nicolau Maquiavel é um dos pensadores que abre a modernidade. Legou contribuições substanciais para a construção do projeto da modernidade capitalista que viera se consolidar na Europa pós-Maquiavel. Pensadores clássicos são vulgarizados. Maquiavel não está fora deste contexto. O nome Maquiavel é utilizado como adjetivação, como sinônimo de maldade, crueldade. Evidentemente o pensamento do autor florentino não se limita a algo tão restrito. Uma distinção corrente para não fazer coro com este tipo de vulgarização é a utilização do termo maquiaveliano, para se referir as contribuições de Nicolau

² Para uma leitura mais avançada sobre o conceito de História em Marx, consultar: Ensaio sobre teoria da história em Marx, 2019, vide referências.

³ Sobre a Longa Duração braudeliana, consultar: História e Ciências Sociais, 2007, vide referências.

⁴ Tradução livre: longa duração.

Maquiavel. Buscaremos tratar deste aspecto neste capítulo da coletânea.

1. O tempo e o espaço florentino

"La historia es la exposición de hechos reales alejados de nuestra época; por ejemplo: Apio declaró la guerra a los cartagineses" (CICERÓN, Livro I: 1997, p. 121).⁵

Diante dos fatos, dos feitos humanos, existem dois conceitos fundamentais para o trabalho do historiador: o tempo e o espaço. É verdade que não temos acesso a maioria dos fatos, e que a maioria absoluta dos feitos humanos, por mais significativa ou não que sejam, ficam no esquecimento da memória. Diante disso, o trabalho do historiador, da arte, das ciências humanas é fundamental.

Tratemos então de situar Nicolau Maquiavel diante destas duas categorias, mesmo que introdutoriamente: nosso personagem vive na passagem do século XV para o XVI, na província de Florença. Isso é da maior importância para a tese que desejamos apresentar aqui.

Neste tempo e espaço florentino, outros personagens fundamentais, um pouco antes ou depois de Maquiavel, também existiram: Michelangelo (1475), Leonardo da Vinci (1452), Dante Alighieri (1265), Galileu Galilei (Ducado florentino de Pisa, 1564), Américo Vespúcio (1454), Donatello Bardi (1386), Sandro Botticelli (1445), Giovanni Boccaccio (1313), Filippo Brunelleschi (1377) entre outros. O que há em Florença? Como foi possível a existência de tantos clássicos do que chamamos hoje de mundo moderno? Para além de alguma dádiva ou genialidade,

⁵ Tradução livre: "A história é a exposição de fatos reais distantes de nossa época; por exemplo: Apio declarou guerra aos cartagineses".

apresentaremos algumas palavras sobre o tempo e espaço no qual Maquiavel foi possível. Para isso, com preocupação propedêutica, gostaríamos que o leitor observasse o mapa que segue:



Figura 1 Mapa da Itália em 1494.⁶

A Itália que figura no mapa não existe como um país, um estado nacional como conhecemos hoje. Trata-se de uma representação cartográfica da península itálica e uma pequena parte para além dela, no século XV. Uma divisão política da península no tempo de 1494. É possível observar a descentralização administrativa, típica da descentralização política da época. Esta descentralização política estava entre as preocupações centrais de Maquiavel, e poderíamos dizer que entre as diversas, esta é

⁶ Consultar a fonte do mapa nas referências.

a central. Para além de uma suposta dádiva e genialidade, apresentamos ao nosso leitor uma perspectiva histórica, em dada medida, seguindo o próprio método de investigação do pensador florentino.

Durante muito tempo se acreditou que a crise do império romano tenha dado vida a um período de trevas. Uma classificação equivocada, realizada no tempo da renascença, no início da modernidade, que tinha como objetivo dar distinção ao novo que se fazia reivindicando o antigo, neste caso, a cultura clássica, greco-romana. Todavia, esta leitura sobre a idade média só se concretiza muito parcialmente na mentalidade dos próprios modernos. Como hipótese de trabalho: o que chamaríamos como projeto da modernidade, seus fundamentos, estão inseridos no próprio mundo feudal, não há uma absoluta ruptura com a cultura medieval, há rupturas, mas também permanências. Maquiavel não está deliberadamente fundando a modernidade capitalista, pois a modernidade jamais poderia ser fruto de uma individualidade, um personagem histórico. Ele é parte daquele espaço e tempo.

Um ponto de crítica central no pensamento de Maquiavel é a descentralização política promovida com a crise do Império Romano e a manutenção hegemônica desta durante toda idade média. Trabalhando também com a longa duração, em sua História de Florença, Maquiavel identifica a permanência histórica de longa data que se fazia ainda ali em seu tempo presente. Após um longo desenvolvimento do seu capítulo I de “História de Florença”, publicada em 1532, onde escreve sobre a ocupação paulatina dos povos “bárbaros”, trata da descentralização política e enfraquecimento da Itália, vejamos:

Mas, assim que a Itália ficou livre dos godos, Justiniano morreu, e seu sucessor foi Justino, seu filho, que, a conselho de Sofia, sua mulher, retirou Narses da Itália, enviando

Longino, seu sucessor. Longino, seguindo o costume [ordine] dos outros, foi morar em Ravena; além disso, deu à Itália nova forma, porque não constituiu governadores de províncias, como havia feito os godos, mas criou governantes ao quais deu o nome de duques. E em tal distribuição não privilegiou Roma, porque, destituindo os cônsules e o senado, títulos que haviam mantido até aqueles tempos, pôs no seu governo um duque que era enviado a cada ano de Ravena, criando-se o nome de ducado romano; e aquele que ficava em Ravena para governar toda a Itália em nome do imperador recebeu o nome de exarco. Essa divisão tornou mais fácil a ruína da Itália, dando mais depressa ocasião aos lombardos de ocupá-la” (MAQUIAVEL, 2007, p. 23).

O fim do expansionismo imperial, a crise do escravismo, as invasões “bárbaras” e a descentralização do poder político durante a crise do império, desdobraram na ruralização de grande parte da população romana. Este fenômeno foi chamado de feudalismo. Uma forma de organizar a vida que passou a ser predominante após o século V d. C. Durante séculos o poder político se manteve descentralizado, tendo como perspectiva a Itália romana. A permanência histórica do poder político descentralizado é a problematização central de Nicolau Maquiavel na passagem do século XV ao XVI.

Durante este conjunto de séculos que se estende do V ao XVI, e que boa parte da tradição historiográfica classificará como Idade Média, podemos identificar uma importante particularidade, no que tange ao feudalismo, em algumas cidades, principalmente as Italianas.

É verdade que a vida na sociedade feudal é marcada por uma atividade agrícola voltada para o auto sustento, mas também é verdadeiro que o comércio jamais deixou de existir durante a Europa feudal. O cerco mulçumano ao Mar Mediterrâneo não excluiu de todo as negociações com a

Europa hegemonicamente cristã. Gênova e Veneza continuaram por séculos mantendo negociações com o Império Otomano, estabelecendo-se como grandes cidades mercantis e redistribuidoras de mercadorias por todo continente. Observe o mapa acima mais uma vez (...) nosso leitor identificará que entre uma e outra cidade, está a República de Florença. Não apenas Florença, mas toda região norte da península itálica é palco de uma série de acontecimentos que receberam destaque pela historiografia. Esta região e não outra, é que fora palco do Renascimento Comercial, Artístico/ Cultural e Científico, centro irradiador do humanismo na passagem do medieval para a modernidade.

A singularidade de Florença durante a idade média e início da renascença é que se tratava de uma cidade mercantil, situada em um complexo cosmopolita durante séculos. O cosmopolitismo não possibilita apenas o desenvolvimento de ricas trocas culturais, mas também uma rica concentração de poderes econômicos nas mãos de grupos regionais /locais. Nos referimos ao desenvolvimento de uma atividade econômica mercantil, mesmo durante os séculos de economia agrícola, se pensarmos na sociedade feudal⁷.

Maquiavel está em um local privilegiado da história, onde nascera o capitalismo (mesmo sem consciência disso), de acordo com Giovanni Arrighi, referindo-se ao ciclo italiano, diante do comércio renascido, ou seja, o renascimento comercial:

As altas finanças, em sua moderna forma capitalista, foram uma invenção florentina. Suas bases foram lançadas durante a expansão comercial do fim do século XIII e início

⁷ Para uma leitura sobre a importância das cidades na transição feudo-capitalista, Pierre Vilar possui um texto (publicado no Brasil) que grande importância. Vide referências.

do XIV. Mas só atingiram a maioria depois que essa expansão chegou ao fim (ARRIGHI, 1996, p. 98).

As cidades desempenharam papel importante durante e principalmente com a crise do sistema feudal, no desenvolvimento de riquezas e poder. É na região de Florença que se desenvolveu uma série de investimentos econômicos, possibilitando uma concentração primitiva de capitais através da circulação. Estamos falando de uma classe comercial que transita entre a Idade Média e o mundo moderno da renascença. Não se trata ainda de uma burguesia como classe, e a acumulação nesse período não é a industrial. Mas nossa tese aqui é que este tempo e espaço fora fundamental para o desenvolvimento do que viria se chamar sociedade capitalista.

As relações sociais em Florença ainda são marcadas pelas heranças medievais, mas algo de novo estava nascendo. Alguns pensadores conseguiram notar isso, e, é aqui que reside muitas das contribuições que nos foram legadas desse período histórico. Para além do seu tempo, estes personagens pensaram a vida, as relações sociais. Não estavam criando o capitalismo, mas estavam criando algo novo, não com a consciência que temos hoje (atenção para o anacronismo). Pensar a política para além da Europa feudal é o que exatamente fizera Maquiavel. No campo da política, estava sendo assentado os fundamentos da sociabilidade capitalista⁸.

“A Mandrágora”, comédia maquiaveliana escrita em 1518, demonstra elementos característicos de uma nova sociabilidade entre o público e o privado, mais

⁸ Fundamentos no sentido de alicerce, aquilo que oferece suporte para o que pode vir a ser, mas ainda não é, o devir. Trata-se de identificarmos, a partir do nosso tempo (um exercício que apenas a nós é possível), a constituição da coisa, ou partes constitutivas da coisa ou fenômeno.

especificamente da vida pública e da vida privada, particular. Distancia-se da tradição grega, com velocidade, afasta-se de uma tradição aristotélica. Ao mesmo tempo, também atravessa a moral do cristianismo agostiniano e tomaziano, pois fala de homens e mulheres descortinados do moralismo, como realmente são⁹, guiando suas próprias vidas, bem ou mal. Vejamos nas palavras do próprio pensador em sua cena IV:

LIGÚRIO – Seguiu-se que, por negligência das monjas ou leviandade da moça, esta encontra-se grávida de quatro meses; de modo que, se não se reparar o mal com prudência, o doutor, as monjas, Camilo e a casa dos Calfucci padecerão de grave desdouro. O doutor teme tanto essa vergonha, que fez promessa, se ela não se tornar pública, de dar trezentos ducados pelo amor de Deus.

MESSER NÍCIA – Que diabo de conversa é essa?

LIGÚRIO – (Quieto, por favor!) Entende dá-los por vossas mãos; pois somente de vós e da abadessa pode vir o remédio.

FREI TIMÓTEO – De que maneira?

LIGÚRIO –Persuadindo vós a abadessa a dar à moça uma poção que a faça abortar.

FREI TIMÓTEO – É um assunto que requer reflexão.

LIGÚRIO – Vede, em assim procedendo, quantos bens advirão daí: preservareis a honra do mosteiro, da moça, dos parentes, devolveis ao pai uma filha, satisfazeis messer Nícia e toda sua parentela e dais tantas esmolos quantas podem distribuir-se com esses trezentos ducados. Por outro lado, não ofendeis senão um pedaço de carne, que ainda não nasceu, que não tem sexo e que, de mil maneiras, poderia

⁹ Sobre uma suposta natureza humana, uma condição natural do humano, pensamos que os seres sociais são aquilo que são a partir do mundo histórico e social que vivem. Desta forma a natureza humana não passa de uma força de expressão, pois consideramos que a humanização só existe a partir do trabalho, antes disso, somos apenas animais, aí sim, naturais.

perder-se. Creio que seja bem aquilo que favorece as mais das pessoas e de que se regozije o maior número delas.

FREI TIMÓTEO – Seja tudo em nome de Deus. Faça-se o que desejais e, por amor a Deus e à caridade, não se deixe nada por fazer. Dizei-me qual é o mosteiro, dai-me a poção e, se não vos desagrade, também esse dinheiro, com que eu possa começar a praticar algum bem.

LIGÚRIO – Agora, pareceis-me realmente aquele religioso que sempre vos julguei. Tomai este dinheiro à conta. O mosteiro é... [...] (MAQUIAVEL, 1976, p. 37-38).

Maquiavel não nega a moral, mas demonstra como a moral é rasgada constantemente pelos seus próprios postuladores. Por mais que se apresente publicamente um comportamento moral, na vida privada os interesses fazem de qualquer código moral um conto de fadas. Em “A mandrágora”, se explicita os interesses privados mais reprováveis pela moral publicizada, revelando o caráter histórico dos interesses mais privados do ser naquele momento em Florença.

Não queremos dizer com isso que se tratava, pela primeira vez na história, de fazer a crítica do tempo, mas certamente estamos nos referindo a algo que destoa da tradição medieval. Aqui não se trata de dizer como o homem deve ser diante dos olhos de deus, mas de retratar como o homem é diante dos olhos do próprio homem. Mandrágora não é a sua obra política propriamente dita, mas é fundamental para entendermos o pensamento do autor.

Mais uma vez é preciso afirmar, não se trata de negar a moral, mas de demonstrar como a moral hegemônica não é a realidade de conduta de grande parte da população observada pelo florentino. Distante do que pode sugerir uma leitura vulgar, a moral do vale tudo não é uma proposta de Maquiavel: não vale tudo, nem tudo é

permitido. Esta ideia muitas vezes é atribuída ao autor, sobretudo pelo fato de seus estudos colaborarem para a fundamentação da nova sociabilidade que chamamos hoje de capitalismo. Todavia, as leituras e releituras de Maquiavel ultrapassam o que realmente o autor se propôs a entender naquela entrada de século XVI.

É em “O Príncipe”, escrito em 1513 (publicado postumamente em 1532), que se ancora grande parte do que se atribui a Maquiavel. Por exemplo, equivocadamente, que “*os meios justificam os fins*”. É possível sustentar que uma parcela significativa das pessoas atribua valorização ao pensamento deste autor apenas por essa frase, mesmo diante do fato: Maquiavel nunca a escreveu.

É verdade que no capítulo XVIII (são 26 capítulos de Ciência Política) se aborda a possibilidade de entender que os meios justificam os fins, mas além do fato de não existir esta escrita, o que se desenvolve neste capítulo (e em toda obra) é uma análise mais profunda da política e do poder. É importante dizer que Maquiavel é um republicano, não um tirano. Trata-se da tirania, como um dos objetos analíticos da política. Não há nenhuma predileção do autor por esta forma de governo. Pensar isso é a maior demonstração de uma leitura vulgar, frasal, quando não imagética sobre o pensamento maquiaveliano. Para demonstrar, vejamos o próprio texto:

Todos concordam quanto é louvável que um príncipe mantenha sua palavra e viva com integridade, não com astúcia; todavia, em nossa época vê-se por experiência que os príncipes que realizaram grandes feitos deram pouca importância à palavra empenhada e souberam envolver com astúcia as mentes dos homens, superando por fim aqueles que se alicerçaram na sinceridade (MAQUIAVEL, 2010, p. 78).

Diferente do que o senso comum afirma, Maquiavel está analisando o empírico, constituído historicamente. Logo no início do capítulo o autor é bem claro sobre o quanto é louvável que aquele que rege o poder político mantenha a palavra dada, louvável governar sem a astúcia. Todavia, sua análise é sobre aquilo que existe de fato, o empírico, aí sim, neste caso, verifica-se que é exatamente o astuto que se sobressai historicamente ao governante louvável. Considerar este aspecto é fundamental para entendermos que aquilo que faz o autor não é uma apologia ao príncipe astuto, mas considerações a partir da realidade histórica.

Poderíamos, aqui, continuar com uma análise imanente, extratando parágrafo por parágrafo do capítulo XVIII, ou mesmo da obra toda, mas desviaríamos da nossa proposta: os fundamentos da sociabilidade capitalista.

O pensamento de Maquiavel abre a modernidade em seu aspecto político. Essa afirmação não significa dizer que a sociedade capitalista se vale dos estudos maquiavelianos para travar a sua existência cotidiana, do século XVI ao XXI. Mas significa apontar para o fato do pensador ter existido em um tempo e espaço onde o capital comercial marcou a existência de milhares de pessoas direta ou indiretamente ligados a região da Toscana.

Maquiavel conseguiu identificar um dos pontos nevralgicos da política italiana: a descentralização do poder político. A fragilidade da fragmentação política, a necessidade de retomar a glória dos tempos romanos, fazia da Itália uma constante refém dos interesses de Estados centralizados, como a França e também, no próprio território italiano, dos mandos e desmandos do papado.

É possível afirmar que o pensamento apresentado em “O Príncipe” está muito distante de ser um pensamento mesquinho, de louvar a astúcia e do interesse apenas das famílias poderosas. Menos ainda, trata-se de um manual de

como governar bem, ainda que tenha sido apresentado desta maneira durante estes séculos. O presente ofertado a Lourenço de Médici é um estudo sobre a política na história, que suspende a moral e que pensa a política para além de um rosário. É um erro crasso tratar o pensamento maquiaveliano como uma receita para conquistar o poder e mantê-lo.

O individualismo no pensamento do florentino é uma característica da modernidade. Todavia, é fundamental considerar que o individualismo na modernidade está circunscrito em uma universalidade do projeto da modernidade em construção, o que fez dos pensadores modernos, sujeitos revolucionários diante do seu tempo presente, no sentido de estarem para além dele: *avant la lettre*¹⁰.

O que Nicolau Maquiavel está propondo é novo e se constituiu em parte dos fundamentos da sociabilidade capitalista. A política deveria ser pensada a partir do estudo da história, da empiria, da realidade concreta. O poder político que se manteve na história nem sempre fora aquele mais desejado. O príncipe que conquista o poder e se mantém com ele, historicamente, não é aquele que os códigos morais indicam, mas aqueles que conseguiram de forma virtuosa colocar em prática a educação recebida pelo centauro.

Maquiavel não fala de uma política ideal, mas da política feita por seres humanos. Trata da política de um tempo e espaço (sempre guiado pela história e tendo Cícero como referência) onde as pessoas, poderosas ou não, são egoístas, particularistas, capazes de fazerem coisas que contradizem a moral publicizada. O aborto era entendido como uma abominação aos olhos da igreja católica, mas por dinheiro, abortamos em nome dos meus

¹⁰ Tradução livre: “A frente do seu tempo”.

interesses particulares. Governarei a cidade para o bem de todo o povo, quando na verdade, procurarei fortalecer o meu poder familiar. Investiremos nas artes, pois é a representação do sublime pelas mãos de deus, mesmo que nos utilizemos da arte para os negócios e a disputa política em busca do poder político maior. Faremos guerras em nome do bem da cidade, da província de toda Itália, mesmo que de fato apenas se utilizem destes discursos para procurarem legitimar o seu poder particular. Público e privado propositalmente se confundem. Os homens, deus e o diabo estão de mãos dadas, bebem e comem na mesma mesa. Seria “louvável” de outra forma, mas é o que existe. Maquiavel estava fundando a ciência política moderna, não o capitalismo.

Considerações finais

Buscamos apresentar ao leitor algumas notas sobre Maquiavel e a política moderna e alguns dos fundamentos da sociabilidade capitalista. O que convencionalmente chamamos de projeto da modernidade se trata de uma construção de longa duração, na passagem da idade média para a idade moderna. Nicolau Maquiavel representa um ponto de transmissão neste período de longa duração, dizemos, neste período de longa duração, o indivíduo político é o centro da análise de Maquiavel, o individualismo do príncipe é o centro da análise política moderna. É uma espécie de autor que apaga a luz da política feudal e abre os princípios do que nós chamamos de ciência política moderna. Trata a política sem fantasias, o real como campo de ação política. Aristóteles também possuía essa preocupação empírica, é o fundador dela na antiguidade clássica. Pensa a política a partir do empírico a partir da realidade concreta. Maquiavel, de forma diferente da eudaimonia aristotélica, faz isso séculos depois a partir da

realidade italiana de fragmentação política e descentralização do poder e de concentração local/regional nas províncias italianas do Norte.

O pensamento maquiaveliano foi um dos fundamentos da política moderna. O indivíduo Nicolau, é fruto de um momento único na história, como diz Osvaldo Coggiola:

Para Marx, a passagem para o modo de produção capitalista foi produto de transformações econômicas que acarretaram mudanças ideológicas (inclusive mudanças religiosas), não o contrário: o capitalismo, para Marx, não era a verdade enfim revelada da vocação humana, mas um estágio histórico da produção da vida social (COGGIOLA, 2019, p. 36-37)

Sua construção intelectual serviu ao projeto da modernidade, no campo da política, em uma fase de construção da sociabilidade capitalista que Marx chamou de acumulação primitiva. Nossas notas sugerem possibilidades de aprofundamentos necessários no debate sobre os fundamentos da construção da sociedade capitalista. Não tivemos a pretensão de alcançar os alicerces do debate, mas honestamente de apresentar ao leitor alguns apontamentos que entendemos como importantes.

REFERÊNCIAS:

- ARRIGHI, Giovanni. **O Longo Século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. Tradução de Vera Ribeiro. São Paulo: Editora UNESP, 1996.
- BRAUDEL, Fernand. História e Ciências Sociais: a longa duração. In: _____. **Escritos sobre a História**. Trad. J.

Guinsburg e Tereza Cristina Silveira da Mota. São Paulo: Perspectiva, 2007. p.41-78.

CICERÓN. Marco Túlio. **La invención retórica**. Traducción Salvador Núñez. Editorial Gredos, Madrid, 1997.

COGGIOLA, Osvaldo. **Uma História do Capitalismo: das origens até a Primeira Guerra Mundial**. Editora: Brazil Publishing, Curitiba/PR, 2019.

DOSSE, François. **A História em Migalhas**. Tradução Dulce A. Silva Ramos. São Paulo: Ensaio, Campinas, SP: Editora Universidade Estadual de Campinas, 1992.

MAPA DA ITÁLIA, 1494. Disponível em: http://3.bp.blogspot.com/-vJ-SfFEJpxg/TfU1SFqbZxl/AAAAAAAAABfw/N76Lc7BLbok/s1600/493px-Map_of_Italy_%25281494%2529-ca_svg.png. Acesso em: 22/05/2019.

MAQUIAVEL, Nicolau. **História de Florença**. Introdução de Patrícia Aranovich. Trad. MF. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MAQUIAVEL, Nicolau. **A Mandrágora**. São Paulo: Abril Cultural, 1976.

MAQUIAVEL, Nicolau. **Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio**. Introdução de Newton Bignotto. Tradução Martins Fontes. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. Tradução de Maurício Santana Dias. São Paulo: Penguin - Cia das Letras, 2010.

MENEZES, Jean Paulo Pereira de. **Ensaio sobre teoria da história em Marx**. Goiania-GO: Editora Philllos, 2019.

VILAR, Pierre. A transição do feudalismo ao capitalismo. In: SANTIAGO, Theo (Org.). **Do Feudalismo ao Capitalismo**. São Paulo: Contexto, 1988.

6. AS CONTRIBUIÇÕES DE NICOLAU MAQUIAVEL PARA O PENSAMENTO DE ANTONIO GRAMSCI: NOTAS INTRODUTÓRIAS

Luciana Henrique Silva¹

Introdução

Neste texto buscaremos analisar algumas das contribuições de Nicolau Maquiavel (1469-1527) para o pensamento de Antonio Gramsci (1891-1937). Retomaremos, num primeiro momento, algumas formulações de Maquiavel que serão fundamentais para as elaborações gramscianas acerca do Estado, do moderno príncipe (o partido político revolucionário) e a concepção de hegemonia e contra-hegemonia a partir da filosofia da práxis.

Primeiramente precisamos entender o que estes homens, afastados por mais de quatro século têm em comum? Por que ambos provocam tantos debates e são apropriados de formas tão distintas? Maquiavel e Gramsci são homens de pensamento e ação que visavam atuar efetivamente sobre a realidade, suas reflexões partem das derrotas sofridas, escrevem do exílio. Gramsci se identifica com Maquiavel, visto que ambos foram obrigados a abandonar a atividade política.

Nossos apontamentos se baseiam na leitura de O príncipe de Maquiavel e no Caderno do Cárcere no. 13 de Gramsci. Trata-se de uma reflexão introdutória com o intuito de estimular a releitura destes clássicos, visto que

¹ Doutora em sociologia (UFSCar) e pós-doutora em Ciência Política (Unicamp), professora da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul – UEMS, campus de Paranaíba – MS. Email: lucianahds@gmail.com

muitas das questões levantadas por estes autores ainda estão postas como: a preocupação em relação as estratégias a serem utilizadas para a conquista e manutenção do poder, as constantes crises que geram a alternância dos governos, as causas do fracasso, em especial, do movimento socialista revolucionário, entre outros. A releitura trata-se sempre de uma redescoberta, visto que nos voltamos para estes autores a partir de indagações sobre o tempo presente.

As contribuições de Maquiavel

Nicolau Maquiavel é tido por muitos como o pai da Ciência Política Moderna por ser um dos primeiros a contrapor a moral religiosa à moral política. O polêmico livro *O Príncipe* foi escrito em 1513, período em que o secretário florentino já havia sido desligado compulsoriamente das suas atividades. Exilado na propriedade da família em San Casciano e longe dos salões da aristocracia florentina Maquiavel alterna os cuidados com a propriedade e os estudos políticos. A análise dos textos clássicos e os feitos dos grandes homens ocupam grande parte destes estudos, que possuem como finalidade, em última instância, compreender as dificuldades do seu tempo, qual seja: a fragilidade da Itália, conturbada por guerras, conspirações, traições e assassinatos motivos que a impedem de se constituir como um Estado forte. Maquiavel se propõe a analisar este contexto a partir da análise dos principados e das ações dos que os governaram.

A reflexão teórica sobre a política partia dos ensinamentos da história e da observação realista e dinâmica do presente, buscando determinar a ciência da política ou da arte de governar. Na análise empreendida a questão central é como elaborar uma estratégia bem sucedida para alcançar

o poder? A tarefa do príncipe se traduz em conquistar e preservar o Estado: “Nos atos de todos os homens, em especial dos príncipes, em que não há tribunal a que recorrer, somente importa o êxito, bom ou mau”. Logo, “os meios serão considerados honrosos e louvados por todos” na medida em que sejam eficazes para a manutenção do poder. Esta interpretação que confere autonomia da política em relação a religião é referendada em diversas passagens do livro. Num trecho a que se refere a Fernando, o Católico, tal separação se torna ainda mais clara “Um príncipe de nossa época, cujo nome não convém dizer, prega continuamente a paz e a fé, sendo, porém, inimigo de uma de outra”. Poder-se-ia supor que neste caso houvesse uma repreensão a tal atitude, contudo Maquiavel a considera acertada visto que “qualquer uma delas, se realmente observada, ter-lhe-ia arrebatado, mas de uma vez, a reputação ou o Estado”. Logo, a moral política é distinta da moral religiosa, ou seja, o campo da política é autônomo do campo religioso (MAQUIAVEL, 1999, p. 111-112)

Para Maquiavel, o fundamento dos Estados era constituído por “boas leis” e “boas armas”, por esta razão dedica alguns capítulos de O Príncipe a como devem ser organizados e disciplinados os exércitos no tempo de paz, mas não se aprofunda na análise sobre as boas leis, visto que para ele é impossível “haver boas leis onde não há armas boas”. Por outro lado, ao destacar a importância das “boas leis” para a constituição do Estado, Maquiavel explicita que a manutenção do Estado não se dá apenas por meio da força, sendo necessário também o consenso (MAQUIAVEL, 1999, p. 85). É necessário, portanto, que o príncipe combine adequadamente o “animal” e o “homem”, em referência ao centauro Quíron da mitologia grega, de modo a combinar o emprego das leis, própria dos homens, e da força, caso as leis sejam insuficientes. Servindo-se ainda da analogia com os animais destaca que

o príncipe deve “ser raposa para conhecer as armadilhas, e leão para atemorizar os lobos”. Ressaltando que “os que se servirem exclusivamente dos leões não serão bem sucedidos” (MAQUIAVEL, 1999, p. 109-110)

O pensamento de Maquiavel foi alvo de várias polêmicas e desde as publicações póstumas das suas obras se prestou a interesses diversos, especialmente, no início do século XX. Nos anos 1920 e 1930 tanto o Estado fascista de Mussolini, quanto liberal-democratas e comunistas o utilizavam para justificar seus posicionamentos políticos. Gramsci se insere neste debate ideológico de modo bastante original recusando as interpretações a época do quarto centenário da morte de Maquiavel, comemorado em 1927, por serem “leituras textualistas”.

O pensamento de Maquiavel na teoria gramsciana

A importância de Maquiavel para o pensamento gramsciano pode ser auferida pelas 511 referências a Maquiavel realizada no conjunto dos Cadernos do Cárcere, mas também pela destinação do Caderno 13, intitulado “Breves Notas sobre o Pensamento Político de Maquiavel”. O Caderno 13 é composto predominantemente por textos B² e contém 40 parágrafos, dos quais 12 fazem menção a Maquiavel. O Caderno 13 contém o fundamental do pensamento político do autor e apesar do caráter fragmentário atribuído pelos críticos contém um conjunto de questões teóricas e conceituais extremamente pertinentes para futuros planos de pesquisa. Por outro lado, é notória a influência do secretário florentino no pensamento de Gramsci na conceituação de Estado

²Gerratana reestruturou os Cadernos do Cárcere separando-os em textos A, B e C. Os textos B são os de redação única, enquanto os textos C são textos reescritos dos Cadernos A.

ampliado e nos conceitos de hegemonia e contra-hegemonia. Obviamente, é importante salientar a análise peculiar e a superação³ na compreensão do Estado e da política realizada por Gramsci.

A primeira consideração gramsciana que merece destaque é a de que Maquiavel deve ser compreendido como expressão do seu tempo histórico e condicionado às preocupações e exigências “da época resultantes: 1) das lutas internas da república florentina para se libertar dos “resíduos comunal-municipais” ; 2) das lutas para garantir um “equilíbrio nos Estados italianos”, por um “equilíbrio no âmbito italiano” e 3) das lutas do Estado italiano e a busca por um “equilíbrio europeu”, fruto das “exigências dos Estados europeus em luta pela hegemonia” (GRAMSCI, 2007, p. 29).

Para Gramsci o caráter fundamental do Príncipe de Maquiavel é o de configurar-se como um “um livro vivo, no qual a ideologia política e a ciência política fundem-se na forma dramática do mito” (GRAMSCI, 2007, p. 13-14, grifos do autor). Apesar de figurar como uma ideologia política, visa atuar sobre um povo disperso e pulverizado para despertar e organizar a vontade coletiva. Trata-se de uma análise peculiar da obra, visto que tem se procurado enfatizar justamente a autonomização da política por meio da distinção entre a moral religiosa e a moral da política, focando-se numa pretensa separação entre “ser”, foco da ciência política, e o “dever ser”, foco da ideologia política. Ademais, acrescenta Gramsci, “o estilo de Maquiavel não é de modo algum o de um tratadista sistemático, como os que a Idade Média e o Humanismo conheceram: é o estilo de homem de ação, de quem quer induzir à ação; é estilo de

³Entendemos superação como a capacidade de inovação da elaboração de Maquiavel. De modo que, o autor consegue efetuar, por meio da análise uma nova compreensão do pensamento maquiaveliano.

“manifesto” de partido”. A tarefa do homem de Estado deve ir além da atuação no âmbito da realidade efetiva (GRAMSCI, 2007, p.57, grifos do autor).

Nesta análise o príncipe, num primeiro momento, descrito como um “condottiero ideal” expresso em determinadas qualidades, traços característicos e deveres, “símbolo da vontade coletiva” cede lugar, num segundo momento, a um “condottiero real que o personifique historicamente”. Ou seja, expresso inicialmente com caráter mítico, ao final é exortado um príncipe real que possa personificá-lo e responder as necessidades do momento histórico por meio da organização da vontade coletiva.

A tarefa primordial do Príncipe seria “conduzir o povo à fundação do novo Estado”. Durante a exposição Maquiavel “se faz povo, se confunde com o povo”, do qual “ele se torna e se sente consciência e expressão, com o qual se identifica”. Portanto, o trabalho empreendido por Maquiavel “não é mais do que uma auto-reflexão do Povo, do que um raciocínio interior que se realiza na consciência popular”. Na visão gramsciana, Maquiavel não apenas descreve a realidade tal como ela é, mas busca incidir sobre esta realidade e, deste modo, atua como um intelectual orgânico (GRAMSCI, 2007, p. 13-14)

Nesse sentido Gramsci percebe o caráter educativo do Príncipe e o posicionamento de classe do autor, como já fora feito por Rousseau, enfatizando, o fato de que apesar de o livro ter uma “destinação precisa” ele de fato “não é escrito para ninguém e, sim, para todos”, ou seja, destina-se ao povo. Deste modo, se opõe aos que desejavam a manutenção dos resquícios municipalistas e feudais que obstaculizavam a emergência do Estado italiano forte e unitário. Maquiavel, assim, teria quebrado “um princípio elementar de arte política: certas coisas se fazem, mas não se dizem”. O livro, portanto, traria muito mais

ensinamentos às massas populares: “que realmente esquecem os meios empregados para alcançar um fim se este fim é historicamente progressista, isto é, se resolve os problemas essenciais da época e estabelece uma ordem na qual seria possível mover-se, atuar, trabalhar tranquilamente” (GRAMSCI, 2007, p. 74, 75).

Numa confrontação entre os desafios do tempo presente e o contexto histórico vivenciado por Maquiavel, Gramsci busca responder a seguinte indagação: quais seriam as tarefas necessárias para a conformação da “vontade coletiva popular” na construção de um novo Estado? Concluindo que:

O moderno príncipe, o mito-príncipe não pode ser uma pessoa real, um indivíduo concreto, só pode ser um organismo, um elemento complexo de sociedade no qual já tenha tido início a concretização de uma vontade coletiva reconhecida e afirmada parcialmente na ação. Este organismo já está dado pelo desenvolvimento histórico e é o partido político, a primeira célula na qual se sintetizam germes de vontade coletiva que tendem a se tornar universais e totais (GRAMSCI, 2007, p. 16).

A partir desta constatação Gramsci busca enumerar a problemática a ser analisada:

Quando é possível dizer que existem as condições para que se possa criar e se desenvolver uma vontade coletiva nacional-popular? Em seguida, uma análise histórica (econômica) da estrutura social do país em questão e uma representação “dramática” das tentativas feitas através dos séculos para criar esta vontade e as razões dos sucessivos fracassos (GRAMSCI, 2007, p. 17).

As causas das sucessivas derrotas na formação desta vontade nacional popular são atribuídas a dissolução da

burguesia comunal e, em especial, a Igreja Católica que instituiu como sua sede internacional a Itália. Estes fatores influenciaram decisivamente a situação interna conformando no plano político “a pior das formas da sociedade feudal”, impedindo a formação de uma “força jacobina eficiente” que pudesse criar e organizar a “vontade coletiva nacional-popular”, como as que fundaram os Estados Modernos. Gramsci vê no pensamento de Maquiavel “um jacobinismo precoce”, ou seja, o “germe (mais ou menos fecundo) de sua concepção da revolução nacional” (GRAMSCI, 2007, p. 18)

Deste modo, os enfrentamentos realizados por Maquiavel e os de Gramsci se situam não apenas no campo “econômico-corporativo”, tarefa na qual as classes tradicionais, em especial, a aristocracia rural busca manter um “equilíbrio passivo”, mas impõe uma “reforma intelectual e moral, isto é, à questão religiosa ou de concepção de mundo”. O moderno Príncipe “é ao mesmo tempo o organizador e a expressão ativa e atuante, e reforma intelectual e moral”. Entretanto, tais reformas não estão desarticuladas de uma reforma econômica “mais precisamente, o programa de reforma econômica é exatamente o modo concreto através do qual se apresenta toda reforma intelectual e moral” (GRAMSCI, 2007, p. 18-19)

As tarefas do moderno príncipe são repensadas pela analogia entre O Príncipe de Maquiavel e o Partido Comunista Italiano, para desvendar as atuais tarefas do partido político, entendido como um programa de partido em construção. O moderno príncipe tem como tarefa a superação dos resíduos corporativistas, contribuindo para a formação de uma “vontade coletiva nacional-popular” trata-se, portanto, de forjar um “grau de consciência capaz de permitir uma iniciativa política que englobe a totalidade dos estratos sociais de uma nação, capaz de incidir sobre a universalidade diferenciada do conjunto das relações

sociais”. Essa vontade coletiva ancora-se na realidade concreta, diferentemente do mito soreliano, é a consciência da necessidade histórica convertida em “práxis transformadora” (COUTINHO, 2007, P.169).

A leitura realizada, a partir da filosofia da práxis, parte da “formulação dada por Maquiavel à questão da política (isto é, a afirmação implícita em seus escrito de que a política é uma atividade autônoma que tem princípios e leis diversos da moral e da religião”, tal formulação de “grande alcance filosófico” inova toda a concepção de mundo, até então ancorada na concepção da moral e da religião, permitindo o exercício da crítica à realidade e sua confrontação. Por outro lado, tal conhecimento não “conseguiu-se tornar ‘senso comum’”, ou seja, não se tornou hegemônico na classe trabalhadora. Para tal é necessária a atuação do partido, enquanto intelectual coletivo, para a organização da classe.

A concepção de intelectual em Gramsci é melhor explicitada no Caderno 11, no qual ele estabelece a crítica ao livro de Bukharin, publicado em 1921, “A Teoria do Materialismo Histórico – Manual Popular de Sociologia Marxista” e utilizado na formação dos trabalhadores na Itália. Nesta crítica Gramsci explicita os fundamentos da filosofia da práxis, buscando esclarecer a relação entre filosofia, política e história. A própria escolha da terminologia filosofia da práxis em detrimento de materialismo histórico dialético visa demarcar a alteração radical desta filosofia em relação as demais (ALIAGA, 2017). Partindo do pressuposto de que toda a atividade humana possui um caráter intelectual e de que o conhecimento deve partir da crítica ao conhecimento do senso comum - visto que neste está assentada a concepção de mundo das classes dominantes - para a formulação de uma outra concepção de mundo. Mas a filosofia da práxis não busca apenas “manter os “simples” na sua filosofia primitiva do

senso comum, mas busca, ao contrário, conduzi-los a uma concepção de vida superior”. De modo a forjar “um bloco intelectual-moral que torne politicamente possível um progresso intelectual de massa e não apenas de pequenos grupos intelectuais” (GRAMSCI, 1999, p. 103, grifos do autor).

Gramsci faz uma distinção entre a grande política, ou a alta política, sobre a qual se dedicam os estudos de Maquiavel, e a pequena política, descrita como a “política do dia-a-dia, política parlamentar, de corredor e intrigas”:

A grande política compreende as questões ligadas à fundação de novos Estados, à luta pela destruição, pela defesa, pela conservação de determinadas estruturas orgânicas econômico-sociais. A pequena política compreende as questões parciais e cotidianas que se apresentam no interior de uma estrutura já estabelecida em decorrência de lutas pela predominância entre as diversas frações de uma mesma classe política (GRAMSCI, 2007, p. 21).

Contudo, apesar de num primeiro momento, a pequena política possa ser entendida como menor o que a própria antinomia grande/pequena faz parecer, para Gramsci “é grande política tentar excluir a grande política do âmbito interno da vida estatal e reduzir tudo a pequena política”, do mesmo modo que é próprio de diletantes fazer crer que “cada elemento da pequena política deva necessariamente tornar-se questão de grande política, de reorganização radical do Estado”.

Ancorado no pensamento de Maquiavel, Gramsci analisa a “‘dupla perspectiva’ na ação política e na vida estatal”: força e consenso. Daí surge a sua formulação de Estado ampliado, ou seja, o Estado enquanto junção da sociedade política e sociedade civil. Nesse contexto, a manutenção do poder se dá pela coerção, mas também

pelo consenso das classes subordinadas por meio da disseminação das ideias da classe dominante, que se tornam “deste modo hegemônicas” (GRAMSCI, 2007, p. 33, grifos do autor).

A educação tem um papel central para Gramsci para a revolução socialista, tal qual o teve para as revoluções burguesas, particularmente a relação entre o iluminismo e a Revolução Francesa. O iluminismo é visto como uma revolução em si mesmo que transformou a Europa numa consciência unitária, por meio da crítica da penetração cultural e impregnação de ideias. Para Buttgieg:

Gramsci defendia o que se poderia chamar de concepção ativa ou ativista de educação; noutras palavras, ele relacionava a educação não com a recepção passiva da informação e o refinamento solitário de uma sensibilidade individual, mas com o poder transformador das ideias, a capacidade de produzir a mudança social radical e construir uma nova ordem através da elaboração e da disseminação de uma nova filosofia, uma visão alternativa do mundo (2003, p. 45)

A crítica a civilização capitalista, ancorada num trabalho intelectual, cultural e educacional daria origem a consciência unitária do proletariado e a formação de uma vontade nacional-popular. Para Gramsci é por meio de uma ampla rede de instituições responsáveis pela disseminação das concepções de mundo e de valores burgueses que se perpetua a civilização burguesa moderna, constituindo a hegemonia necessária via o consenso dos subalternos. A contraposição se daria pela constituição de uma contra-hegemonia da qual o Moderno Príncipe, por meio de seus intelectuais orgânicos, deveria difundir na classe trabalhadora para a formação da vontade nacional-popular.

Considerações Finais

As formulações de Maquiavel impactaram profundamente a concepção moderna de política sendo retomadas por diferentes vertentes teóricas. Gramsci ao retomar os estudos de Maquiavel, por meio da filosofia da práxis, elaborou um corpus teórico-conceitual que articula a relação dialética e inseparável entre filosofia-política-ideologia.

O pano de fundo que une Maquiavel e Gramsci é a derrota, por meio dela buscaram articular e orientar diversas categorias político-históricas para tentar identificar os entraves político-sociais que impediram a constituição de uma vontade coletiva nacional-popular: através de uma perspectiva peculiar Gramsci contribuiu de modo inovador para uma nova teoria política marxista.

Referências

- ALIAGA, Luciana. **Gramsci e Pareto: ciência, história e revolução**. 1ª. Ed. Curitiba: Apris, 2017.
- BUTTIGIEG, Joseph A. Educação e hegemonia. IN: COUTINHO, Carlos Nelson; TEIXEIRA, Andréa de Paula. **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre o seu pensamento político**. 3ª.Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. 2ª. Ed. V. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. 3ª. Ed. V. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. V. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

KANOUSI, Dora. Maquiavel nos Cadernos do Cárcere. IN: COUTINHO, Carlos Nelson; TEIXEIRA, Andréa de Paula. **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

SEMERARO, Giovanni. A concepção revolucionária da política em Gramsci: uma análise do Caderno 13. **Movimento Revista de Educação**. Disponível em: <http://www.revistamovimento.uff.br/index.php/revistamovimento/article/view/358/0>. Acesso em: 05/04/2019.

7. A LIÇÃO CONTEMPORÂNEA DE NICOLAU MAQUIAVEL DA NECESSIDADE DE EVITAR O ÓDIO NO JOGO DA POLÍTICA

Alexandre de Castro¹

Deve, portanto, o príncipe fazer-se temer de maneira que, se não se fizer amado, pelo menos evite o ódio, pois é fácil ser ao mesmo tempo temido e não odiado, o que sucederá uma vez que se abstenha de se apoderar dos bens e das mulheres dos seus cidadãos e dos seus súditos, e, mesmo sendo obrigado a derramar o sangue de alguém, poderá fazê-lo quando houver justificativa conveniente e causa manifesta.
(MAQUIAVEL, 1979, p. 70).

Introdução

Dividida em cinco principais centros de poder a dominar a política italiana durante séculos, Veneza, Milão, Florença, Roma e Nápoles, a Itália só será unificada a partir de 1870 quando se constituirá num Estado no sentido jurídico da palavra.

As constantes disputas pelo poder no âmbito interno estavam na causa da instabilidade política seja pela

¹ Alexandre de Castro é professor do Curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Paranaíba, doutorando em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP/Câmpus de Marília SP. Possui graduação em Ciências Sociais-Bacharelado (1995) na mesma Universidade. Bacharel em Direito pelo Centro Universitário Eurípides de Marília - UNIVEM (2002), Mestre em Teoria do Direito e do Estado pelo Centro Universitário Eurípides de Marília - UNIVEM (2005). xadrecas@gmail.com

“expulsão dos Médicis” de Florença em 1494, pelas “discórdias entre Milão e Nápoles, ou ainda, “ambições” ilimitadas provenientes de Roma patrocinadas por um Papa “espanhol da família Borges”, alçado ao pontífice poder por intermédio da fraude. Tal contexto de instabilidade política facilitou pretensões expansionistas estrangeiras de seus vizinhos, muitos já constituídos como verdadeiros Estados. Saqueada pelos espanhóis, humilhada pelos franceses que dominaram “a península de norte a sul” e ameaçada pelos alemães traduz o contexto da dura realidade experimentada pela Itália, sobretudo durante os séculos XV ao XVI.

Neste cenário conturbado, no qual a maior parte dos governantes não conseguia se manter no poder por um período superior de dois meses, Maquiavel passou sua infância e adolescência. (SADEK, 1991, p. 15).

Filho de advogado com formação humanista, pouco se conhece da vida de Maquiavel quando, aos 29 anos de idade inicia na vida pública nomeado para função de Segundo Chanceler da recém-implementada república de Florença comandada pelo Frei Girolamo Savonarola (1494-1498) em virtude do afastamento da família Médicis do poder florentino que o controlara por mais de sessenta anos.

Responsável por assuntos relativos aos problemas políticos internos de Florença, além das questões pertinentes à guerra, Maquiavel teve sua primeira oportunidade de participar de uma missão em 1500 ao ser enviado para audiência com Luís XII, então rei da França, para tratativa de ajuda aos florentinos na supressão das pretensões de independência de Pisa. Em sua segunda missão fora destacado, juntamente com Francisco Soderini, em 1502, para a cidade de Imola onde César Borgia, filho do Papa Alexandre VI conquistara a região da Romanha e se aproximava das

fronteiras de Florença. Durante os quatro meses em que acompanhou o duque da Romanha, Maquiavel ficara impressionado com sua “coragem”, seus grandiosos projetos, sua capacidade de governar a ponto de mencioná-lo em sua obra *O Príncipe*, no capítulo VII como homem de grande virtude. (SKINNER, 1988). Em 1507 fora novamente indicado para missão diplomática quando rumores vindos do líder do Sacro Império romano-germânico de entrar na Itália e expulsar os franceses colocou Florença em alerta. Na cidade de Bolzano, onde a corte de Maximiliano I estava residindo, a negociação envolveu “[...] grandes quantidades em dinheiro em troca de sua promessa [Maximiliano I] de respeitar as fronteiras e possessões de Florença.” (KING, 2010, p. 99). Contudo, Maquiavel tivera péssima impressão a respeito de Maximiliano I como governante por se mostrar “excessivamente hesitante” e sempre cauteloso. Foram das experiências profissionais e observações dos homens públicos com os quais conheceu que Maquiavel retirou a matéria necessária de uma de suas principais obras: *O Príncipe* (1513). Obra redigida em três semanas durante seu exílio resultado de sua condenação pela acusação de conspiração contra a família Médicis.

Embora tenha produzido obras de natureza histórica como *A vida de Castruccio Castracani de Luca* (1520), poesias *Primeira decenal* (1504-1506), o *Asno de ouro* (1517), além de teatro *A mandrágora* (1513-1520), dentre outras e inúmeras correspondências e relatórios, Maquiavel é mais conhecido por suas obras políticas *Comentário sobre a primeira década de Tito Lívio* (1513-1520), sobretudo *O Príncipe* (1513).

A estrutura e importância de O Príncipe

Quatrocentos e noventa e dois anos nos separam da morte de Nicolau Maquiavel, no entanto aqueles que se dedicam ao estudo da política por força ou dever de ofício,

seja em seu diletantismo pelo conhecimento, ou ainda, pela curiosidade de entender um pouco da engrenagem do funcionamento do poder político encontrará, necessariamente nesta última obra, leitura obrigatória aos seus propósitos porque aí encontramos problemas e temáticas atuais a serem tratadas no seio da política dos Estados, na relação entre governantes/governados e dos meandros da disputa pelo poder.

E é por sua natureza de clássico que *O Príncipe* (1513) é considerado uma obra que marca o início da Ciência Política Moderna não só pela capacidade de reorientar a ação humana com relação ao poder, mas um marco decisivo do rompimento entre Idade Média e Idade Moderna em matéria de se pensar e fazer política. Sinais desta ruptura histórica encontram-se no capítulo XV d'*O Príncipe* quando Maquiavel afirma saber que muita gente já se debruçou sobre a matéria da relação entre governantes e governados e os problemas que afetam a disputa do poder político, mas a despeito disto sua presunção é de “[...] intento escrever coisa útil para os que se interessarem [...] procurar a verdade pelo efeito das coisas, do que pelo que delas se possa imaginar” (MAQUIAVEL, 1979, p. 63).

Esta afirmação pode ser interpretada sob um duplo argumento no que diz respeito ao rompimento histórico na seara da política.

Esta colocação se refere à concepção, à idealização incorreta, segundo o florentino da maneira de encarar o jogo da política predominante desde a Idade Média do século XIII. Esta concepção era baseada nos preceitos de São Tomás de Aquino nos quais o bom governo deveria adotar as mesmas virtudes preconizadas pela visão cristã católica na qual o bom governante praticaria, assim como o bom cristão e bom chefe de família, as mesmas virtudes morais adotadas no âmbito de sua vida pessoal ganhando, assim, o reino dos céus. Desta forma o bom governante

deveria ser moral em seu trato com os cidadãos para poder chegar ao céu e levando à salvação de seu povo.

A segunda ruptura significativa desta afirmação constante do capítulo analisado diz respeito à classificação de Aristóteles em sua obra *Política*. Considerando a política como essencialmente uma moral coletiva, ao contrário da ética encarregada da moral individual, Aristóteles considerava o Estado, formado por várias cidades, não uma simples associação de seres humanos com vistas a prover sua subsistência, mas a busca de um bem viver, “[...] para viver em comum da melhor maneira possível, tanto moral como materialmente, para realizar a felicidade e a virtude não só de todos [...]” (LÉON, 1982, p. 94), mas de cada cidadão em particular que constitui a cidade. Resulta daí um princípio básico que será adotado pelas Constituições Republicanas Contemporâneas no qual o bem comum é superior ao bem individual, ou seja, o interesse público deve prevalecer ao interesse privado nas questões de natureza social.

Na constituição destes governos, considerando as características específicas de cada um, Aristóteles elaborou sua classificação com base no número de governantes (sem um só governa, se poucos governam ou se muitos são responsáveis pela coisa pública) e o fazem no interesse do bem comum necessariamente teremos uma Monarquia no primeiro caso, Aristocracia e por fim uma República. Também alertou para o problema do mau governo, ou seja, quando o governo de um pode se tornar uma Tirania, a Aristocracia se transformar em Oligarquia e a República ser arrastada pela Democracia, formas que resultam da prática dos maus governos.

Porém nem todas as organizações políticas da Grécia antiga dos séculos IX A.C. a I A.C., em virtude de sua autonomia, conheceram as formas de governo aristotélicas. Esparta, por exemplo, após período

monárquico, constituiu um regime oligárquico entregando a vida pública da *polis* aos proprietários de terras encarregados de controlar a política.

Assim, quando o florentino afirma que pretende escrever coisa útil e não imaginadas, está rompendo com a forma medieval de se encarar a política em bases cristãs, bem como alertar para o fato de que o poder político está estruturado em outras bases independente do número de governantes na firme intenção de discorrer a respeito do jogo de poder contido na política, jogo este inerente à ação humana, como coisa mundana.

Esta nova forma de análise política está contida nos vinte e seis capítulos d'*O Príncipe* (1513). Faremos um breve comentário a respeito da estrutura e das temáticas que envolvem os capítulos da obra, pois não é interesse destas parcas anotações, menos ainda propósito deste evento tratarmos a fundo dos questionamentos e observações colocados por Maquiavel sobre temáticas da política. Nossa intenção é destacar um ponto contido nestas observações presente hoje em dia não só na política nacional, mas manifestada no âmbito das relações internacionais destes últimos vinte anos. Trata-se da prática política utilizando como princípio o ódio.

Do primeiro capítulo ao terceiro Maquiavel parece refutar Aristóteles, ao mesmo tempo delimita seu objeto de análise. Trata dos domínios que conhece, ou dos “[...] domínios que tem havido e que há sobre os homens os quais foram repúblicas ou principados” (MAQUIAVAL, 1979, p. 5) sem reconhecer outras possíveis formas de organização política. Em seguida observa que um príncipe ordinário não encontrará problema no exercício do poder de um principado hereditário quando não houver força estrangeira ou interna que alimente interesse pelo governo. Mas os grandes temas da política encontram-se nos principados novos. Aqui encontraremos todos os tipos

de problemas. Portanto o interesse do autor está em tratar dos principados que foram conquistados.

É a partir do capítulo quatro que as discussões a respeito da conquista do poder se faz presente. Para conquistar novos principados há que se observar as máximas e preceitos em suas várias possibilidades a serem efetivamente colocados em prática pelo príncipe. O alerta se faz pelo cuidado do novo governante em relação ao povo acostumado a viver sob suas próprias leis diferentemente daqueles que sempre foram submetidos aos mandos do antigo príncipe e estão acostumados a obedecer. Da conquista realizada pelo príncipe em pessoa, sem a ajuda de exércitos mercenários e a forma de tratar com os poderosos do novo principado. Quando, de que forma e contra quem empregar a maldade num jogo onde o povo não deseja ser oprimido e os poderosos estão sempre dispostos a submeter o povo. No contexto desta discussão Maquiavel abre parênteses: muita cautela ao tratar dos principados eclesiásticos, ou seja, possessões sob o domínio da Igreja. Há aí um mistério que a política não alcança, são “[...] Estados e não os defendem; só estes possuem súditos que não governam.” (MAQUIAVEL, 1979, p. 45) numa clara alusão ao poder Papal sediado em Roma.

Finalizando a temática da conquista do poder, os capítulos doze a quatorze tratam do emprego de tropas que podem auxiliar nas pretensões de conquistas de novos territórios cujos príncipes não contam com um bom exército ou possuem efetivos insuficientes para se lançar às conquistas de novos territórios. Chama atenção para os Estados que não possuem tropas regulares e necessitam contratar serviços mercenários. O perigo que tais tropas representam está no auxílio prestado e na ambição do *Condottiere*, pois, ao mesmo tempo em que te auxiliam na conquista, podem fazer do príncipe um refém. A precaução contra maus comandantes seria a elaboração de boas leis,

normas que delimitassem competências dos comandantes que, uma vez desrespeitada receberia a devida punição.

Uma vez delimitado seu objeto, discorrido sobre as maneiras e as armadilhas da nova conquista, do capítulo quinze ao vinte e três são dedicados aos conselhos da manutenção deste novo poder. Seria ideal a um príncipe diante de uma nova conquista “[...] que possuísse, entre todas as qualidades referidas, as que são tidas como boas; mas a condição humana é tal, que não consente a posse completa de todas elas [...]” (MAQUIAVEL, 1979, p. 64), pois a condução política exigirá do governante gestos e atitudes impopulares, muitas vezes cruéis. Assim, o verdadeiro príncipe, para manter sua conquista deverá “[...] para ter êxito na arte de governar [...] reconhecer a força das circunstâncias, aceitando o que é ditado pela necessidade e harmonizando o próprio o próprio comportamento com as exigências dos tempos.” (SKINNER, 1988, p. 64). Em outras palavras será necessário ter a capacidade de modificar sua maneira de agir, mudar de opinião, até mesmo flexibilizar seus princípios adaptando-se às necessidades impostas e exigidas pela situação. Espera-se do príncipe atitudes humanitárias para com seus súditos, embora a crueldade não seja descartada ou de prática impossível. Todo príncipe deve buscar ser amado pelo povo, mas ser temido evita muitos problemas na condução da coisa pública. Há que se ter cautela nas atitudes impopulares para que o governante não desperte o ódio. De que forma deverá proceder o príncipe? Seus gestos e atitudes devem obedecer ao que está implícito no capítulo quinze, melhor desenvolvido no capítulo dezoito: a difícil arte do ser e parecer. “[...] o príncipe não precisa possuir todas as qualidades [...] citadas, bastando que aparente possuí-las.” (MAQUIAVEL, 1979, p. 74, grifos nosso).

Um príncipe com virtú e qualidades para exercer o jogo do ser e parecer terá grandes chances de sucesso com

suas pretensões políticas o que acabará atraindo para si a fortuna.

Diferentemente dos príncipes italianos da época de Maquiavel os quais lamenta no capítulo vinte e quatro por nunca observarem de forma prudente a formação de um exército próprio permitindo a submissão da Itália às invasões estrangeiras durante séculos, deixaram-se hostilizar “[...] pelo povo ou, caso contrário, não souberam neutralizar os grandes [...]” (MAQUIAVEL, 1979, p. 101) atribuindo, assim, a atual situação da Itália a total falta de *virtù* dos homens que detinham o poder político de sua época, embora ressalte que entre os italianos existisse “[...] bastante valor no povo, embora faltem chefes [...]” (MAQUIAVEL, 1979, p. 109).

Temática do ódio e sua relação com a política no contexto de O Príncipe

E o assunto que nos interessa no interior desta obra, pertinente aos propósitos debatidos neste evento, localiza-se no contexto no qual Maquiavel discorre a respeito da manutenção do poder conquistado, assunto tratado mais especificamente em três capítulos *d'O Príncipe*: dezesseis, dezessete e vinte. O assunto em comum constante no conteúdo destes capítulos, embora não revele nada de novo no horizonte da política, ressurgiu como fato contemporâneo a ser analisado entendido e discutido em nível mundial por recolocar na pauta do dia o ódio como prática política. Uma paixão que deveria ser a todo custo evitada quando tratamos da relação entre cidadãos e governo, entre assuntos do próprio exercício do poder ou no regime político quando da implementação do projeto de governo que se pretende, seja ele qual for.

Em sua primeira observação de como o príncipe deve se apresentar aos súditos quando a questão envolve a

liberalidade, ou seja, a disposição do governante para gastar ou conceder vantagens materiais aos seus governados, ou se valer da parcimônia em matéria de dinheiro, Maquiavel é enfático: “[...] um príncipe deve gastar pouco para não ser obrigado a roubar seus súditos [...] para não se empobrecer [...] para não ser forçado a tornar-se rapace [...]” (MAQUIAVEL, 1979, p. 66) e com isso ser obrigado a taxar o povo com mais impostos em reparação dos déficits causados por sua própria desídia e liberalidade. Continua Maquiavel em suas máximas afirmando que “[...] é mais prudente ter fama de miserável, o que acarreta má fama sem ódio [...] à incorrer [...] na de rapace, o que constitui uma infâmia odiosa” (MAQUIAVEL, 1979, 67 grifos nosso).

A despeito da questão financeira, no capítulo dezessete, o florentino retoma a observação pertinente ao ódio, desta vez mirando quais qualidades deveriam ser observadas pelo governante diante dos súditos: “ser amado ou temido”. Na impossibilidade de adotar um comportamento onde pudéssemos ser amado e temido ao mesmo tempo, o conselho a ser adotado neste caso considera a natureza do ser humano em geral para justificar a opção a ser tomada pelo governante. Esta consideração implica no modo negativo com o qual Maquiavel enxerga seu semelhante de que “[...] os homens geralmente são ingratos, volúveis, simuladores, covardes e ambiciosos de dinheiro [...]” (MAQUIAVEL, 1979, p. 70) que há todo momento estarão devotando fidelidade ao governante quando seus próprios interesses são atendidos, mas basta problemas e crises acercarem-se do poder para todos encontrarem desculpas ou evitarem o governante. Assim, quem detém o poder deve cultivar a fama de temido, pois se trata de um sentimento que afasta qualquer tentativa de usurpação do poder, além do constante receio de sofrer os castigos àqueles que atentarem contra o governante.

Contudo, é explícita a prudência quando se adota fama de temido: “[...] o príncipe [deve] fazer-se temer-se de maneira que, se não se fizer amado, pelo menos evite o ódio” (MAQUIAVEL, 1979, p. 70 grifo nosso).

Há uma terceira advertência n’*O Príncipe* (1513) alertando sobre o perigo de se despertar o ódio em questões políticas. No capítulo vinte Maquiavel relata a inutilidade da construção de fortalezas no intuito do governante se defender e conservar o poder. O problema não está na edificação ou na falta de fortalezas com as quais se possam conter e se proteger das investidas dos invasores. A verdadeira fortaleza encontra-se na relação entre governantes e governados, pois se “[...] o príncipe tiver mais medo do seu povo do que dos estrangeiros deve construir fortificações [...]” (MAQUIAVEL, 1979, p. 90), mas o governante que desfrute do respeito e admiração de seus súditos, que tenha capacidade de realizar um governo que considere os verdadeiros anseios de seus governados, não devem se preocupar com fortificações. Do contrário “[...] lamentarei aqueles que [...] não se preocupem com o fato de serem odiados pelo povo” (MAQUIAVEL, 1979, 90-91).

A despeito dos grandes temas da política tratados por Maquiavel em *O Príncipe* (1513) chama atenção reiteradas observações tratadas pelo autor em relação à temática do ódio alertando àqueles que se lançam nesta verdadeira odisseia que é a disputa pelo poder.

Dos problemas e consequência do ódio na política

Mas qual a relação e quais perigos reservam a íntima relação entre ódio e política? Ódio não se confunde com raiva, pois o ódio em sua etimologia representa verdadeira aversão direcionada a alguém ou a determinado objeto no intuito de destruí-lo, eliminá-lo física ou virtualmente. Daí os resultados levados á cabo pelas agressões ou insultos

proferidos quando nosso objeto ou pessoa odiado não está presente. O ódio é um dos vários sentimentos humanos que comumente se acredita ter origem na raiva. Esta paixão é proveniente do processo provocado pela “distinção entre o nós e eles”, seja a nível interno do indivíduo, seja em contextos sociais colocando “[...] o “eles” no lugar psicológico de “menos inteligentes, preguiçosos, frágeis, no lugar moral de “maus, egoístas, rebeldes” e no lugar social de ameaça à segurança (“nossa”). (STERNBERG, 2005 apud NOGUEIRA, 2018).

Segundo Sternberg (2005) o ódio se traduz num tipo de emoção de composição complexa composta por características da “intimidade (negada), paixão, empenho” que quando se cruzam provocam tipos de ódios distintos. Como é o caso do “ódio frio” ou “negação da intimidade” que se manifesta no desejo do sujeito de afastar ou manter distante a pessoa ou objeto por “serem diferentes ou até repulsivos” nutrindo por eles verdadeiro “nojo”; o segundo tipo, conhecido como “ódio quente” é típico da “paixão” manifestada na “raiva” (cuja externalização culmina na agressão) e/ou “medo” (provocando a fuga do sujeito daqueles ou daquilo que odeia); ou ainda o “ódio gelado” ou “empenho” traduzido pelo sentimento de “inferioridade” que alimenta o “desprezo” com o qual o sujeito se comporta diante das pessoas por ele desconsideradas.

É da combinação destes três componentes que derivam as manifestações de ódio destacadas por Sternberg (2005). Do sentimento composto pelo “nojo” acrescido a “agressão” terá o “ódio fervente” tipicamente manifestado nas ocasiões vociferadas de “morte aos gays”, “feminismo é coisa de lésbica ou prostituta”, “bando de idiotas, fiquem longe de mim”, etc. (STERNBERG, 2005 apud NOGUEIRA, 2018). A segunda combinação denominada pelo autor de “Ódio mascarado, mas quase

explosivo” envolve “nojo” e “desprezo” externalizado em paixões e atitudes muitas vezes incompreensíveis para o homem médio quando uma pessoa considerada boa, às vezes bem educada e “normal” comete um homicídio “impiedoso e premeditado”. Já a “raiva” acrescida de um “desprezo visceral” está por trás da difamação e de linchamentos, seja ele físico ou virtual. A última combinação considerada a forma extrema de manifestação do ódio, o “ódio que queima”, é a cominação de “nojo”, “raiva” e “desprezo” que por sua vez induz “[...] a aniquilar o inimigo e a não ter paz até não tê-lo completamente esmagado” (STERNBERG, 2005 apud NOGUEIRA, 2018).

O ódio é uma paixão imanente ao ser humano, mas sua manifestação se dá, principalmente, de forma compartilhada por determinados grupos, pois o ódio praticado em tais condições não causa sensação de insegurança quando manifestamos nosso ódio de forma particular. Além disto, permite formar uma “identidade coletiva com suas manifestações” reforçando a ideia de que “nós” somos superiores a “eles”. Dentre várias características deste processo de desvalorização do “eles”, há um enorme perigo no seio da sociedade pelo qual se faz imprescindível o alerta. Ao se levar ao extremo a prática desta paixão, o “nós”, ao desconsiderar de forma contínua seus semelhantes atribuindo-lhes características negativas ou pejorativas distintas da condição de homem, faz crescer cada vez mais um desvalor baseado no desprezo aviltante pela vida que poderá culminar em sua desumanização.

Tal processo quando se desenvolve no campo da política carrega consigo consequências nefastas se espalhando para outras instâncias da sociedade e com a característica de ser transmitida de geração em geração mantendo acessos elementos necessários à manutenção e desenvolvimento do ódio.

É muito grave e prejudicial quando acontece no próprio governo de um país e se manifesta especialmente na educação dos mais jovens. Costuma ser embasado por mentiras ou meias-verdades sobre a história do país e sobre as responsabilidades e causas e causadores dos males presentes que afetam a parte ou o conjunto de sua população. O grupo que sustenta uma ideologia se considera moral e até intelectualmente superior aos demais. **Essa superioridade gera ódio e o ódio abriga sempre o conspícuo ou explícito desejo de um mundo sem o odiado.** O pior de certas ideologias é que também contribuem para o ódio ao legitimá-lo. (BERNAL, 2017, grifo nosso).

Aqui encontramos ponto nevrálgico da paixão disseminada e praticada contemporaneamente no seio de sociedades agravada pela potência que a política oferece: a eliminação física do “outro” em virtude de minha concepção acreditar que sua presença, sua intromissão é responsável, de acordo como meu olhar e percepção, pelos mais diversos problemas no campo do trabalho, da segurança, da saúde, etc. que enfrentamos na sociedade.

Retornemos à Maquiavel e sua advertência com relação ao cuidado de se evitar o ódio como prática política. Considerando o contexto histórico e os objetivos almejados pelo autor nossa ilação é de que o ódio quando instrumentalizado pela prática política demonstra total falta de virtú do governante, pois esta paixão quando não contida superpõe-se à racionalidade do príncipe desvirtuando para objetivos que satisfaçam propósitos individuais, muitas vezes atrelados a assuntos divergentes do interesse dos súditos.

As consequências negam séculos do desenvolvimento da arte de se viver em sociedade, pois transforma o *locus* social por excelência da arte da política num ambiente da não política. Ou seja, a política, outrora caracterizada na arena privilegiada para a disputa do poder e campo de

confronto e conflitos humanos no que se reporta a melhor maneira de se constituir instrumentos e ferramentas necessárias aos relacionamentos sociais, bem como da constituição das sociedades segundo a proposta de projeto de uma maioria sem desconsiderar as necessidades e reivindicações da minoria derrotada acaba por ser considerada. Transforma o jogo da política e da disputa pelo poder num princípio antissocial, a saber: só merece participar da sociedade politicamente organizada o “nós” em virtude das qualidades que este “nós” acredita ser portador e eliminar fisicamente o “eles” por considerarmos “[...] menos inteligentes, preguiçosos, frágeis, no lugar moral de “maus, egoístas, rebeldes” (NOGUEIRA, 2018) indignos de convívio social.

Uma segunda consequência a ser considerada pela utilização do ódio como instrumento da política é a mudança de regime. Aos poucos a relação entre governantes e governados, entre governados e governados abandonam preceitos democráticos cada vez mais distantes de uma “república” ou “principado” enveredando pela ditadura ou autocracia, reinventando uma forma de organização social onde o que prevalece são os instintos dos considerados superiores em consonância com sua própria crença e convicção desprezando os valores, instituições e novas formas de convívio social experimentadas desde que o florentino nos alertara no século XVI.

Por fim, a ideia da não política justifica a implementação de um regime cada vez mais totalitário preparando o rompimento do pacto social onde o “nós” entrará em guerra com o “eles” destruindo a civilidade outrora presente no interior deste social substituído pela barbárie num claro retrocesso social abdicando da qualidade de ser humano.

Considerações finais

Talvez Maquiavel não tenha previsto um cenário político tão dramático. Até mesmo porque o desenvolvimento social e tecnológico da Idade Média não permitiria instrumentos de deteriorização das relações humanas tão eficientes e rápidos como possuímos no século XXI. Mas sua advertência com relação ao perigo existente entre ódio e política deveria e deve ser considerado num momento político mundial contraditório em que o “outro” se configura como descartável da condição humana.

Referências

BERNAL, Ignacio Morgado. O que é o ódio? Por acaso tem cura? Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/12/ciencia/1513073061_342064.html, 2017. Acesso em: 28 jan. 2019.

KING, Ross. **Maquiavel: filósofo do poder**. Tradução Joel Macedo. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. Escritos políticos. Tradução de Lívio Xavier. 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Os pensadores).

NOGUEIRA, Adriana Tanese. Psicologia do ódio: **saiba como funciona**. Disponível em: <http://www.psicologia.dialetica.com/2018/10/psicologia-do-odio-saiba-como-funciona.html>. 2018. Acesso em: 28 jan. 2019.

ROBIN, Léon. Aristóteles (~384 - ~322) e a política. In: CHEVALLIER, Jean-Jacques. **História do pensamento político**. Da Cidade-Estado ao apogeu do Estado-Nação monárquico. Tradução Roberto Cortes de Lacerda. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan S. A., 1982.

SADEK, Maria Teresa. Nicolau Maquiavel: o cidadão sem *fortuna*, o intelectual de *virtú*. In: WEFFORT, Francisco C. **Os clássicos da política**. Maquiavel, Hobbes, Locke, Montesquieu, Rousseau, “O Federalista”. 2 ed. São Paulo: Editora Ática S.A., 1991.

SKINNER, Quentin. **Maquiavel**. Tradução Maria Lucia Montes. São Paulo: Editora Brasiliense S. A., 1988.

8. A ETERNA BUSCA PELO EQUILÍBRIO ENTRE OS “GRANDES” E O “POVO” DE MAQUIAVEL APLICADA AO ESTADO BRASILEIRO

Alessandro Martins Prado¹

1. Introdução:

Maquiavel escreveu sua obra mais conhecida “O Príncipe” em um momento de profunda crise política o que coincide com o período atual brasileiro, e, a bem da verdade, com períodos cíclicos de nossa história recente demonstrando assim a importância de seu pensamento político para ajudar a entender nossos enteveros.

A obra O Príncipe foi escrita em 1515 e publicada em 1532, após a morte de Maquiavel. Apenas 27 anos após a sua publicação a obra entrava para o índice de livros proibidos da Igreja Católica. Certamente uma das razões desta proibição foi o fato de Maquiavel questionar a Ética Cristã e estabelecer que a política seria incompatível com esta, ou seja, os políticos deveriam utilizar de uma ética própria, uma ética política.

O Príncipe se tornou uma das obras mais lidas do planeta, um clássico procurado por pessoas de todos os tempos. Havia uma preocupação de Maquiavel de estabelecer uma espécie de guia para o bom governo e manutenção do poder. Trata-se de um estudo reflexivo amplo e complexo em que se apresenta estratégias de governança, diretrizes para manutenção do poder do

¹Docente da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Mestre em Direito/Tutela Jurisdicional no Estado Democrático de Direito, Líder dos Grupos de Pesquisa CNPq: "Direitos Humanos no Estado Democrático de Direito, interdisciplinaridade e efetivação possível", alessandrodocenteuems@gmail.com

governante e até mesmo, como já afirmado, um revisionismo da ética cristã e estabelecimento de uma ética política própria para a governança.

2. O equilíbrio que o Príncipe deve buscar entre os interesses do “Povo” e dos “Grandes”

Destacaremos alguns pensamentos de Maquiavel e iremos demonstrar sua aplicação prática na política recente brasileira, para o bem ou para o mal do povo brasileiro, geralmente, para o mal. No capítulo IX da obra “O Príncipe”, Maquiavel fala a respeito do que intitula de “Principado Civil”, descrevendo a necessidade do príncipe em vencer o conflito de desejos que surge entre o Povo e os Grandes, ou Poderosos, se desejar manter o poder do Estado, senão vejamos:

[...] Pois, em todas as cidades, existem esses dois humores diversos que nascem da seguinte razão: o povo não quer ser comandado nem oprimido pelos grandes, enquanto os grandes desejam comandar e oprimir o povo; desses dois apetites diferente, nasce nas cidades um destes três efeitos: principado, liberdade ou licença. (MAQUIAVEL, 2004, p. 43).

No Brasil, historicamente, sempre existiu uma disputa entre a Elite e o Povo. O resultado desta disputa em um país tão desigual é óbvio. Assim, é importante esclarecer que:

[...] a elite do dinheiro, que é a elite que retira do bolso da sociedade o produto do trabalho de todos para pô-lo no próprio bolso, precisa de outras elites para ajudá-la a fazer esse trabalho. Neste sentido, é incorreto falar em “elite” de maneira abstrata, pelo menos nas sociedades capitalistas modernas. A elite que manda é sempre a elite do dinheiro, pelo simples fato de que ela pode comprar todas as demais

elites, que, por conta disso, lhe são subordinadas. (SOUZA, 2016, p.19/20).

No caso brasileiro é salutar compreender que a origem dessa “Elite do Dinheiro” está indissociada a nossa Elite escravocrata. Ocorre que no Brasil, todas as instituições, incluindo a justiça, foram moldadas pela escravidão. Na lógica escravocrata “A economia, a política e a justiça estavam nas mãos dos grandes senhores. Valia a lei do mais forte, a lei do mais rico, que é até hoje a verdadeira lei do Brasil” (SOUZA, 2016, p.42).

Mesmo após a libertação formal dos escravos no Brasil, as elites continuaram a explorar os alforriados. “No período Republicano do Estado Novo, 1937, as elites fundiárias brasileiras continuam a usar mão de obra negra, os ex-escravos recém-alforriados, mas explorados nos canaviais, efetivamente tratados em condições não muito diversas daquelas do período colonial e imperial [...]” (ROCHA, 2015, p.122).

Com o declínio da elite fundiária, principalmente após a Revolução de 30, assume o poder a elite industrial e financeira, não menos virulenta. Dessa forma, com a ascensão de Getúlio Vargas, na contramão do poder secular das elites fundiárias, uma burguesia eminentemente industrial das grandes cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro, aliada aos militares e o idealismo sulista de Vargas impõem uma ditadura sangrenta, caracterizada pelo arbítrio do fechamento do Parlamento brasileiro e submissão ao nacional-populismo fascista de cunho europeu, em consonância com os interesses multinacionais, sufocaram os movimentos dos trabalhadores, operários fabris, frente ao capital. (ROCHA, 2015).

Logo, ficou evidente que nossa elite escravocrata, não importa se representada pelo setor fundiário, industrial ou financeiro, realmente comanda o país impondo seus

interesses, se valendo da “lei do mais forte”, ou do mais rico. Neste diapasão, ocorre que essa Elite escravocrata:

[...] é a elite da rapina selvagem e de curto prazo. Vigora a mesma lei do Brasil atual, com uma elite sem projeto para o país, mas querendo assalta-lo – por meio de mecanismos de mercado e de Estado – e privatizar suas riquezas – para botar no bolso de meia dúzia [...] (SOUZA, 2016, p. 42)

E é exatamente essa “Elite da Rapina”, nas palavras de Maquiavel, os “Grandes” que sempre disputaram seus “apetites” com os interesses do “Povo”, sendo certo que na maioria das vezes foram os “Grandes” que venceram essa disputa e permaneceram no poder mesmo que, para isso, para vencer os “apetites do Povo” tivessem que derrubar o governante (o Príncipe).

Neste sentido, é importante chamar a atenção para um outro trecho da obra de Maquiavel que ele destaca que o governante deve sempre procurar o apoio do povo para se manter no poder. Seu pensamento vai além e determina que entre o Príncipe buscar o apoio dos “Grandes” e do “Povo”, deverá privilegiar o apoio do Povo já que estes desejam tão somente não ser oprimidos, enquanto que, os “Grandes” irão competir com o Príncipe pelo poder, senão vejamos:

[...] Quem chega ao principado com a ajuda dos grandes mantém-se com mais dificuldade do que o que se torna príncipe com a ajuda do povo, porque o primeiro se vê cercado de muitos que parecem ser seus iguais, não podendo, por isso, comandá-los nem manejá-los a seu modo. Mas quem chega ao principado com o favor popular encontra-se sozinho e não tem em torno de si ninguém, ou quase ninguém, que não esteja pronto a obedecê-lo. [...] Além disso, um príncipe não pode jamais proteger-se contra a inimizade do povo, porque são muitos; no entanto, pode-

se garantir contra os grandes porque são poucos [...] (Maquiavel, 2004, p. 44).

Ora, analisando o trecho supracitado de Maquiavel, surge uma questão inquietante. Se a disputa entre os “Grandes” e o “Povo” na sociedade brasileira é geralmente vencida pelos “Grandes” e sua respectiva manutenção no Poder, como a Elite (os Grandes) brasileira faz para convencer o “Povo” a aceitar a opressão? Ou,

Como convencer a população de que os recursos e o trabalho suado dos 99% que não são endinheirados devem ir para o bolso do 1% mais rico? Como os verdadeiros “donos do Brasil” – a elite do dinheiro – conseguem comprar o monopólio não só econômico, mas também cultural, social e político, de modo a legitimar a rapinagem sem peias e o assalto à riqueza coletiva? Em português claro: como se transformam pessoas inteligentes em imbecis capazes de agir contra si mesmos sem perceber? (SOUZA, 2016, p. 27).

A resposta para essa importante indagação não é simples e nos remete a compreender a criação do “Mito nacional” criado por Sérgio Buarque Holanda em sua obra “Raízes do Brasil”. O Mito nacional prega a existência de um povo cordial, o brasileiro, que pensa mais com o coração do que com a razão. Um povo emotivo que, por essa condição é mais facilmente corrompido. Um povo que possui baixa autoestima e que deposita valor no que vem do exterior em detrimento do nacional (cultura, costumes, comportamento, mercadorias). Uma nação formada por um povo etnocentrista que jamais enfrentou, e, até mesmo conheceu a fundo sua história escravocrata e, exatamente por conta disso, os reflexos e desdobramentos desta teoria criada por Holanda, justificando padrões de comportamento econômico, político, social, cultural,

excludentes que caracteriza o povo brasileiro são sentidos até os dias atuais (SOUZA, 2016).

Os efeitos dessa hegemonia cultural, por sua vez, se mostram, hoje em dia, tanto em discurso que demoniza o Estado e sacraliza o mercado – construindo a semântica possível de uma luta de classes invisível – quanto em práticas institucionais consolidadas que se naturalizam. O melhor exemplo dessas práticas que se tornam “natureza” e escapam à reflexão é não perceber a ação de um mercado selvagem que drena os recursos da sociedade inteira para o bolso de 1% de endinheirados (SOUZA, 2016, p. 26).

Corroborando a lição supracitada, Rocha (2015, 125) leciona que “[...] a devoção do colonizador instaura nas terras brasileiras o Mito Fundador de conformidade com os interesses do projeto mercantilista das potências coloniais seiscentistas [...]”. Acrescenta o autor:

[...] No fundo, o tripé Deus, Natureza e Colonização remetem em nossos arquétipos mentais substâncias que derivam deste fundador mítico que em suas entranhas escondem um projeto histórico de colonização e dominação, até nossos dias, das elites, que usam precisamente estes mitos como forma de criar a nacionalidade brasileira à revelia dos verdadeiros e justos interesses da maioria do povo (ROCHA, 2015, p.125).

No caso brasileiro, o Príncipe, para se manter no Poder, como vimos, precisa se aliar exatamente aos “Grandes” que são os “verdadeiros donos do Brasil”. Mas, para que essa aliança funcione, o “Povo” precisou acreditar que o seu opressor estava fazendo tudo o que fez para o seu bem. Foi assim com Getúlio Vargas; com a derrubada de João Goulart em 1964; com Geisel, ainda na vigência do golpe com a tentativa de um projeto de nação; Com FHC,

na privatização da tucana e com Dilma, quando enfrentou a elite financeira e tentou mudar os juros bancários. É possível apontar apenas um pequeno período histórico recente em que o “Povo” reconquistou o poder dos “Grandes”, foi nos governos Lula e mediante um “acordo” com os grandes, como veremos. (SOUZA, 2016).

A verdade incômoda quando discutimos a eterna disputa brasileira entre os “Grandes” e o “Povo” é que “[...] existe um vínculo de continuidade real e institucionalizado que faz com que qualquer tentativa – mesmo parcial e frágil, como as que ocorreram até agora – de romper nosso apartheid de classes desemboque em golpes de Estado e reação violenta das elites da rapina selvagem”. (SOUZA, 2016, p.43).

2.1 Getúlio Vargas e o equilíbrio entre os “Grandes” e o “Povo”

Getúlio Vargas tinha noção da necessidade de criação de um mercado consumidor forte no país que pudesse sustentar e desenvolver sua industrialização. Para tanto era necessário a criação de uma legislação trabalhista que protegesse os trabalhadores para evitar revoluções mais radicais. “[...] Desde então qualquer governo ou partido reformador tenta, sem sucesso, construir alianças com uma parte da classe dos proprietários [...]” (SOUZA, 2016, p.43).

Nascia dessa tentativa de composição entre os “Grandes” e o “Povo”, no Brasil, a “Falácia da boa Burguesia”:

[...] A “esquerda” brasileira sempre sonhou com a “boa burguesia” e acordou com o pesadelo do Estado de Exceção. A “boa burguesia” foi sempre a burguesia industrial, o seja, a fração das classes proprietárias que em tese teria muito a ganhar com um mercado interno forte e

saudável. Afinal, com bons salários para os trabalhadores ela poderia vender muito em um mercado interno protegido para seus bens [...] (SOUZA, 2016, p.43).

Ocorre que essa era a ideia de Getúlio Vargas. Ele acreditava que seria possível uma composição entre os “Grandes”, no caso, a elite empresária brasileira e o “Povo” em que, havendo a proteção do trabalho deste último, com a valorização de seus direitos e salários, haveria, automaticamente, o fortalecimento do mercado consumidor que iria favorecer os “Grandes” já que ocorreria a elevação do patamar de compra de todos e a elevação da taxa de lucro dos empresários. Essa foi considerada a maior ilusão da esquerda nacionalista brasileira nas três décadas que transcorreram entre Getúlio Vargas e o Golpe de Estado de 1964. (SOUZA, 2016).

2.2 Golpe de Estado de 1964 e o equilíbrio entre os “Grandes” e o “Povo”

A crença da esquerda brasileira na “boa burguesia” aquela que aceitaria fortalecer e respeitar os direitos para o “Povo” visando o fortalecimento dos lucros dos “Grandes” foi mais uma vez demonstrada falaciosa no Governo João Goulart que foi derrubado pelo Golpe de Estado de 1964. Assim, não haveria a construção de um mercado dinâmico com a valorização do “Povo” que não seria oprimido pelos “Grandes”, ao contrário disso, o que se observou foi a construção da “moderna classe média brasileira”, um país para apenas 20%, com a opressão dos outros 80% da população pelos “Grandes” (SOUZA, 2016).

O resultado assustador da opressão dos “Grandes” sobre o povo, no que sucedeu a ruptura de 1964 resultou que:

Se não teríamos o mercado dinâmico para a maioria que a esquerda sonhava, teríamos então um mercado para poucos com uma taxa de lucro muitas vezes maior que em outros lugares. Um mercado protegido da concorrência internacional não para aumentar sua produtividade, mas para garantir super lucros à elite econômica predatória que sempre pensou apenas no próprio bolso e no lucro de curto prazo. (SOUZA, 2016, p.43)

Os “Grandes” mais uma vez prevaleceram no poder e continuaram explorando o “Povo”, não sem antes, ter que perpetrar um Golpe de Estado contra o que tentaram implantar no Brasil medidas que iriam favorecer a vida do “Povo” e dinamizar a indústria nacional.

2.3. Geisel tentando em vão um Projeto de Nação e o equilíbrio entre os “Grandes” e o “Povo”

Ainda na vigência do regime imposto pelo Golpe de Estado de 1964, no governo Geisel, houve uma tentativa de utilização do Estado, assim como em nações desenvolvidas, como forte incentivador do desenvolvimento da economia por meio de investimento na infraestrutura do país. Porém, “[...] A imprensa conservadora, sócia de todo saque, passou a demonizar o governo Geisel com reportagens sobre “as repúblicas socialistas soviéticas do Brasil”, como se a construção de uma infraestrutura potente fosse sinônimo de comunismo [...]” (SOUZA, 2016, p.45).

No Brasil, nossa elite, os “Grandes” jamais permitiram qualquer tentativa de desenvolvimento nacional ou projeto de nação que pudesse garantir um país rico e justo. Os “Grandes” aqui só pensavam em lucros imediatos e na exploração do “Povo” e, toda vez que houve tentativa de construção de um projeto de nação que ameaçasse os “Grandes”, estes interviram com sua tropa de choque e

seus colaboradores, em especial a mídia de massa que ajudava a criar mecanismos para que o “Povo” continuasse a aceitar toda a exploração.

Curiosamente, no governo Lula, em que houve inquestionável nova tentativa de um projeto de nação, os “Grandes” mais uma vez, de forma virulenta agiram contra o “Povo” com o apoio de seu eterno aliado, a grande mídia. Se no governo Geisel a reação da mídia no forte investimento de infraestrutura era para criação da “Repúblicas socialistas soviéticas do Brasil”, no governo Lula, a nova tentativa de um projeto de nação era caricaturizada com acusações de um governo voltado para ideologia do “bolivarianismo” ou do “chavismo”, expressões cunhadas com a clara estratégia de interditar a reflexão com a utilização de “[...] chavões e caricaturas que nada significam, mas que produzem arregimentação efetiva e infantilizada para polarizações políticas de ocasião [...]” (SOUZA, 2016, p. 45).

2.4. FHC, o engodo das privatizações e o equilíbrio entre os “Grandes” e o “Povo”

O processo de rapinagem levado a cabo nos governos militares implantados pelo Golpe de Estado de 1964 levou a gravíssima consequência de uma indústria sucateada, sem qualquer estímulo para inovação e atualização de sua planta de produção já que haviam, como já afirmado, implantado um sistema em que 20% apenas da população tinha acesso ao consumo, com uma margem de lucro vista em poucos lugares do Planeta (SOUZA, 2016).

Fernando Henrique Cardoso aproveitou essa condição de nossa indústria para defender a “abertura econômica” e a supostamente necessária “privatização”, com a promessa de uma economia dinâmica e de produtos modernos e acessíveis para todos. “[...] Aqui entram em

cena aspectos obscuros envolvendo conluíus entre investidores nacionais e estrangeiros de modo a “privatizar”, ou seja, embolsar a riqueza nacional e o acesso a um mercado cativo que foi bom apenas para a elite da rapinagem [...]” (SOUZA, 2016, p.47).

Nessa disputa entre os “Grandes” e o “Povo”, a elite brasileira, ou seja, os “Grandes”, tem conseguido impor-se no Poder através da utilização, sempre de subterfúgios eficazes a convencer o “Povo” a aceitar sua condição de explorado, e o principal aliado dos “Grandes” é a imprensa: “[...] A imprensa conservadora cantou em prosa e verso as maravilhas de vender a riqueza acumulada por gerações de brasileiros a preço de banana para o bolso da meia dúzia de sempre [...]” (SOUZA, 2016, p. 46).

2.5. Governo Lula, nova tentativa de implantação de um projeto de nação subordinado a garantia de elevados lucros para as elites e o equilíbrio entre os “Grandes” e o “Povo”

Após as tentativas de Getúlio Vargas, João Goulart e Geisel de criar condições para um Projeto de Nação no país, foi o governo Lula que “[...] inaugurou o maior período de crescimento e de otimismo em relação ao país, em período democrático, desde Juscelino Kubitschek [...]” (SOUZA, 2016, p.46).

O segredo de Lula para estabelecer um equilíbrio entre os “Grandes” e o “Povo” foi “[...] uma política de compromisso segundo a qual todos os segmentos sociais auferiam ganhos significativos, muito especialmente os que se situavam nos extremos da sociedade: os muito ricos e os muito pobres [...]” (SOUZA, 2016, p.46).

Não obstante, apesar do sucesso das políticas do governo Lula, nossa elite passou a se incomodar e passou a se movimentar mais uma vez:

Foi nesse contexto que entrou a grande imprensa conservadora, agindo abertamente como uma espécie de partido político da elite do dinheiro. As poucas famílias que controlam a grande mídia brasileira sempre tiveram papel político decisivo para legitimar os arranjos oligárquicos de ocasião [...] Assim como no caso do suicídio de Getúlio e do golpe articulado contra Jango em 1964, uma ampla e profunda campanha de desinformação, distorção e manipulação do tema da “corrupção seletiva” acompanhou a tentativa de destituir o PT do poder já em 2006. O Mensalão de 2005 foi um ensaio geral para o que aconteceria anos depois na Lava Jato e no processo de impedimento da presidenta Dilma. (SOUZA, 2016, p.48/49).

A verdade é que, as denúncias que levaram ao processo do Mensalão deveriam ter levado a uma profunda reflexão do “Povo” brasileiro quanto a necessidade de uma efetiva reforma do sistema político. Assim como ocorreu no episódio da compra de votos da reeleição de FHC, nosso presidencialismo de coalisão demonstra que qualquer protagonismo do executivo implica literalmente na compra de votos, seja por meio da concessão de cargos, concessões públicas ou até mesmo dinheiro vivo (SOUZA, 2016).

[...] Nenhuma palavra em defesa de uma “reforma política” racional foi perdida. Afinal, como hoje todos que ainda conseguimos manter dois neurônios intactos sabemos, o combate à corrupção efetiva é o último dos objetivos dessa mídia. Se a base da corrupção no Estado se localiza na compra da política pelo capital econômico, o discurso moralista de ocasião da mídia somente se concentra em políticos de esquerda. A manipulação midiática visa apenas à eliminação do inimigo político e trabalha contra qualquer mudança real na verdadeira transparência que importa: aquela que limita a compra da política pelo grande capital (SOUZA, 2016, p. 50).

Dessa forma, se não fosse o predomínio dos “Grandes” em detrimento do “Povo”, o natural seria que o Mensalão tivesse provocado na nação o profundo desejo de uma efetiva reforma do sistema político e não a manipulação das massas com a perseguição de um único partido político, exatamente aquele que havia ousado tentar, mais uma vez, criar um projeto de nação no Brasil.

Este desvirtuamento do Poder Judiciário em defesa da elite financeira do país está sendo documentado como um fenômeno da pós-democracia [...] No Estado Pós-Democrático, o que importa é assegurar os interesses do mercado e da livre circulação do capital e das mercadorias, com o controle ou mesmo exclusão dos indivíduos disfuncionais, despidos de valor de uso ou inimigos políticos” (CASARA, 2017, p. 133).

Neste sentido, importante registrar que, apesar do grande ataque dos “Grandes” contra o projeto de país estabelecido no governo Lula, a noção de que seria possível um país mais justo para o “Povo” garantiu que nas eleições de 2010 fosse eleita Dilma Rousseff com o compromisso de assegurar e aprofundar referido projeto.

2.6. Governo Dilma, enfrentamento do sistema financeiro brasileiro e o equilíbrio entre os “Grandes” e o “Povo”

Dilma é eleita em 2010 com a esquerda já sendo atacada desde o ano de 2006 quando houve a tentativa da direita, capitaneada pelo PSDB de conquistar o governo. Não obstante, a completa ausência de um projeto de nação da direita, somada ao desenvolvimento nacional e forte diminuição da pobreza no governo Lula, possibilitou a manutenção da esquerda no poder com a sucessão de Lula por Dilma,

A eleição de Dilma em 2010 se deu nesse contexto de celebração e de esperança em um Brasil com oportunidades para todos [...] Confiante na sua recém-conquistada popularidade, a presidenta lançou então sua jogada mais arriscada: romper o acordo rentista que havia possibilitado a relativa tranquilidade do segundo mandato de Lula como presidente. O projeto evocava claramente o sonho secular da esquerda brasileira da procura pela “boa burguesia” [...] O cálculo da arriscada jogada não era completamente desprovido de lógica. Submeter o país a um regime de juros que se aproximasse do regime mundial implicaria em maiores investimentos em atividades que geram emprego e aprofundam o ciclo virtuoso de ampliação do mercado interno, aumento de produtividade e aumento do poder de consumo[...] (SOUZA, 2016, p. 53).

A estratégia do governo era provocar um novo ciclo virtual de crescimento já que os empregos produzidos no ciclo anterior, do governo Lula, eram circunscritos as áreas de baixa produtividade e de baixos salários, de modo que, a solução estava em aprofundar o processo inclusivo com o estímulo à indústria e à produção de melhores e mais bem remunerados empregos (SOUZA, 2016).

Ocorre que, mais uma vez, o equilíbrio entre os “Grandes” e o “Povo” seria colocado a prova. Desta vez, com um novo erro de julgamento da esquerda que acreditava que transformaria o seu mais recente capital político, com a inclusão de milhares de brasileiros ao consumo, a um avanço em face dos escorchantes lucros da elite brasileira. Como sabemos hoje, não houve êxito:

[...] Com uma classe de capitalistas que sempre se caracterizou pelo roubo de curto prazo e pela ausência de qualquer projeto nacional, a jogada se revelou uma aventura perigosa que acabaria por minar as bases do governo [...] Afinal, não apenas o capital financeiro auferia lucros

estratosféricos, mas também os capitalistas industriais e o agronegócio investiam seu lucro não mais em produção, mas nas gordas taxas de juro que garantiam retorno imediato e sem risco (SOUZA, 2016, p.54).

O governo Dilma tentou enfrentar os “Grandes” iniciando uma batalha pela diminuição dos juros e do spread bancário, apostando todas as suas fichas e, infelizmente, perdendo a batalha mais uma vez. “[...] O novo contra-ataque do “partido do dinheiro”, a grande mídia, não tardou a acontecer – agora com o aprendizado oriundo do Mensalão: não dá para derrubar o governo sem construir um arremedo de “base social” para o golpe. A nova tática implicava o ataque sistemático e sem qualquer pausa ao governo e ao que ele representava. (SOUZA, 2016, p. 54).

Mauro Lopes corrobora essa informação:

Quatro famílias decidiram: Basta! Fora! Os Marinheiros (Organizações Globo), os Civita (Grupo Abril/Veja), os Frias (Grupo Folha) e os Mesquita (Grupo Estado). A essas famílias somaram-se outras com mídias de segunda linha, como os Alzugaray (Editora Três/Istoé) e os Saad (Rede Bandeirantes), ou regionais, como os Sirotsky (RBS, influente no sul do país). Colocaram em movimento uma máquina de propaganda incontestável, sob o nome de “imprensa”, para criar opinião e atmosfera para o golpe de Estado contra o governo de Dilma Rousseff, eleito por 54 milhões de pessoas em 26 de outubro de 2014 (LOPES, 2016, p.120).

Os “Grandes” ainda na gestão Lula tentaram desgastar o governo e eleger um representante da elite em 2006. Não obstante, após o sucesso daquele governo com a diminuição da pobreza, a elite brasileira constatou a lição de Maquiavel no sentido de que sem a construção de uma “base social”, sem o apoio do “Povo”, não conseguiria

derrubar o governo, não um que trouxesse tantos benefícios para este seguimento da população. Iniciou aí, mais uma vez com o apoio da grande mídia, um novo ataque sistemático de manipulação das massas para que o “Povo” aceitasse, mais uma vez, ser explorado pelos “Grandes”. Dilma foi impedida e novamente os “Grandes” assumiram o poder no país e impuseram toda a sua agenda de exploração dos menos abastados.

Considerações finais

O principal pensamento de Maquiavel que optamos por discutir neste ensaio foi exatamente a eterna disputa entre o “Povo” que não deseja ser comandado e nem oprimido pelos “Grandes”, estes que desejam comandar e oprimir aqueles:

[...] Pois, em todas as cidades, existem esses dois humores diversos que nascem da seguinte razão: o povo não quer ser comandado nem oprimido pelos grandes, enquanto os grandes desejam comandar e oprimir o povo; desses dois apetites diferente, nasce nas cidades um destes três efeitos: principado, liberdade ou licença. (MAQUIAVEL, 2004, p. 43).

Optamos por este trecho do pensamento de Maquiavel exatamente para demonstrar como essa disputa sempre esteve presente na política brasileira. Mais que isso, demonstrar que a disputa entre o “Povo” brasileiro e os “Grandes”, aqui foi fator decisivo para instabilidade política frequente em que se revezaram no poder ora uma Elite escravocrata, industrial, do capital, que visava o lucro imediato, sem qualquer projeto de desenvolvimento de nação, ora, com menor frequência, governos dito populares, de esquerda ou com a preocupação de implantação de medidas que diminuíssem a pobreza e

implementasse as bases para um projeto desenvolvimentista de nação.

A bem da verdade, a questão envolvendo a nossa história, nosso direito à verdade e à memória não é bem trabalhado no país. Logo, se não enfrentarmos nosso passado de forma séria, compreendendo as forças políticas que se revezaram no poder, suas estratégias e seus objetivos, estaremos fadados a estar sempre repetindo esse ciclo de instabilidade política em que ora se estabelece um governo dos “Grandes”, ora um governo do “Povo”.

Referências

CASARA, Rubens R. R. Estado Pós-Democrático: neo-obscurantismo e gestão dos indesejáveis. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

HANSEL, Tiago Fernando. **O Príncipe de Maquiavel na política atual**. Revista Alamedas. Vol. 3, nº 1. 2015.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**: Comentado por Napoleão Bonaparte. São Paulo: Martin Claret. 2004.

LOPES, Mauro. As quatro famílias que decidiram derrubar um governo. In: **Por que gritamos golpe?:** para entender o impeachment e a crise política no Brasil. Ivana Jinkings; Kim Doria; Murilo Cleto, org. São Paulo: Boitempo, 2016.

MIGUEL, Luis Felipe. **Dominação e Resistência**: desafios para uma política emancipatória. São Paulo: Boitempo, 2018.

SERRANO, Pedro Estevam Alves Pinto. **Autoritarismo e golpes na América Latina**. São Paulo: Alameda, 2016.

SOUZA, Jessé. **A Radiografia do Golpe**. Rio de Janeiro: Leya, 2016.

ROCHA, José Manuel de Sacadura. **Antropologia Jurídica**: geral e do Brasil. Para uma filosofia antropológica do Direito. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

9. ANÁLISE MAQUIAVELIANA SOBRE A PRISÃO DE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA: EXTADO¹ NO BRASIL

Carlos Augusto de Oliveira Diniz²

1. Introdução

Este texto é fruto de pesquisa desenvolvida no Curso de Direito da Universidade Federal de Goiás – UFG, especificamente no projeto de pesquisa “*Poder, Estado e Capitalismo: Impactos no Processo de Construção do Direito*”. Importante ressaltar que a ideia deste artigo surgiu quando preparava uma fala para exposição durante o 1º Seminário de Ciência Política Contemporânea, com o tema ‘Leituras e interpretações de Nicolau Maquiavel: O pensamento político e as contribuições do autor florentino na política contemporânea’. Realizado pelo Curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS, Unidade de Paranaíba-MS.

É importante firmamos o entendimento em torno de pontos fundamentais para o raciocínio defendido neste artigo, vejamos: Primeiro, diz respeito ao fato de que o Brasil como país de capitalismo periférico teve seu desenvolvimento controlado pelos países hegemônicos.

¹Extado (Exceção + Estado).

²Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Área de Concentração: Efetividade do Direito na linha de pesquisa: Ética, Linguagem e Justiça. Professor da Carreira de Magistério Superior do Curso de Direito da Universidade Federal de Goiás (UFG) – Regional Jataí-GO. Coordena o Projeto de Pesquisa “Poder, Estado e Capitalismo: Impactos no Processo de Construção do Direito (PI03572-2019)”. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3127802813505867> - E-mail: carlosaugustodiniz@hotmail.com.

Segundo, em decorrência dessa condição periférica do Brasil fez com que a burguesia nacional se forjasse dentro dessa estrutura e por isso não rompeu com o patrimonialismo e com o escravismo. Um Estado capitalista que não tem liberdade para se desenvolver produz na burguesia uma cultura voltada não para a ruptura, mas uma luta para não perder seu espaço de recepção das vantagens autorizadas pelos países hegemônicos, e distribuída pelo Estado. E isso desenvolveu uma cultura de ódio a todo processo que pudesse lhe retirar do local de vantagens, por isso a burguesia surge como classe conservadora.

E neste sentido, a burguesia brasileira historicamente trabalhou para evitar a revolução por meio de uma *contrarrevolução prolongada* conforme explicou Florestan Fernandes³. Ocorre, que essa *contrarrevolução prolongada* nada mais é que o estado de exceção constante desde o surgimento do Estado brasileiro. Isso faz do Brasil um local em que se pode constatar perfeitamente que o *Extado* (*Exceção + Estado*) é uma constante.

Terceiro, é que a democracia pode ser percebida como um subterfúgio para ofuscar o estado de exceção (*Extado*), a *contrarrevolução prolongada*, o que nos países periféricos como o Brasil é mais visível, pois sequer podemos dizer que alguma vez em nossa história vivemos período de democracia, pois o máximo que logramos foi períodos de democracia formal, ou seja, aqui sequer tivemos democracia para ofuscar o *Extado* (*Exceção + Estado*). Como resultado temos no Brasil nunca se teve democracia efetiva, nossa história é alternância de mais repressão e menos repressão.

Ademais, para o desenvolvimento do presente artigo optamos pelo método indutivo, pois utilizamos de um caso

³ FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil; ensaio de interpretação sociológica**. 3 ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

específico para demonstrar o panorama geral, portanto ao analisarmos o caso de Luiz Inácio Lula da Silva pretendemos demonstrar a realidade do Estado brasileiro no tocante ao seu caráter de estado de exceção. Para tanto a metodologia adotada foi a revisão bibliográfica apoiada em material jornalístico necessário para a abordagem do fato analisado. O objetivo geral é promover uma análise indutiva da prisão de Luiz Inácio Lula da Silva para demonstrar como o estado de exceção no Brasil é uma regra. O objetivo específico é confrontar as práticas do estado de exceção brasileiro com o pensamento de Nicolau Maquiavel previsto no *Príncipe*.

2. A prisão de Luiz Inácio Lula da Silva

A história assim como a Lua tem uma parte escura, o lugar da escuridão onde estão amontoadas as ínfimas personalidades. O que se faz na vida ecoa na eternidade e o tempo se encarrega de fazer a separação daqueles que estarão na rutilância ou na penumbra da história. E o tempo às vezes de modo acelerado, às vezes de modo lento, é implacável quando retira as vestes da verdade ea venda da justiça para promover o amor entre ambas. É importante que se diga ainda que não será tarefa fácil explicar para as futuras gerações o que foi viver no Brasil de 2014 até a data de hoje (10/07/2019), ressaltamos ainda que evidentemente muitas coisas ainda estão por vir, porém o que presenciei até aqui já me forneceu subsídios robustos para sustentar que vivemos um estado de exceção escancaradamente visível. Percebo que estamos muito próximos de ouvir de várias formas o seguinte pensamento: *Em 2016 foi golpe sim! Hoje temos uma ditadura sim! E daí?*

Feitas essas explanações é importante ressaltar que a ideia do presente texto é destacar o *Extado* (Exceção + Estado) como uma constante. Se realmente vivemos em um

Estado de exceção não é possível, e muito menos provável, que a suspensão de direitos e da ordem jurídica se refira apenas ao cidadão Luiz Inácio Lula da Silva, mas sim para todos os cidadãos. Disso não discordamos absolutamente. Porém, a opção por discutir o estado de exceção tomando como objeto a prisão de Luiz Inácio Lula da Silva se deve a três fatores, vejamos. Primeiro por uma questão metodológica, pois queremos utilizar um caso específico como forma de demonstrar o aspecto geral do estado de exceção. Segundo é que Luiz Inácio Lula da Silva possui uma história de vida e que somada a sua atuação política já permite dizer que trata-se de um elemento vivo da história, ou seja, Lula transcendeu o tempo presente, ele já é passado e futuro.

O terceiro fator é por mim mesmo. Explico. Possuo graduação, mestrado e doutorado em Direito, escolhi a carreira acadêmica e sou professor de um Curso de Direito de uma Universidade Pública e ninguém saberá o que tem significado ser professor de Direito nestes tempos, pois o sofrimento foi, é, e será atroz por algum tempo infelizmente. Perceber o esfacelamento do ordenamento com a suspensão da ordem jurídica, natural do estado de exceção, é sofrível. Ademais, preciso fixar meu posicionamento político, pois ao fim da vida não quero me lembrar de uma omissão, mas de ter atacado a barbárie que vivemos.

A biografia de Luiz Inácio Lula da Silva não é segredo pra ninguém, e muito menos é meu objetivo neste texto, por isso optamos por trazer somente o essencial segundo nosso entendimento. Dessa forma temos o seguinte:

“Nordestino, pobre, sétimo filho de um casal de lavradores analfabetos, Luiz Inácio Lula da Silva nasceu em 1945 numa casa de dois cômodos e chão de terra batida no Semiárido pernambucano. Sem luz, água encanada, banheiro ou

sapatos, o menino tinha 7 anos quando montou num pau-de-arara e, cumprindo a sina de milhares de outros brasileiros, "despencou" para o sul-maravilha com a mãe e os irmãos, a fim de reencontrar o pai, que havia retirado semanas antes de Lula nascer, em busca de uma vida melhor longe da seca e da miséria. Instalado no litoral paulista, Lula começa a trabalhar ainda criança, no cais de Santos, para ajudar nas despesas de casa. Ambulante aos 8 anos e engraxate aos 9, vira ajudante de tinturaria no início da adolescência, quando muda-se para São Paulo com a mãe, agora separada do pai, e os irmãos solteiros. Conclui o ginásio e, empregado numa metalúrgica aos 14 anos, é admitido no curso técnico de torneiro mecânico do Senai".⁴

Após formar-se como torneiro mecânico Lula inicia sua militância no Sindicato dos metalúrgicos chegando à presidência do sindicato em 1975 e em plena a ditadura empresarial militar Lula será um dos protagonistas políticos do enfrentamento ao regime.

“Entre 1978 e 1980, Lula comanda greves gerais que assumem proporções impensáveis, firmando-se como o maior nome da oposição no cenário político do país. Em 19 de abril de 1980, é preso e passa 31 dias na cadeia. Libertado, retoma a atividade sindical e política. Fundar um partido para conquistar espaço nas esferas decisórias, tanto no Executivo quanto na formulação de leis mais justas para os trabalhadores, torna-se uma meta, uma missão inevitável”.⁵

Nessa odisseia Lula ainda seria um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores – PT, e disputaria cinco eleições para Presidência da República pelo PT. Sendo enfim eleito

⁴ INSTITUTO LULA. **Biografia.** Disponível em: <<https://www.institutolula.org/biografia>> Acesso em 27 de JUN. de 2019. s/p.

⁵INSTITUTO LULA, 2019, s/p.

Presidente da República no ano de 2002 em sua quarta disputa ao Palácio do Planalto.

“Lula é o primeiro operário a instalar-se como inquilino no Palácio do Alvorada. Seus dois governos são marcados principalmente pela implementação bem sucedida de programas de distribuição de renda, como o Bolsa Família, e de acesso dos mais pobres a linhas de crédito, salários mais altos, geração de empregos e melhor qualidade de vida em educação (Prouni, 14 universidades criadas...), moradia (Minha casa, minha vida), infra-estrutura e saneamento (Luz para Todos, Programa de Aceleração do Crescimento) e outros. A relação do governo com a população ganha uma outra qualidade, com a realização de mais de 70 conferências nacionais e a abertura sistemática do Palácio do Planalto a diferentes grupos da sociedade civil organizada. Reeleito para um segundo mandato, Lula realiza o feito inédito de eleger sua sucessora, Dilma Rousseff, e chega ao final do governo com recorde de popularidade: sua administração é aprovada por 87% da população em dezembro de 2010, diz o Ibope. As estatísticas de desemprego e de famílias abaixo da linha de pobreza são as menores desde o início dessas medições”.⁶

Portanto, Luiz Inácio Lula da Silva não vem de uma classe econômica favorecida, pelo contrário ele é a negação de tal classe, ele vem justamente da classe que sempre foi oprimida e perseguida neste país. Naturalmente a sua trajetória despertaria na burguesia brasileira seu lado mais monstruoso. Ocorre, que todas as políticas implementadas durante o governo do operário Luiz Inácio Lula da Silva promoveram alterações sociais que nem de longe o governo Fernando Henrique Cardoso (filho das elites) desejou fazer. Resultados apontados pelas Nações Unidas:

⁶*Ibidem.*

“Entre 2001 e 2013, o percentual da população vivendo em extrema pobreza caiu de 10% para 4%”, informa o estudo. “De 1990 a 2009, cerca de 60% dos brasileiros passaram a um nível de renda maior. Ao todo, 25 milhões de pessoas saíram da pobreza extrema ou moderada. Isso representa uma em cada duas pessoas que saíram da pobreza na América Latina e no Caribe durante o período. “Os autores lembram que, até 1999, os índices de extrema pobreza no país e no resto da região eram parecidos, em torno de 26%. Foi em 2012 que se observou uma redução maior no percentual brasileiro: 9,6%, ante os 12% regionais. Também chamam a atenção os indicadores de mobilidade social nesse período. Atualmente, os do Brasil ficam em terceiro lugar na região, atrás do Chile e da Costa Rica. O bom desempenho brasileiro se explica por três motivos. Primeiro, pelo crescimento econômico a partir de 2001, bem mais estável que o registrado nas duas décadas anteriores. Segundo, pelas políticas públicas com foco na erradicação da pobreza, como Bolsa Família e Brasil sem Miséria. Terceiro, pelo mercado de trabalho nacional: no período da pesquisa, aumentaram as taxas de emprego e o percentual de empregos formais (60% em 2012). O relatório ainda aponta a evolução do salário mínimo, que fortaleceu o poder de compra dos brasileiros’.⁷

Conhecendo a burguesia brasileira fundamentado nos estudos do professor Florestan Fernandes não seria difícil prever que promoveriam uma investida implacável contra o pobre, nordestino, operário que tirou 25 milhões de pessoas da pobreza e com isso ameaçou a burguesia brasileira em seu lugar de benesses dentro do Estado. E

⁷NAÇÕES UNIDAS. **Relatório do Banco Mundial afirma que Brasil praticamente conseguiu erradicar a extrema pobreza.** Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/relatorio-banco-mundial-afirma-que-brasil-conseguiu-praticamente-erradicar-extrema-pobreza/>> Acesso em 27 de JUN. de 2019, s/p.

essa burguesia não mediu esforços para promover monstruosidades contra Luiz Inácio Lula da Silva, escolhendo o discurso de combate seletivo da corrupção iniciou uma jornada com a famigerada Operação Lava Jato e promoveu um sem número de abusos, demonstrando claramente aos cidadãos que a opressão contra o povo se intensificaria, ou seja, a opressão desde então não estaria mais escondida na ideia ou ilusão de democracia no Brasil, toda a ordem jurídica agora estava claramente suspensa.

Agora o *Extado* (*Exceção + Estado*) mostrava sua face mais sórdida em afrontas diretas aos direitos humanos e ao ordenamento jurídico. Para demonstrar isso escolhemos alguns casos de violação direta de dispositivos constitucionais e legais para demonstrar o momento vivido, em primeiro lugar é preciso dizer que no Brasil os artigos 9º a 11 da Declaração Universal dos Direitos Humanos são violados:

“Artigo 9º - Ninguém pode ser arbitrariamente preso, detido ou exilado. **Artigo 10º** - Toda a pessoa tem direito, em plena igualdade, a que a sua causa seja equitativa e publicamente julgada por um tribunal independente e imparcial que decida dos seus direitos e obrigações ou das razões de qualquer acusação em matéria penal que contra ela seja deduzida. **Artigo 11º** - 1) Toda a pessoa acusada de um acto delituoso presume-se inocente até que a sua culpabilidade fique legalmente provada no decurso de um processo público em que todas as garantias necessárias de defesa lhe sejam asseguradas”.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos é expressão máxima da construção de um limite civilizatório para a humanidade, mormente se recordarmos o contexto político mundial que antecedeu a sua edição. Também se dilacera no Brasil a Constituição da República Federativa do Brasil, em destaque para o Art. 5º *Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos*

brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

“[...] LIV - ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal; LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes; [...] LVII - ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória; [...] LXVI - ninguém será levado à prisão ou nela mantido, quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança; [...] LXVIII - conceder-se-á habeas corpus sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder”;

De 2014 pra cá surgiu um fenômeno jurídico muito comum no *Extado* que são as “ondas de insanidade”. Aqui isso é conhecido como *lavajatismo* que foi o sentimento policialesco levado ao extremo disseminando pânico, angústia, perseguições, sempre com apoio da mídia brasileira que disseminou o *lavajatismo* implacavelmente. Marco trágico dessa “onda da insanidade” foi o suicídio do Reitor da Universidade Federal de Santa Catarina⁸.

Essa onda do *lavajatismo* levou o Supremo Tribunal Federal – STF a esvaziar a efetividade do texto constitucional quando cometeu o absurdo de autorizar a prisão de réu antes mesmo de esgotadas as possibilidades recursais contrariando o disposto do inciso LVII do Art. 5 da Constituição Federal e o Código de Processo Penal: Art. 283. *Ninguém poderá ser preso*

⁸FLAESCHEN, Hara. REIS, Vilma. **Sem provas PF encerra inquérito que levou Reitor Cancellier ao suicídio.** Disponível em: <<https://www.abrasco.org.br/site/outras-noticias/sem-provas-pf-encerra-inquerito-que-levou-reitor-cancellier-ao-suicidio/37766/#>>
Acesso em 28 de Jun. de 2019, s/p.

senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente, em decorrência de sentença condenatória transitada em julgado ou, no curso da investigação ou do processo, em virtude de prisão temporária ou prisão preventiva.

“STF admite execução da pena após condenação em segunda instância. Por maioria, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) entendeu que o artigo 283 do Código de Processo Penal (CPP) não impede o início da execução da pena após condenação em segunda instância e indeferiu liminares pleiteadas nas Ações Declaratórias de Constitucionalidade (ADCs) 43 e 44. O Partido Nacional Ecológico (PEN) e o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), autores das ações, pediam a concessão da medida cautelar para suspender a execução antecipada da pena de todos os acórdãos prolatados em segunda instância. Alegaram que o julgamento do Habeas Corpus (HC) 126292, em fevereiro deste ano, no qual o STF entendeu possível a execução provisória da pena, vem gerando grande controvérsia jurisprudencial acerca do princípio constitucional da presunção de inocência, porque, mesmo sem força vinculante, tribunais de todo o país “passaram a adotar idêntico posicionamento, produzindo uma série de decisões que, deliberadamente, ignoram o disposto no artigo 283 do CPP”. O caso começou a ser analisado pelo Plenário em 1º de setembro, quando o relator das duas ações, ministro Marco Aurélio, votou no sentido da constitucionalidade do artigo 283, concedendo a cautelar pleiteada. Contudo, com a retomada do julgamento na sessão desta quarta-feira (5), prevaleceu o entendimento de que a norma não veda o início do cumprimento da pena após esgotadas as instâncias ordinárias”.⁹

⁹ NOTÍCIAS STF, Supremo Tribunal Federal. **STF admite execução da pena após condenação em segunda instância.** Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=326754>>. Acesso em 28 de Jun. 2019.

Se essa decisão do dia 05 de outubro de 2016 não bastasse para externar o *Extado* teríamos episódios ainda mais dramáticos no Brasil. Além das previsões constitucionais do Art. 5º, Incisos LVII, LXVIII da Constituição Federal o Código de Processo Penal (Decreto-Lei nº. 3.689 de 03 de outubro de 1941) trata sobre o *Habeas Corpus* de maneira clara:

“Art. 647. Dar-se-á **habeas corpus** sempre que alguém sofrer ou se achar na iminência de sofrer violência ou coação ilegal na sua liberdade de ir e vir, salvo nos casos de punição disciplinar. **Art. 648.** A coação considerar-se-á ilegal: I - quando não houver justa causa; II - quando alguém estiver preso por mais tempo do que determina a lei; III - quando quem ordenar a coação não tiver competência para fazê-lo; IV - quando houver cessado o motivo que autorizou a coação; V - quando não for alguém admitido a prestar fiança, nos casos em que a lei a autoriza; VI - quando o processo for manifestamente nulo; VII - quando extinta a punibilidade”.

Posteriormente ao fatídico dia 05/10/2016 a Defesa na figura do **Advogado Dr. Cristiano Zanin Martins** impetra um Habeas Corpus (HC 152752), mas o Supremo Tribunal Federal em 05 de abril de 2018 decidiria dessa forma:

“STF nega habeas corpus preventivo ao ex-presidente Lula. O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) negou, por maioria de votos, o Habeas Corpus (HC) 152752, por meio do qual a defesa do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva buscava impedir a execução provisória da pena diante da confirmação pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4) de sua condenação pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro. Também por maioria, os ministros negaram pedido para estender a duração do salvo-conduto concedido a Lula na sessão do último dia 22 de

março (vencidos, nesse ponto, os ministros Marco Aurélio e Ricardo Lewandowski)”.¹⁰

O que mais é preciso para demonstrar o *Extado*? Talvez, execuções públicas. O *lavajatismo* imperou e ainda impera. Em menos de 24 horas após a decisão do Supremo Tribunal Federal fora expedida a ordem de prisão de Luiz Inácio Lula da Silva e então a Lava Jato e o *lavajatismo* chegaram ao seu ápice, enfim o retirante nordestino que havia tirado 25 milhões de pessoas da pobreza fora preso. Iniciado o cumprimento da pena imposta a Luiz Inácio Lula da Silva o desembargador Rogério Favreto, do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, deferiu liminar determinando a soltura do ex-presidente Lula neste domingo (8/7). A decisão foi proferida em Habeas Corpus ajuizado pelos deputados do Partido dos Trabalhadores Wadih Damous, Paulo Pimenta e Paulo Teixeira.¹¹ E os absurdos não cessaram, vejamos:

“O juiz Sergio Moro, da 13ª Vara Federal de Curitiba, **está de férias desde 2 de julho e voltará ao trabalho somente no dia 31**. Mesmo assim, preferiu atuar pessoalmente contra a soltura de Lula, determinada na manhã deste domingo (8/7). [...] Moro soltou o despacho afirmando que não cumpriria a liminar concedida por Favreto logo após a decisão ter sido divulgada. Segundo o juiz, o desembargador não teria competência para mandar soltar o ex-presidente, já que a revisão da execução da pena só poderia ser feita

¹⁰ NOTÍCIAS STF, Supremo Tribunal Federal. **STF nega habeas corpus preventivo ao ex-presidente Lula**. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=374437>>. Acesso em 28 de Jun. 2019.

¹¹ OLIVEIRA, Mariana. **Desembargador do TRF-4 manda soltar Lula ainda neste domingo (8/7)**. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2018-jul-08/desembargador-trf-manda-soltar-lula-neste-87>> Acesso em 30 de JUN. de 2019.

pela 8ª Turma do TRF-4, colegiado que expediu o mandado. A recusa do juiz foi confirmada, também em seguida, pelo desembargador relator da "lava jato" no Tribunal Regional Federal da 4ª Região, João Pedro Gebran Neto. Ele disse que a decisão proferida em caráter de plantão poderia ser revista por ele, "juiz natural para este processo", a qualquer momento. "Tendo partido a decisão de prisão da 8ª Turma do Tribunal Regional Federal, a competência para revisão da decisão é da própria Turma ou de Tribunal Superior com competência recursal", afirmou, ao determinar que os agentes da Polícia Federal "se abstenham de praticar qualquer ato que modifique a decisão colegiada". (grifo nosso)".¹²

Um juiz que deixa as férias para impedir a soltura de um cidadão? Não preciso, e não vou definir isso. Você que lê este texto já percebeu a gravidade do momento que vive o Brasil. Não bastassem os absurdos do ponto de vista do Direito Penal e Processual Penal o *lavajatismo* iria desconsiderar uma regra central do Direito Civil para alcançar seu objetivo nefasto.

Tal regra é a que se relaciona ao direito de propriedade. O direito de propriedade é ponto central de todo o sistema capitalista e do Código Civil (Lei nº 10.406 de Janeiro de 2002). Segundo o Código Civil o direito de propriedade é um direito real que como tal:

“Art. 1.227. Os direitos reais sobre imóveis constituídos, ou transmitidos por atos entre vivos, **só se adquirem com o registro no Cartório de Registro de Imóveis** dos referidos títulos (arts. 1.245 a 1.247), salvo os casos expressos neste

¹²OLIVEIRA, Mariana. **Decisão de Moro contra liminar de soltura de Lula foi proferida durante suas férias.** Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2018-jul-08/decisao-moro-soltura-lula-foi-proferida-durante-ferias>>. Acesso em 30 de JUN. de 2019.

Código. **Art. 1.228.** O proprietário tem a faculdade de usar, gozar e **dispor da coisa**, e o direito de reavê-la do poder de quem quer que injustamente a possua ou detenha”.

Dessa forma, para acusar Luiz Inácio Lula da Silva de ser proprietário do dito apartamento tríplex a Lava Jato deveria provar que o referido apartamento lhe fora transferido por registro público. Ocorre que o apartamento nunca esteve em seu nome, pelo contrário, a empreiteira OAS inclusive dispôs do referido apartamento quando deu o imóvel em garantia de dívida com a Caixa Econômica Federal:

“Na condição de advogados do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva levamos hoje (16/1) aos autos da Ação Penal nº 5046512-94.2016.4.04.7000, em trâmite perante o Tribunal Regional Federal da 4ª Região, decisão proferida em 04/12/2017 pelo Juízo da 2ª Vara de Execução e Títulos do Distrito Federal, nos autos do processo nº 2016.01.1.087371-5 (Execução de Título Extrajudicial), em 04.12.2017, determinando a penhora do apartamento 164-A do Condomínio Solaris, no Guarujá (SP) para satisfação de dívida da OAS. Foram anexadas à petição o termo de penhora e, ainda, matrícula atualizada do Cartório de Registro de Imóveis do Guarujá onde já consta certidão sobre a penhora realizada no citado apartamento tríplex, reforçando que a propriedade do imóvel não apenas pertence à OAS Empreendimentos — e não ao ex-Presidente Lula —, como também que ele responde por dívidas dessa empresa na Justiça. Esses novos documentos, que devem ser levados em consideração no julgamento do recurso de apelação que será realizado no próximo dia 24, nos termos do artigo 231 do Código de Processo Penal, confirmam: (i) que a OAS sempre foi e continua sendo a proprietária desse apartamento tríplex; (ii) que além de a OAS se comportar como proprietária, envolvendo o apartamento em operações financeiras com fundos da Caixa

Econômica Federal, agora o apartamento também está respondendo pelas dívidas da mesma OAS por determinação judicial e, ainda, (iii) que tais fatos são incompatíveis com a sentença proferida em 12/07 pelo juízo da 13ª Vara Federal Criminal de Curitiba ao afirmar que a propriedade do imóvel teria sido “atribuída” a Lula”.¹³

Logo, o pensamento de Florestan Fernandes no tocante a postura da burguesia brasileira que implementou de modo preventivo e permanente a repressão contra a classe trabalhadora, às vezes menos e as vezes mais, mas sempre opressão.

Ressalte-se que Luiz Inácio Lula da Silva já transcendeu a vida carnal, material, e é um personagem histórico vivo, e se ele teve todos os direitos suspensos indevidamente imagine ao o que a classe trabalhadora não está sendo submetida. Citar-se-á dois exemplos de nosso *Extado*. O primeiro foram dois massacres ocorridos em presídio de Manaus-AM:

“A maioria das 55 vítimas do massacre do fim de maio morreu de asfixia ou golpeada por objeto perfurante. **Do total de mortos, 22 eram presos provisórios e ainda aguardavam julgamento**, segundo a Secretaria Estadual de Administração Penitenciária (Seap). Nesse grupo estavam detentos presos entre setembro de 2018 e 23 de maio – dias antes da primeira chacina. Até agora, 53 corpos foram liberados pelo IML. O massacre é o segundo ocorrido no Amazonas em

¹³REDAÇÃO RBA. **Defesa de Lula entrega ao TRF4 penhora que comprova que triplex é da OAS.** Disponível em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2018/01/defesa-de-lula-entrega-penhora-do-triplex-da-oas-ao-trf4/>>. Acesso em 30 de JUN. de 2019.

menos de 3 anos (Em janeiro de 2017, 56 detentos foram mortos sob custódia do Estado).¹⁴ (grifo nosso).”

O sofrimento e injustiça aos quais Luiz Inácio Lula da Silva fora submetido quando o Supremo Tribunal Federal autorizou o cumprimento da pena mesmo antes de se concluir a formação da culpa, o que se chama trânsito em julgado, é grave saber que 22 seres humanos mortos sequer tinham sentença condenatória. Conforme fala de Luiz Inácio Lula da Silva: *“eu posso me defender, o povo nem sempre pode”*. Em verdade foram mortos 22 Lulas em Manaus. Na mesma linha do demonstrado acima trazemos outro exemplo de que vivemos sob a égide de um *Extado*. Cite-se:

“No Atlas da Violência 2019, verificamos a continuidade do processo de aprofundamento da desigualdade racial nos indicadores de violência letal no Brasil, já apontado em outras edições. Em 2017, 75,5% das vítimas de homicídios foram indivíduos negros (definidos aqui como a soma de indivíduos pretos ou pardos, segundo a classificação do IBGE, utilizada também pelo SIM), sendo que a taxa de homicídios por 100 mil negros foi de 43,1, ao passo que a taxa de não negros (brancos, amarelos e indígenas) foi de 16,0. Ou seja, proporcionalmente às respectivas populações, para cada indivíduo não negro que sofreu homicídio em 2017, aproximadamente, 2,7 negros foram mortos. O gráfico 5.1 descreve a piora na desigualdade de letalidade racial no Brasil. No período de uma década (2007 a 2017), a taxa de negros cresceu 33,1%, já a de não negros apresentou um pequeno crescimento de 3,3%. Analisando apenas a variação no último ano, enquanto a taxa de mortes de não negros apresentou relativa estabilidade, com redução de

¹⁴G1 AM. **Polícia Civil cria comissão para apurar massacre com 55 mortos em presídios de Manaus.** Disponível em: <<https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2019/06/07/policia-civil-cria-comissao-para-apurar-massacre-com-55-mortos-em-presidios-de-manaus.ghtml>>. Acesso em 30 de JUN. 2019.

0,3%, a de negros cresceu 7,2%. [...] Em resumo, constatamos em mais uma edição do Atlas da Violência a continuidade do processo de profunda desigualdade racial no país, ainda que reconheçamos que esse processo se manifesta de formas distintas, caracterizando cenários estaduais e regionais muito diversos sobre o mesmo fenômeno. Portanto, pelo que descrevemos aqui, fica evidente a necessidade de que políticas públicas de segurança e garantia de direitos devam, necessariamente, levar em conta tais diversidades, para que possam melhor focalizar seu público-alvo, de forma a promover mais segurança aos grupos mais vulneráveis”.¹⁵

De genocídio em genocídio história do Brasil é construída. Os índios foram dizimados, fomos o maior país escravocrata do mundo, o último país a abolir a escravidão formalmente, pois a nossa burguesia escravocrata ainda funda suas ações como se ainda persistissem legalmente a casa grande e a senzala. A perseguição que Luiz Inácio Lula da Silva sofre é a mesma que sofrem os negros, mulheres, população LGBTI, nordestinos, por isso escolhemos falar de sua prisão como forma de jogar luz sobre o seguinte fato: se o Estado é capaz de perseguir implacavelmente um indivíduo da envergadura política e histórica de Lula o que não poderá fazer contra o restante da população.

3. The Intercept Brasil: O *lavajatismo* está DESMORONANDO.

Antes de adentrarmos a análise dos novos fatos é importante que se diga que a narrativa deste item será estruturada com base em matérias jornalísticas do site The

¹⁵ IPEA. **Atlas da violência 2019**. Organizadores: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. 2019. p. 49/51.

Intercept Brasil (Rafael Moro Martins, Leandro Demori, Glenn Greenwald)¹⁶ e também de seus parceiros.

Tal furo jornalístico é fruto de um lote de arquivos enviados ao **The Intercept Brasil** por uma fonte anônima. Recentemente um procurador que estava no grupo que teve conversas vazadas pelo site The Intercept Brasil, comprovou a veracidade de trechos publicados para o Correio Braziliense.¹⁷ O Jornal Folha de São Paulo também manifestou-se sobre o material vazado para a o Intercept no seguinte sentido: Ao examinar material, reportagem não detectou indício de que ele possa ter sido adulterado.¹⁸ O EL PAÍS teve acesso a um trecho dos arquivos da #VazaJato e confirmou, com a ajuda de fontes externas ao site de notícia que sacode o Brasil, que as mensagens trocadas eram verdadeiras.¹⁹

Segundo os arquivos recebidos um procurador da república responsável por coordenar a famigerada

¹⁶ DEMORI, Leandro. GREENWALD, Glenn. MARTINS, Rafael Moro. **Parte 3, Exclusivo: Deltan Dallagnol duvidada das provas contra Lula e de propina da Petrobras horas antes da denúncia do triplex.** Disponível em: <<https://theintercept.com/2019/06/09/dallagnol-duvidas-triplex-lula-telegram-petrobras/>>. Acesso em: 30 de JUN. de 2019.

¹⁷ JORNAL GGN. **Procurador confirma autenticidade de mensagens sobre Moro divulgadas pelo Intercept.** Disponível em: <<https://jornalggn.com.br/justica/procurador-confirma-autenticidade-de-mensagens-sobre-moro-divulgadas-pelo-intercept/>>. Acesso em: 01 de JUL. de 2019.

¹⁸ FOLHA DE SÃO PAULO. **Série de reportagens da Folha explora mensagens obtidas por site The Intercept Brasil. Ao examinar material, reportagem não detectou indício de que ele possa ter sido adulterado.** Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/06/serie-de-reportagens-da-folha-explora-mensagens-obtidas-por-site-the-intercept-brasil.shtml>>. Acesso em: 01 de JUL. de 2019.

¹⁹ OLIVEIRA, Regiane. **Afinal, é possível testar a veracidade das mensagens divulgadas pelo 'The Intercept'?** Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/07/13/politica/1563047507_551141.html>. Acesso em: 26 de JUL. de 2019.

operação Lava Jato manifestou sua preocupação com a fragilidade das provas, ou com ausência de provas, que pudessem embasar uma condenação de Luiz Inácio Lula da Silva no caso do *tríplex*. A insegurança se referia ao ponto central da denúncia que seria oferecida: que Lula havia recebido de presente um apartamento *tríplex* na praia do Guarujá após favorecer a empreiteira OAS em contratos com a Petrobrás.²⁰ Segundo matéria do The Intercept Brasil o procurador Deltan Dallagnol teria escrito o seguinte:

“Falarão que estamos acusando com base em notícia de jornal e indícios frágeis... então é um item que é bom que esteja bem amarrado. Fora esse item, até agora tenho receio da ligação entre Petrobrás e o enriquecimento, e depois que me falaram to com receio da história do apto... São pontos em que temos que ter as respostas ajustadas e na ponta da língua”. As matérias de jornais a que o procurador se referiu são as dezenas citadas na peça de acusação. Dallagnol fazia sua última leitura da denúncia e debatia o texto com o grupo, analisando ponto a ponto cada item que seria oferecido à 13ª vara de Curitiba, onde Sergio Moro atuava como juiz. Naquele dia, ninguém respondeu à dúvida de Dallagnol: se o apartamento *tríplex* poderia ser apontado como propina para Lula nos casos de corrupção na Petrobras. O documento seria anunciado ao público, com direito a um hoje famoso PowerPoint, dali a poucos dias. Sem essa ligação, o caso não poderia ser tocado em Curitiba, onde apenas ações relacionadas à empresa eram objeto de investigação. A ligação do apartamento com a corrupção na petrolífera tinha gerado uma guerra jurídica nos primeiros meses daquele 2016. De um lado, o Ministério Público do Estado de São Paulo. Do outro, a força-tarefa de Curitiba. Caso o caso ficasse em São Paulo, não seria julgado por Sergio Moro, o atual

²⁰ (DEMORI, GREENWALD, MARTINS, 2019. s/p.)

ministro da Justiça de Jair Bolsonaro e ex-juiz que ajudou coordenar a operação quando era o encarregado pela 13ª Vara Federal de Curitiba, como mostram diálogos revelados pelo Intercept”.²¹

Dessa forma, ao que parece os próprios acusadores sabiam da fragilidade das acusações contra Luiz Inácio Lula da Silva, pois sua denúncia seria estruturada em cima de *notícia de jornal*.

Aqui é importante que se ressalte que o juiz de primeira instância que condenou Lula deixou a magistratura para assumir o Ministério da Justiça no governo de Jair Messias Bolsonaro. O mesmo juiz, que durante as férias, evitou a libertação de Lula após liminar em *Habeas Corpus* viria a ser Ministro da Justiça. Não menos grave é o movimento da Operação Lava Jato para ligar o caso do tríplex à corrupção na Petrobrás, pois a Lava Jato investigava contratos e negócios no âmbito da Petrobras e Lula somente poderia ser julgado na 13ª Vara Criminal de Curitiba se houvesse essa relação. Então era preciso construir a tese de que havia relação para trazer a investigação de São Paulo para Curitiba. E assim foi feito.

“O MPSP já investigava o caso Bancoop muito antes de Curitiba. Em uma disputa que envolveu até mesmo o Supremo Tribunal Federal, a Lava Jato tentava tirar o caso das mãos dos paulistas para denunciar e julgar Lula em Curitiba. Para isso, o imóvel de Lula precisaria obrigatoriamente ter relação com a corrupção na Petrobras. Não era o entendimento dos promotores de São Paulo. Em março de 2016, ao recorrerem de uma decisão judicial que jogava o caso nas mãos de Dallagnol, eles disseram: “Em 2009/2010 não se falava de escândalo

²¹(DEMORI, GREENWALD, MARTINS, 2019. s/p.).

na Petrobras. Em 2005 quando o casal presidencial, em tese, começou a pagar pela cota-parte do imóvel, não havia qualquer indicação do escândalo do ‘petrolão’. Ao contrário, estávamos no período temporal referente ao escândalo do ‘mensalão’. Não é possível presumir genericamente e sem conhecer detidamente as investigações que tramitam perante a 13ª Vara Criminal Federal de Curitiba que tudo tenha partido de corrupção na estatal envolvendo desvio de recursos federais.”²²

O escárnio foi tamanho que o próprio Ministério Público do Estado de São Paulo – MPSP explicou que ligar o caso do tríplex a Petrobras seria forçar uma ligação impossível de ter ocorrido, pois a investigação sobre a Bancoop era muito anterior ao período da apuração da Lava Jato. Logo, o juiz da 13ª Vara Criminal de Curitiba não era o juiz competente para julgar o caso do tríplex/Bancoop isso dá ensejo à nulidade da sentença condenatória. Mas para satisfazer a sanha do *lavajatismo* era preciso forjar provas para justificar a relação e fundamentar a condenação de Lula independente de Devido Processo Legal, Contraditório e Ampla Defesa. Cite-se fala de Deltan Dallagnol revelada pelo The Intercept Brasil:

“Deltan Dallagnol – 23:05:11 – Sabemos qual a fonte da matéria? Será que não vale perguntar para a repórter, a Tatiana Farah, qual foi a vontade dela? [O procurador certamente quis escrever “fonte”]

23:05:29 – Acho que vale. Informalmente e, se ela topa, dá para ouvi-la.

23:05:58 – Pq se ele já era dono em 2010 do tríplex... a reportagem é um tesão, mas se convertermos em testemunho pode ser melhor

23:06:08 – Podemos fazer contato via SECOM, topam?

²² (DEMORI, GREENWALD, MARTINS, 2019. s/p.)

23:06:27 – vou pedir pra ascom o contato”.²³

De uma matéria o procurador já queria produzir um testemunho. Por essas práticas é que não temos pudor algum em fixar a ideia deste artigo, ou seja, vive-se no Brasil um *Extado* (*Exceção + Estado*), pois **as investigações produzem ao invés de encontrar provas**. Sobre a matéria de jornal que fundamentou a acusação e a condenação de Luiz Inácio Lula da Silva o site The Intercept Brasil expôs o seguinte:

“Mas a reportagem não bate com ao menos dois pontos do que é dito na denúncia do MPF. O texto do Globo atribui o tríplex a Lula e, para comprovar isso, usa a declaração do então candidato à reeleição apresentada à Justiça Eleitoral em 2006. Ela afirma o seguinte: “Participação Cooperativa Habitacional Apartamento em construção no Guarujá – SP Maio 2005 – R\$ 47.695,38 já pagos”. Em tese, a cota poderia ser usada para qualquer apartamento – a defesa de Lula alegaria mais tarde que se tratava de uma unidade simples. O que é certo é que a palavra *tríplex* não aparece na lista de bens do político usada pelo Globo. A segunda inconsistência poderia ter sido percebida pelos procuradores com uma leitura atenta da própria reportagem. A matéria do Globo atribuiu a Lula a propriedade de um tríplex na torre B, o prédio dos fundos do condomínio. Isso fica claro na matéria: “A segunda torre (a torre A), se construída como informa a planta do empreendimento, lançado no início dos anos 2000, pode acabar com parte da alegria de Lula: o prédio ficará na frente do imóvel do presidente, atrapalhando a vista para o mar do Guarujá, cidade do litoral paulista”.²⁴

²³*Ibidem*.

²⁴*Ibidem*.

A reportagem fala de outro imóvel diferente do que foi dito na denúncia, ou seja, o imóvel que de fato estava pronto nunca foi de propriedade de Luiz Inácio Lula da Silva que dirá o imóvel descrito na denúncia que sequer existia na época, isso aumenta a fragilidade da denúncia, pois se o apartamento que existia não era de Lula como um apartamento que sequer existia poderia ser? O procurador manteve contado com o juiz da 13ª Vara Criminal de Curitiba e expôs a fragilidade da acusação: O coordenador da Lava Jato escreveu a Moro: “A denúncia é baseada em muita prova indireta de autoria, mas não caberia dizer isso na denúncia e na comunicação evitamos esse ponto.”²⁵

Pode um procurador incumbido de acusar possuir relação próxima a este ponto com o juiz da causa? Não, isso é vedado pela lei. E também dá ensejo suspeição do juiz conforme pontua o Código de Processo Penal (Decreto-Lei nº. 3.689 de 03 de outubro de 1941) que dentre outras, dispõe sobre o dever de imparcialidade do juiz no inciso IV do Art. 254. O juiz dar-se-á por suspeito, e, se não o fizer, poderá ser recusado por qualquer das partes: [...] **IV - se tiver aconselhado qualquer das partes.**

No tocante a nulidade processual pondera o mesmo Código de Processo Penal no Art. 564. A nulidade ocorrerá nos seguintes casos: I - por incompetência, suspeição ou suborno do juiz. Apesar da proibição legal o material divulgado pelo The Intercept Brasil aponta o seguinte:

“Sérgio Moro e Deltan Dallagnol trocaram mensagens de texto que revelam que o então juiz federal foi muito além do papel que lhe cabia quando julgou casos da Lava Jato. Em diversas conversas privadas, até agora inéditas, Moro sugeriu ao procurador que trocasse a ordem de fases da Lava Jato, cobrou agilidade em novas operações, deu

²⁵(DEMORI, GREENWALD, MARTINS, 2019. s/p.)

conselhos estratégicos e pistas informais de investigação, antecipou ao menos uma decisão, criticou e sugeriu recursos ao Ministério Público e deu broncas em Dallagnol como se ele fosse um superior hierárquico dos procuradores e da Polícia Federal. “Talvez fosse o caso de inverter a ordem da duas planejadas”, sugeriu Moro a Dallagnol, falando sobre fases da investigação. “Não é muito tempo sem operação?”, questionou o atual ministro da Justiça de Jair Bolsonaro após um mês sem que a força-tarefa fosse às ruas. “Não pode cometer esse tipo de erro agora”, repreendeu, se referindo ao que considerou uma falha da Polícia Federal. “Aparentemente a pessoa estaria disposta a prestar a informação. Estou então repassando. A fonte é séria”, sugeriu, indicando um caminho para a investigação. “Deveríamos rebater oficialmente?”, perguntou, no plural, em resposta a ataques do Partido dos Trabalhadores contra a Lava Jato”.²⁶

O ordenamento jurídico brasileiro fez opção pelo sistema acusatório que impede de que os papéis de julgador e acusador se misturem, ou seja, um juiz não pode orientar o órgão acusador. Em matéria do The Intercept Brasil sugere-se que o julgador orientou inversão de fases, cobrou ações, indicou testemunhas, enfim posturas inadequadas para o julgamento imparcial. Destaca-se:

“O juiz voltaria a dar conselhos ao MP em 21 de junho de 2016. Deltan Dallagnol apresentou uma prévia impressionante dos indícios de corrupção revelados pela delação de 77 executivos da Odebrecht, que implicavam 150 políticos, incluindo nomes como Michel Temer, Dilma, Lula, Eduardo Cunha, Aécio Neves, Sérgio Cabral e Geraldo

²⁶ GREENWALD, Glenn. MARTINS, Rafael Moro, SANTI, Alexandre de. **Parte 4 – Exclusivo: Chats privados revelam colaboração proibida de Sérgio Moro com Deltan Dallagnol na Lava Jato.** Disponível em: <<https://theintercept.com/2019/06/09/chat-moro-deltan-telegram-lava-jato/>>. Acesso em: 30 de JUN. de 2019.

Alckmin. “Reservadamente. Acredito que a revelação dos fatos e abertura dos processos deveria ser paulatina para evitar um abrupto *pereat mundus*”, disse Moro, usando a expressão em latim para um ditado do meio jurídico – “acabe-se o mundo [mas] faça-se justiça”. “Abertura paulatina segundo gravidade e qualidade da prova. Espero que LJ sobreviva ou pelo menos nós”, completou. Outro conselho veio em 15 de dezembro de 2016, quando o procurador atualizou o juiz sobre as negociações da delação dos executivos da Odebrecht.

Dallagnol – 16:01:03 – Caro, favor não passar pra frente: (favor manter aqui): 9 presidentes (1 em exercício), 29 ministros (8 em exercício), 3 secretários federais, 34 senadores (21 em exercício), 82 deputados (41 em exercício), 63 governadores (11 em exercício), 17 deputados estaduais, 88 prefeitos e 15 vereadores [...].

Moro – 18:32:37 – Opinião: melhor ficar com os 30 por cento iniciais. Muitos inimigos e que transcendem a capacidade institucional do mp e judiciário”.²⁷

Não compete ao juiz dar a linha a ser seguida por qualquer das partes no Processo Penal. Isso no ordenamento jurídico brasileiro gera a suspeição do juízo conforme citado anteriormente. Segundo reportagem do The Intercept Brasil em conversa com um procurador o então juiz da 13ª Vara Criminal de Curitiba teria questionado a atuação de uma procuradora:

“Moro, aparentemente irritado com uma das procuradoras da força-tarefa da Lava Jato, fez um pedido delicado a Dallagnol:

Moro – 12:32:39. – Prezado, a colega Laura Tessler de vcs é excelente profissional, mas para inquirição em audiência, ela não vai muito bem. Desculpe dizer isso, mas com discrição,

²⁷ (GREENWALD, MARTINS, SANTI. 2019, s/p).

tente dar uns conselhos a ela, para o próprio bem dela. Um treinamento faria bem. Favor manter reservada essa mensagem.

Dallagnol – 12:42:34. – Ok, mantereí sim, obrigado!”²⁸

Segundo os arquivos vazados para o The Intercept Brasil o juiz da 13ª Vara Criminal de Curitiba ainda discutia com o procurador a repercussão do depoimento de Luiz Inácio Lula da Silva e ainda teria sugerido uma manifestação do Ministério Público Federal para conduzir a narrativa da mídia contra a defesa de Luiz Inácio Lula da Silva.

“Eram 22h04 quando o então juiz federal pegou o celular, abriu o aplicativo Telegram e digitou uma mensagem ao Santos Lima, da força-tarefa da Lava Jato no Ministério Público Federal em Curitiba. “O que achou?”, quis saber Moro. O juiz se referia ao maior momento midiático da Lava Jato até então, ocorrido naquele dia 10 de maio de 2017: o depoimento do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva no processo em que ele era acusado – e pelo qual seria preso – de receber como propina um apartamento triplex no Guarujá. Disponibilizado em vídeo, o embate entre o juiz e o político era o assunto do dia no país. Seguiu-se o seguinte diálogo:

Santos Lima – 22:10 – Achei que ficou muito bom. Ele começou polarizando conosco, o que me deixou tranquilo. Ele cometeu muitas pequenas contradições e deixou de responder muita coisa, o que não é bem compreendido pela população. Você ter começado com o Triplex desmontou um pouco ele.

Moro – 22:11 – A comunicação é complicada pois a imprensa não é muito atenta a detalhes
Moro – 22:11 – E alguns esperam algo conclusivo[...]

²⁸*Ibidem.*

Moro – 22:12 – Talvez vcs devessem amanhã editar uma nota esclarecendo as contradições do depoimento com o resto das provas ou com o depoimento anterior dele

Moro – 22:13 – Por que a Defesa já fez o showzinho dela.

Santos Lima – 22:13 – Podemos fazer. Vou conversar com o pessoal.

Santos Lima – 22:16 – Não estarei aqui amanhã. Mas o mais importante foi frustrar a ideia de que ele conseguiria transformar tudo em uma perseguição sua”.²⁹

Em uma República aquele que julga não pode embrenhar-se na condução do processo acusatório, não pode ter interesse no resultado do processo, não pode escolher que participa dos atos processuais, não deve agir com interesses políticos. O direito é forma e como tal não pode dar ensejo a perseguições, pois a forma existe justamente para conter e controlar a substância/matéria. O devido processo legal é a forma crucial em uma República e seu descumprimento é prova de que atos monstruosos acontecerão o que é muito comum no *Extado (Exceção + Estado)*. No dia 25 de Junho de 2019 o Supremo Tribunal Federal teve uma chance de amenizar a catástrofe promovida pelo *lavajatismo*, porém:

“Luiz Inácio Lula da Silva seguirá preso. Foi o que decidiu a maioria da Segunda Turma do **Supremo Tribunal Federal(STF)**, que rejeitou uma proposta do ministro Gilmar Mendes de colocar o ex-presidente em liberdade até que se votasse a acusação de suspeição contra o ex-juiz da Lava

²⁹ AUDI, Amanda. DEMORI, Leandro. GREENWALD, Glenn. MARTINS, Rafael Moro. **Parte 6 – Sérgio Moro, enquanto julgava Lula, sugeriu à Lava Jato emitir uma nota oficial contra a defesa. Eles acataram e pautaram a imprensa.** Disponível em: < <https://theintercept.com/2019/06/14/sergio-moro-enquanto-julgava-lula-sugeriu-a-lava-jato-emitir-uma-nota-oficial-contra-a-defesa-eles-acataram-e-pautaram-a-imprensa/> >. Acesso em 01 de JUL. de 2019.

Jato Sérgio Moro. A avaliação do mérito do pedido de *habeas corpus* de Lula que cita Moro foi adiada, mas não há nova data. Lula está preso há mais de 400 dias, condenado por corrupção no âmbito da Operação Lava Jato. O voto decisivo contra Lula foi de Celso de Mello, fechando o placar em 3 x 2 contra o petista na proposta de Mendes. Antes, os ministros também haviam rejeitado, por 4 x 1, um outro pedido de *habeas corpus* de Lula, relativo à uma decisão de Felix Fischer, do STJ, questionada por sua defesa. Os resultados encerram dois dias de tensão e idas e vindas a respeito do caso de Lula no Supremo. Foi a primeira vez que os cinco ministros que formam a Segunda Turma (Carmen Lúcia, Celso de Mello, Edson Fachin, Gilmar Mendes e Ricardo Lewandowski) analisaram os pedidos de liberdade de Lula em meio à crise provocada pela publicação, pelo *The Intercept Brasil*, de mensagens trocadas entre o Moro e os acusadores do petista. A equipe legal do ex-presidente havia pedido que os diálogos fossem incluídos para reforçar seus argumentos de que Moro havia sido parcial e que, por isso, seu julgamento deveria ser anulado”.³⁰

Não bastasse tudo o que se disse anteriormente a Folha de São Paulo³¹ divulgou matéria jornalística no dia 30 de Junho de 2019 fruto de uma parceria com o The Intercept Brasil. Nesta reportagem a Folha de São Paulo apresenta como os arquivos demonstram a maneira como

³⁰EL PAÍS. **Segunda turma do STF rejeita pedidos para soltar Lula**. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/06/25/politica/1561486216_484958.html>. Acesso em: 01 de JUL 2019.

³¹FOLHA DE SÃO PAULO. **Lava Jato desconfiou de empreiteiro pivô da prisão de Lula, indicam mensagens. Ex-presidente da OAS que incriminou líder petista no caso do triplex foi tratado com descrédito ao negociar delação premiada**. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/06/lava-jato-desconfiou-de-empreiteiro-pivo-da-prisao-de-lula-indicam-mensagens.shtml>>. Acesso em: 01 de JUL. de 2019.

foi produzida e não encontrada a prova testemunhal de Leo Pinheiro para condenar Lula. Dessa forma, é necessário refazer a cronologia para se entender a forma espúria com a qual se forjou “provas” para condenar Luiz Inácio Lula da Silva:

“O caso de Leo Pinheiro, empreiteiro da OAS, é um dos mais emblemáticos na perseguição a Lula na Lava Jato. O empresário foi preso, solto, preso de novo, teve a pena aumentada de 16 para incríveis 26 anos até que mudou sua versão, citou o nome de Lula (sem nunca declarar que deu apartamento nenhum) e teve sua pena curiosamente reduzida para três anos e meio, em regime semi-aberto. Reportagem publicada na Folha de S.Paulo desde domingo (30) mostra que as seguidas mudanças de versão de Leo Pinheiro foram tratadas com descrédito pelos próprios procuradores que faziam parte do grupo da Lava Jato. Ainda assim, os procuradores procuravam encaixar a delação de Leo Pinheiro ao que queriam ouvir. Em abril de 2017, há mais de dois anos, a defesa de Lula já denunciava as manobras, que ficam cada vez mais explícitas. Naquele momento, Leo Pinheiro acabava de incluir Lula em sua delação. Depois disso, sua pena foi reduzida em mais de duas décadas, e ele ficou com 3 anos e meio, já no semiaberto”.³²

Dessa forma, a contrarrevolução preventiva imposta pela burguesia brasileira é uma realidade presente na história do Brasil. A democracia por si só é um sonho daqueles que quando acordados veem a dura realidade da opressão constante. Quantos “Lulas” estão presos sem sentença, ou mesmo antes do trânsito em julgado? Quantos “Lulas” são vítimas de arranjos entre acusação e julgador?

³²INSTITUTO LULA. **Em 2017, Lula já denunciava pressão para incluir seu nome em delação.** Disponível em: <<https://www.institutolula.org/em-2017-lula-ja-denunciava-pressao-para-incluir-seu-nome-em-delacao>>. Acesso em: 01 de JUL. de 2019.

Quantos “Lulas” são torturados e mortos todos os dias neste país? São perguntas necessárias para uma reflexão e conclusão de que o Brasil é um *Extado*.

4. O *lavajatismo* da burguesia brasileira à luz do pensamento de Maquiavel

A discussão travada anteriormente foi importante para estabelecer nortes para que se possa confrontá-los com o pensamento Maquiaveliano (com profundidade política) e não no sentido maquiavélico (pejorativo, rasteiro, tacanho). Portanto, agora a proposta é analisar como a burguesia brasileira possui uma postura que se aproxima da violência desmedida e por vezes desnecessária, ou seja, é necessário que exista uma superação dessa forma de atuação burguesa no Brasil, pois a necessário aprender com Nicolau Maquiavel sobre as razões de Estado.

O uso contínuo e sem critério da violência com que a burguesia brasileira sempre atuou, chamada de *contrarrevolução preventiva* e que depois se tornaria *contrarrevolução prolongada*, é exemplo real de estado de exceção (*Extado* = *Exceção* + *Estado*). E isso pode representar uma utilização completamente errada do pensamento de Nicolau Maquiavel.

“Poderia alguém duvidar do fato de que Agástocles e outros, após infinitas traições e crueldades, pudessem viver por muito tempo, seguros na pátria, defendendo-se dos inimigos externos e seus concidadãos, não conspirando contra ele. Com isso, muitos outros não puderam, mediante crueldade, manter o poder, nem em tempos de paz, nem nos duvidosos tempos de guerra. Creio que isto provém das crueldades mal usadas ou bem usadas. Chamam-se bem usadas (se do mal é lícito falar bem) as crueldades que se

fazem de uma só vez pela necessidade de prover a própria segurança, e depois são colocadas de lado, mas se convertem em mais vantagens para os súditos. Mal usadas, as crueldades que, embora, a princípio, sejam poucas, não se extinguem, mas crescem com o tempo. Os que observam o primeiro modo, podem, com Deus e com os homens, ter a seu dispor, qualquer remédio, como sucedeu a Agástocles; aos outros é impossível manter-se. Donde se conclui que, ao conquistar um estado, precisa o conquistador ter, em mente, todo o mal que tiver de executar, fazendo-o todo de uma só vez, para não ter de repeti-lo todos os dias e poder, assim, inovando, infundir confiança aos homens e conquistá-los com vantagens dadas. Quem proceder de outro modo por timidez, ou por maus conselhos, precisa ter sempre a faca nas mãos e jamais poderá confiar em seus súditos, e estes, por sua vez, não poderão fiar-se nele, por causa das suas recentes e continuadas ofensas. Porque as ofensas devem ser feitas de uma só vez, para que absorvendo-se menos, ofendam menos; os benefícios, entretanto, devem ser feitos pouco a pouco, de tal modo que melhor sejam absorvidos”.³³

O Brasil não se enquadra propriamente no conceito de “principado novo”, ou seja, não existe a necessidade natural de que o príncipe utilize-se de crueldade/mal para com os súditos dispondo de suas armas e injúrias para justificar ou consolidar a conquista³⁴. Neste sentido o *lavajatismo*, por exemplo, sempre utilizou da crueldade de modo fracionado e por isso permanente, constante, descumprindo a máxima maquiaveliana de usar o mal “apenas se necessário”.

³³MACHIAVELLI, Niccolò, 1469-1527. **O príncipe: com notas de Napoleão Bonaparte / Maquiavel**; tradução de J. Cretella Jr. e Agnes Cretella. 3 ed. rev. da tradução – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003. p. 66/67.

³⁴MACHIAVELLI, 2003.

A postura da burguesia que atua por meio da *contrarrevolução preventiva e prolongada* em nada tem a ver com a necessidade apontada por Maquiavel de que os males quando percebidos no início são fáceis de serem evitados ou combatidos. Nada tem a ver porque a burguesia como classe social atuando em processo lógico deveria procurar a revolução e não evitá-la, ou seja, ao perceber a possibilidade de um levante revolucionário deveria facilitar-lhe o fluxo e não impedi-lo.

Evitar a revolução é um erro semelhante ao de evitar a guerra, conforme explicou o autor “que não se deve jamais permitir um mal para evitar uma guerra, pois não se pode evita-la, apenas adia-la para a própria desvantagem³⁵”. A burguesia que até hoje evitou a não deve evitar a revolução como fez até hoje, pois isso pode ser arriscando na medida em que nem ela poderá ter controle desse processo eternamente.

A forma com que a burguesia brasileira se posiciona socialmente é muito descolada do que Nicolau Maquiavel idealizou como questão de Estado, ou seja, nossa burguesia em momento algum da história agiu pautada nas questões de Estado, pelo contrário se fundou na pequena política fundada na violência constante e desmedida para atender aos interesses mais mesquinhos.

Dessa maneira a burguesia nacional não seguiu as lições de um príncipe exitoso “apesar de ocupar o papel desse príncipe no Brasil”, ou seja, ela teve poder de decisão para ir além do que foi, mas não o fez. É provável que em nossa história nunca tenhamos tido um Príncipe (aquele que detém o poder de comando) capaz atuar em benefício do Estado, ou seja, movido por questões de Estado.

Ademais, também nunca tivemos de fato uma República no Brasil, pois ainda hoje o que se vê é uma elite

³⁵MACHIAVELLI, 2003, p. 34.

aristocrata que nunca contribuiu para o desenvolvimento do capitalismo e consequentemente do Estado, é uma *elite amiga do rei* na acepção exata do termo, pois com seu temor de perder os benefícios que esta amizade lhe rende travou o processo histórico brasileiro com sua contrarrevolução preventiva e prolongada, que aqui chamamos de *Extado*. Logo, o que se vê no Brasil é a violência clara e constante promovida por uma burguesia que não compreende os ensinamentos de Maquiavel, mormente, porque não abandona as causas da violência em prol das causas de Estado.³⁶

Por isso é que a burguesia deve superar sua forma de analisar e aplicar os ensinamentos de Maquiavel nas relações sociais de poder nas quais esteja presente, pois caso não se supere essa forma de atuação pautada na violência não se desenvolverão historicamente a burguesia, Estado, e consequentemente a própria operária.

Não se poderia deixar de analisar que a burguesia brasileira não sabe utilizar-se da crueldade de modo eficiente, pois tal classe utiliza-se do mal contra a classe trabalhadora e principalmente contra seus “*Ramiro de Orco*” demonstrando com isso que os episódios de descarte público e político são uma constante em seu modo histórico de proceder. Para explicar melhor cite-se:

“Episódio de Ramiro de Orco. Como este fato é digno de nota e de ser imitado por todos, não quero deixá-lo em branco. Assim que o Duque tomou a Romanha, e vendo-a comandada por chefes inoperantes, que mais tinham espoliado do que dirigido seus súditos, dando apenas pretextos para desunião, e não união, pois aquela província era cheia de latrocínios, brigas e de todo o tipo de violência, o Duque julgou necessário torná-la pacífica e obediente ao braço real e dar-lhe bom governo, colocando no poder

³⁶ *Ibidem*.

Ramiro de Orco, homem cruel e cheio de audácia, ao qual conferiu pleníssimos poderes. Em pouco tempo, este a tornou pacífica e unida, com enorme reputação. Logo depois, viu o Duque que não era necessária tão excessiva autoridade, porque temia que lhe despertasse ódios, e constituiu um juízo civil, no meio da província, com excelente presidente, onde cada cidade tinha seu advogado. E porque sabia que os rigores passados lhe haviam atraído ódio, para extingui-lo do espírito daqueles povos e conquista-los completamente, desejou mostrar que, se fora cometida alguma crueldade, não provinha dele, mas da acerba natureza do ministro. E aproveitou a ocasião, em Cesena, numa manhã, cortando-o em duas partes na praça, com um pedaço de madeira e uma faca ensanguentada, num canto. A ferocidade do espetáculo fez com que o povo ficasse, ao mesmo tempo, satisfeito e estupidificado”.³⁷

Dessa maneira, *Ramiro de Orco* é o encarregado da realização de uma tarefa de interesse do príncipe, no nosso caso da burguesia. Tarefa que após executada abre a possibilidade para que a burguesia de desfaça de modo cruel desse instrumento utilizado e com isso ponha fim ao mal e passe a despertar simpatia dos súditos, pois estes foram libertados pelo príncipe. Isso seria uma ótima utilização do mal dentro da perspectiva maquiaveliana. Pontue-se ainda que os “Ramiros de Orco” não são escolhidos para depois serem fabricados como seres cruéis, pelo contrário, eles já são cruéis, todos eles, e justamente por isso são escolhidos. Somente indivíduos cruéis serão adequados ao papel de *Ramiro de Orco*.

Na compreensão e atuação da burguesia brasileira, tipicamente maquiavélica no sentido mais pejorativo do termo, seus “Ramiros de Orco” são destruídos publicamente e ao invés de isso iniciar um processo de fim

³⁷ MACHIAVELLI, 2003. p. 54/55.

das crueldades pelo contrário as amplia. A burguesia brasileira é maquiavélica e podemos encontrar em nossa história exemplos de destruição de alguns “Ramiro de Orco” que foram utilizados pela burguesia:

Eduardo Cosentino da Cunhaseu desfecho foi exemplo concreto de que fora usado como *Ramiro de Orco*, afinal como presidente da Câmara de Deputados foi responsável por admitir o pedido de impeachment de Dilma Vana Roussef abrindo caminho para o golpe de estado de 2016. Foi preso pela operação Lava Jato e entrou para a penumbra da história como aquele que por questões pessoais, pois o Partido dos Trabalhadores havia se negado a lhe dar blindagem na Câmara, articulou um golpe de estado. Depois do golpe de 2016 o Brasil caiu num abismo cujo fim ainda não vimos.

Michel Miguel Elias Temer Lula, como vice-presidente de Dilma Vana Roussef articulou, afiançou, para que a presidente sofresse um golpe de estado em 2016, articulou ainda a destruição dos direitos trabalhistas. Foi gravado em duas ocasiões, primeiro por seu ministro da cultura e depois por um empresário e em nenhuma das conversas apareceu defendendo princípios republicanos. Terminou vítima da onda do *lavajatismo* na qual surfou, responde a ações judiciais chegando a ser preso e depois libertado.

Sérgio Fernando Moro usado e destruído foi vítima de sua ânsia por poder. Sua execração começou no mês de Junho de 2019 quando o The Intercept Brasil iniciou publicação das reportagens que mostram um lado ardiloso, perverso, maquiavélico, em suas ações na operação lava jato. Sua figura de herói do combate a corrupção literalmente desmoronou, sem trocadilho, e o ex-juiz tem sofrido duros golpes pela forma maquiaveliana com que o The Intercept Brasil assumiu e tem controlado *a mesa, as cadeiras, o tabuleiro, e as peças do xadrez*.

5. Conclusão

Na obra o *Príncipe* Nicolau Maquiavel usa um exemplo para demonstrar o tempo adequado para a tomada de decisão e consequente ação pelo governante. Segundo o autor quando as sedições são percebidas no início podem ser mais facilmente resolvidas, porém quando os males crescem e se desenvolvem serão mais complexos os seus processos de enfrentamento.

O *lavajatismo* é um mal que não percebemos no início e por isso é complexo enfrenta-lo. Porém, é importante pontuar que o *lavajatismo* é uma espécie do gênero *Extado* e sendo assim se não conseguimos perceber o surgimento do *lavajatismo* de início imagine a percepção do próprio *Extado* que é anterior àquele.

Quando a Lava Jato vazava informações, dados, áudios, de pessoas investigadas utilizava o mal de forma completamente inadequada dentro da concepção maquiaveliana, pois fracionava o mal, fomentando o dito popular do “chutar cachorro morto”. Ocorre, que a crueldade quando empregada de modo incorreto faz germinar a vingança. E veja: No dia 02 de julho de 2019 Sérgio Fernando Moro mostrou estar literalmente desmoronado durante a interpelação dos Deputados Federais na Câmara.

Ao contrário da Lava Jato que fracionou o mal, pois promoveu ações fundadas em distorções, o The Intercept Brasil tem feito a receita exatamente dentro da lógica do poder pensada por Nicolau Maquiavel, ou seja, está fracionando o bem, pois seu trabalho se funda na verossimilhança e levar a verdade ao conhecimento do povo é fazer o bem. O direito nada mais é do que forma, justamente por isso não pode dar margem ao pensamento de que os fins justificam os meios, pois isto seria o abandono do direito. Agrava-se ainda mais a análise se

pensarmos que quando um governo abandona o direito/forma ele também acena ao povo com a possibilidade de ruptura, que na ótica maquiaveliana entendemos como possibilidade de vingança. Logo, quando o mal/crueldade é utilizado em doses desproporcionais e não resulta na eliminação do subjugado fatalmente poderá produzir vingança.

O modo como a burguesia brasileira funda-se na contrarrevolução permanente e sempre desprezando as questões de Estado, que podemos chamar de grande política, em prol da crueldade desmedida retira um dos maiores senão, o maior, anseio da população que é a paz. O povo não perdoa quem lhe tira a paz. Dessa maneira, esses são erros primários cometidos pela burguesia brasileira devido a sua incapacidade de compreensão e aplicação do pensamento maquiaveliano e por isso conduziu o Brasil em sua história para o uma estrutura que aqui chamamos de *Extado* contra o povo. Dessa forma, é provável que tenhamos ainda muitos “Ramiros de Orco” e muitos “Lulas” até que no Brasil ascenda ao poder um *Príncipe*, este por sua vez, será forjado em um processo de vingança do povo (revolução) contra todas as crueldades as quais foi submetido desde 22 de abril de 1500.

A liberdade de Luiz Inácio Lula da Silva é um imperativo de justiça. Porém, que não se caia na tentadora ilusão de que sua liberdade irá colocar fim ao *Extado* brasileiro, pois, conforme a indução proposta no presente trabalho, Luiz Inácio Lula da Silva transcendeu o indivíduo biológico, ele é a história viva e por isso não existe paradigma melhor para a análise do Estado de Exceção. O *Extado* somente terá um fim quando todos os “Lulas” forem justicados.

Desse modo analisando a ideia do *Extado* dentro da compreensão maquiaveliana ressaltamos que não fomos capazes de perceber o surgimento do mal (*Extado*) em seu início, pelo contrário, demonstrou-se no texto que

percebemos o *Extado* após seu crescimento e desenvolvimento e por isso é tão complexo seu enfrentamento. Complexo mas não impossível, pois é justamente o uso desmedido da crueldade que levará o *Extado* a sua queda.

Referências.

AUDI, Amanda. DEMORI, Leandro. GREENWALD, Glenn. MARTINS, Rafael Moro. **Parte 6 – Sérgio Moro, enquanto julgava Lula, sugeriu à Lava Jato emitir uma nota oficial contra a defesa. Eles acataram e pautaram a imprensa.** Disponível em: < <https://theintercept.com/2019/06/14/sergio-moro-enquanto-julgava-lula-sugeriu-a-lava-jato-emitir-uma-nota-oficial-contr-a-defesa-eles-acataram-e-pautaram-a-imprensa/> >. Acesso em 01 de JUL. de 2019.

DEMORI, Leandro. GREENWALD, Glenn. MARTINS, Rafael Moro. **Parte 3, Exclusivo: Deltan Dallagnol duvidada das provas contra Lula e de propina da Petrobras horas antes da denúncia do tríplex.** Disponível em: <<https://theintercept.com/2019/06/09/dallagnol-duvidas-triplex-lula-telegram-petrobras/>>. Acesso em: 30 de JUN. de 2019.

EL PAÍS. Segunda turma do STF rejeita pedidos para soltar Lula. **Disponível em:** <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/06/25/politica/1561486216_484958.html>. **Acesso em:** 01 de JUL. 2019.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil; ensaio de interpretação sociológica.** 3 ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

FLAESCHEN, Hara. REIS, Vilma. **Sem provas PF encerra inquérito que levou Reitor Cancellier ao suicídio.** Disponível em: <<https://www.abrasco.org.br/site/outras-noticias/sem-provas-pf-encerra-inquerito-que-levou-reitor-cancellier-ao-suicidio/37766/#>> Acesso em 28 de Jun. de 2019, s/p.

FOLHA DE SÃO PAULO. Lava Jato desconfiou de empreiteiro pivô da prisão de Lula, indicam mensagens. Ex-presidente da OAS que incriminou líder petista no caso do tríplex foi tratado com descrédito ao negociar delação premiada. **Disponível em:** <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/06/lava-jato-desconfiou-de-empreiteiro-pivo-da-prisao-de-lula-indicam-mensagens.shtml>>. **Acesso em:** 01 de JUL. de 2019.

_____. Série de reportagens da Folha explora mensagens obtidas por site The Intercept Brasil. Ao examinar material, reportagem não detectou indício de que ele possa ter sido adulterado. **Disponível em:** <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/06/serie-de-reportagens-da-folha-explora-mensagens-obtidas-por-site-the-intercept-brasil.shtml>>. **Acesso em:** 01 de JUL. de 2019.

GREENWALD, Glenn. MARTINS, Rafael Moro, SANTI, Alexandre de. **Parte 4 – Exclusivo: Chats privados revelam colaboração proibida de Sérgio Moro com Deltan Dallagnol na Lava Jato.** **Disponível em:** <<https://theintercept.com/2019/06/09/chat-moro-deltan-telegram-lava-jato/>>. **Acesso em:** 30 de JUN. de 2019.

G1 AM. Polícia Civil cria comissão para apurar massacre com 55 mortos em presídios de Manaus. **Disponível em:** <<https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2019/06/07/policia-civil-cria-comissao-para-apurar-massacre-com-55-mortos-em-presidios-de-manaus.ghtml>>. **Acesso em** 30 de JUN. 2019.

INSTITUTO LULA. Em 2017, Lula já denunciava pressão para incluir seu nome em delação. **Disponível em:** <<https://www.institutolula.org/em-2017-lula-ja-denunciava-pressao-para-incluir-seu-nome-em-delacao>>. **Acesso em:** 01 de JUL. de 2019.

_____. **Biografia.** **Disponível em:** <<https://www.institutolula.org/biografia>> **Acesso em** 27 de JUN. de 2019. s/p.

IPEA. **Atlas da violência 2019**. Organizadores: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. 2019. p. 49/51.

JORNAL GGN. Procurador confirma autenticidade de mensagens sobre Moro divulgadas pelo Intercept. Disponível em: <<https://jornalgggn.com.br/justica/procurador-confirma-autenticidade-de-mensagens-sobre-moro-divulgadas-pelo-intercept/>>. Acesso em: 01 de JUL. de 2019.

MACHIAVELLI, Niccolò, 1469-1527. **O príncipe: com notas de Napoleão Bonaparte / Maquiavel**; tradução de J. Cretella Jr. e Agnes Cretella. 3 ed. rev. da tradução – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003.

NAÇÕES UNIDAS. **Relatório do Banco Mundial afirma que Brasil praticamente conseguiu erradicar a extrema pobreza**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/relatorio-banco-mundial-afirma-que-brasil-conseguiu-praticamente-erradicar-extrema-pobreza/>> Acesso em 27 de JUN. de 2019, s/p.

NOTÍCIAS STF, Supremo Tribunal Federal. **STF admite execução da pena após condenação em segunda instância**. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=326754>>. Acesso em 28 de Jun. 2019.

_____. Supremo Tribunal Federal. **STF nega habeas corpus preventivo ao ex-presidente Lula**. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=374437>>. Acesso em 28 de Jun. 2019.

OLIVEIRA, Mariana. **Desembargador do TRF-4 manda soltar Lula ainda neste domingo (8/7)**. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2018-jul-08/desembargador-trf-manda-soltar-lula-neste-87>> Acesso em 30 de JUN. de 2019.

_____. **Decisão de Moro contra liminar de soltura de Lula foi proferida durante suas férias.** Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2018-jul-08/decisao-moro-soltura-lula-foi-proferida-durante-ferias>>. Acesso em 30 de JUN. de 2019.

OLIVEIRA, Regiane. **Afinal, é possível testar a veracidade das mensagens divulgadas pelo ‘The Intercept’?** Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/07/13/politica/1563047507_551141.html>. Acesso em: 26 de JUL. de 2019.

REDAÇÃO RBA. **Defesa de Lula entrega ao TRF4 penhora que comprova que tríplex é da OAS.** Disponível em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2018/01/defesa-de-lula-entrega-penhora-do-triplex-da-oas-ao-trf4/>>. Acesso em 30 de JUN. de 2019.

10. O PENSAMENTO DE MAQUIAVEL NO MANUAL DIDÁTICO SOCIOLOGIA HOJE, PNLD 2015, 2016 e 2017

Rafael Nunes Rosa¹
Jémerson Quirino de Almeida²

1. Introdução

Nicolau Maquiavel nasceu no ano 1469 em Florença e morreu em 1527. Autor de obras como: *Discurso sobre a primeira década de Tito Lívio*, *O Príncipe*, *História de Florença*, entre outras. Sua produção faz parte do que reconhecemos como pensamento clássico³, pois, superou o crivo do tempo e, depois de mais de meio milênio, suas ideias ainda são ressonantes. É importante estudar Maquiavel, uma vez que seu pensamento continua contemporâneo, ferramenta eficaz para analisar as estruturas políticas que ordenam o cotidiano. Nesse sentido, este texto tem como objeto de análise o texto escolar *sociologia hoje*, disponibilizado pelo PNLD para o triênio 2015, 2016 e 2017, o objetivo da

¹ Graduado em História pela Universidade Estácio de Sá. Mestrando em Educação no Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (PGEDU). E-mail: rafa.pba@hotmail.com

² Graduado em História (Unijales/2009) e Pedagogia (Unijales/2018), especialista em História (Unijales/2010), especialização em Formação Docente em Educação a Distância (Unijales/início em 2019). Mestre em Educação (UEMS/2013). Doutorado em Educação (UFMS/início em 2016). Bolsista CAPES desde 2017. Trabalha como professor na Unijales e no Colégio Ferreira Prado (Poliedro), em Jales-SP. E-mail: jemersonalmeida@yahoo.com.br

³ O clássico não se confunde com o tradicional e também não se opõe, necessariamente, ao moderno e muito menos ao atual. O clássico é aquilo que se firmou como fundamental, como essencial (SAVIANI, 2003, p. 13).

discussão é perceber como o maquiavelismo foi apresentado no livro de Sociologia do ensino médio. Para maior subsídio ao estudo, lançamos mão da obra *O Príncipe* de Maquiavel, que se tornou leitura clássica no arcabouço teórico da área de Ciência Política.

Geralmente, quando se pronuncia o nome de Maquiavel é quase automático as pessoas relacionarem-no ao termo “Maquiavélico”. A palavra *maquiavélico*, derivada do nome do autor florentino, se tornou um adjetivo utilizado de maneira pejorativa, não em vão, percebe-se que Maquiavel não foi muito querido pela Igreja Católica que era a instituição mais poderosa da Europa no século XVI. A Igreja proibiu seus membros de lerem os escritos de Maquiavel, com a justificativa de que os escritos do autor incitariam as pessoas a viverem pelos desejos, conspirando umas contra as outras no sentido de obterem vantagens. Esse tipo de leitura da obra de Nicolau Maquiavel fez surgir uma frase que supostamente sintetizaria o pensamento do autor: “os fins justificam os meios”, em outras palavras, valeria tudo para chegar onde se objetiva. Todavia, acreditamos que esta interpretação não é fiel ao pensamento do autor, menos ainda pode ser creditada a ele. O fato é que Maquiavel elaborou tratados sobre a realidade concreta em que vivia, e ao desvendar a natureza das relações políticas de seu tempo, deixou claro que a sua natureza do pensamento político é a busca pela dominação de uns sobre os outros.

Quando alguém monta uma estratégia, e realiza passo a passo seu plano, resultando em alguma ação que a sociedade desaprova eticamente, esse sujeito será taxado como “maquiavélico”. Nessa direção, sintetiza Júlio Pompeu (2011, p. 64): “o bom desejo é apenas desejo, o mau desejo é ambição. Aos desejantes do mau desejo, chamamos, negativamente, de maquiavélicos”. Sendo assim, a rigor segundo o pensamento de Maquiavel, todos

na sociedade contemporânea poderiam ser chamados de maquiavélicos, ora compete-se acirradamente no mercado de trabalho, disputam-se os cargos mais elevados dentro de uma empresa, por vezes dispõe-se a vender produtos com preços superfaturados com o objetivo de obter o maior lucro possível, omitem-se informações, etc. Contudo, mais justo seria dizer que nenhum pensamento é bom ou ruim sem considerarmos o tempo histórico, eis o que de fato julgará as ações dos homens.

Nesse sentido, nosso estudo busca compreender a forma como o pensamento de Maquiavel é apresentado aos alunos secundaristas, por meio do estudo do manual didático⁴ disponibilizado pelo PNLD, representado pelo livro *Sociologia Hoje*, livro destinado aos discentes e docentes.

A pesquisa se pautará em bibliografias referentes à temática do maquiavelismo, subsidiando a compreensão da forma como foi abordado o pensamento de Maquiavel no manual didático. Entendemos o manual didático como elemento central no trabalho do professor, este instrumento do trabalho didático determina a forma, e o que ensinar aos alunos. Nesse sentido, empregamos a categoria enxergada por Gilberto Luiz Alves a *Organização do Trabalho Didático*⁵, como o principal referencial teórico metodológico para a análise.

⁴ Trata-se do instrumento conhecido como livro didático, adotado em escolas de todo o território brasileiro, sob os auspícios do Ministério da Educação (MEC). Esse instrumento é marcado pela decadência, manifesta na metodologia que fragmenta o texto e interpreta o fragmento desconsiderando a totalidade da obra, quando não resume ou suprime totalmente o texto clássico. Nesse sentido, nem todo livro de natureza didática deve ser combatido (BRITO, 2010, p. 125).

⁵ Categoria analítica enxergada por Gilberto Luiz Alves, seguindo as seguintes características: a) ela é, sempre, uma *relação educativa* que coloca, frente a frente, uma *forma histórica de educar*, de um lado, e uma *forma histórica de educando(s)*, de outro; b) realiza-se com a

Destarte, num primeiro momento, apresentamos teoricamente os autores que desenvolveram pesquisas e utilizaram como categoria analítica a *Organização do Trabalho Didático*. Depois, nos detemos ao pensamento de Maquiavel na obra *O Príncipe* para compreender os principais elementos que sustentam a teoria política desenvolvida pelo autor e, por fim abordamos o maquiavelismo no manual didático de sociologia, referente ao PNLD triênio 2015, 2016 e 2017.

2. A organização do trabalho didático

Atualmente nas escolas espalhadas pelo Brasil, é comum na lida diária em salas de aulas, os professores utilizarem um instrumento conhecido como “livro didático”. Este instrumento, foi proposto como uma das muitas ferramentas para auxiliar os discentes e os docentes na construção de conhecimento, assim, se propõe a de facilitar o processo de ensino e a aprendizagem. No entanto, consideramos o termo “livro didático” uma formulação genérica e sem rigor teórico capaz de caracterizar a este instrumento do trabalho didático, assim como, inviabiliza compreender sua real função na relação educativa. Desta maneira, consideramos pertinente a denominação *manual didático*, mais ampla e conceitualmente capaz de caracterizar os principais elementos que configuram o este tipo de texto escolar, além de expor sua finalidade na escola moderna.

mediação de recursos didáticos, envolvendo os procedimentos técnico-pedagógicos do educador, as tecnologias educacionais pertinentes e os conteúdos programados para servir ao processo de transmissão do conhecimento, c) e implica um espaço físico com características peculiares, onde ocorre” (ALVES, 2005, p. 10-11).

O manual didático não se configura apenas como um suporte didático para o professor e os alunos, dita o conteúdo a ser ensinado, aponta como ensinar os conhecimentos produzidos historicamente, interfere diretamente no trabalho do educador. Aponta ao docente qual o caminho a seguir em sala, fazendo do professor mero executor do manual escolar.

A ideia de que o professor poderia ser apenas um mero executor do manual didático, remonta ao século XVII. De acordo com Carla Villamaina Centeno (2008) no texto: *O manual Didático Projeto: Araribá História no Município de Campo Grande, MS (2008)*, nesse período Comenius toma como objetivo construir um sistema de ensino mais barato, com a finalidade de ensinar o maior número de pessoas possível no menor tempo; para esse feito o ensino deveria ser diferente promovido pelos mestres da Idade Média, que detinham o controle do processo educativo.

Segundo Alves (2009), Comenius foi o grande mentor da escola moderna. Pensou a escola moderna de maneira institucional, as “novidades, associadas à materialidade física da instituição social que concebeu, produziram um profissional original, distinto do preceptor: *com o bispo morávio nasceu o professor*” (ALVES, 2009, p. 68). Desta perspectiva, o professor ou mesmo um aluno mais adiantado teria a incumbência de seguir as determinações presentes nos chamados livros *pan-metódicos*, neles estariam reunidos os conhecimentos dos maiores eruditos da época, o que viabilizaria “ensinar tudo a todos”. Assim, em síntese, os esforços em baratear o ensino, atrelados a ideia de condensar os conteúdos e reuni-los em livros, juntamente a institucionalização da prática de ensino, tinham como intuito de possibilitar aos alunos aprenderem conhecimentos que seriam úteis para a vida no sentido prático. Essas premissas deram o tom para o surgimento da escola moderna a partir do século XVII.

Esse modelo de escola moderna, no Brasil, teve um desenvolvimento diferente e tardio em relação à Europa. Na obra organizada por Gilberto Luiz Alves (2015): *Textos Escolares no Brasil: clássicos, compêndios e manuais didáticos*, no primeiro capítulo, *Textos escolares do ensino secundário no Brasil: da época jesuítica aos nossos dias*, Alves indica o fato de que mesmo a escola moderna no Brasil tenha nos jesuítas seu germe, os inicianos realizavam uma educação pautada em fragmentos de textos clássicos, e nesse sentido, a prática docente preconizada pela Companhia de Jesus, regimentada pelo *Ratio Studiorum*, estava distante do ideal comeniano.

A formação da escola moderna no Brasil se desenvolveu de acordo com o crescimento das relações capitalistas no país, e assim, a necessidade em escolarizar a população para o mercado de trabalho. Essa escola iniciada no período colonial se constituiu no primeiro quartel do século XX, e teve como elemento central na organização do trabalho didático do professor, o manual didático, com textos curtos, fragmentados e conteúdos simplificados (CENTENO, 2010, p. 34).

Com o passar dos anos, entre as décadas de 1930 e 1980 os manuais didáticos ficam cada vez mais acessíveis, se tornam políticas públicas educacionais e passam a ser distribuídos pelo Estado. Atualmente, o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), é responsável pela seleção, compra desse material e sua distribuição às escolas.

Como qualquer outra mercadoria no sistema capitalista, ao analisar o “livro didático” não se pode perder de vista que ele é uma mercadoria. Nesse sentido, segundo Sílvia Helena Andrade de Brito (2010):

“A preocupação do mercado livreiro não é transmitir conhecimento, mas tornar sua mercadoria palatável a consumidores que julga menos exigentes. Dada, portanto,

sua natureza mercadológica, o manual didático pensado por Comenius vai tomando novas formas, ao longo da modernidade, cada vez mais consoantes com as exigências do mercado e, por isso mesmo, necessariamente, vai expressando a feição da sociedade que o gerou. (BRITO, 2010, p. 129)”.

Nessa direção, pensar livros escolares densos, que atendam as necessidades do educando, que possibilite maior apreensão dos conteúdos historicamente acumulados, caminha na contramão da produção do manual didático. Aliás, a transformação do ser social, demanda uma mudança na organização do trabalho didático e, por conseguinte na estrutura da sociedade contemporânea. Em analogia ao corpo humano, podemos imaginar que no sistema capitalista, o “consumo” seria o “sangue”, bombeado pelo trabalho assalariado leva os recursos vitais ao “coração do organismo”, mostra na atual conjuntura econômica, política e social, as faces da perversa relação de produção para fins de valor de troca. Mudar as relações educativas passa necessariamente pelo abandono do instrumento central que estrutura a educação manufatureira pautada em manuais didáticos. Não se trata de superar em qualidade o conteúdo dos “livros didáticos”, mas sim, e antes de tudo, romper com a função alienante e excludente assumida pelo manual didático na escola moderna.

3. O Pensamento de Maquiavel

Maquiavel Nasceu em Florença, no século XV, foi um homem da renascença, pensador da modernidade, pragmático e observador da realidade, sua teoria política está fundamentada na realidade concreta. Viveu numa Península Itálica dividida, sonhava que algum príncipe

virtuoso surgisse para unificar esses reinos, transformando-os em um único Estado-Nação, e livraria o povo italiano da opressão de outros países como a Espanha e a França. Presenciou duas invasões à sua pátria (1494; 1527). Talvez por conta disso, Nicolau Maquiavel desejasse o surgimento de um governante forte e independente.

A leitura da sua mais conhecida obra: *O Príncipe* permite fazer uma viagem pela história dos principados, especialmente os europeus, o autor explica inúmeros exemplos de governantes que tiveram ações dignas de serem lembrados, e outras catastróficas, indicando o caminho a não trilhar. Para Maquiavel: “os homens percorrem quase sempre estradas já andadas” (MAQUIAVEL, 1977, p. 32), e justamente nesse “quase sempre” que o autor demonstra que não existe regra infalível para se chegar, ou, se manter no poder. Desta maneira, por meio de estratégia quem pode se arriscar terá sempre grandes possibilidades de alcançar o desejado, neste caso específico: o poder.

No livro mais famoso de Maquiavel, escreve orientações e conselhos ao príncipe, para que o governante pudesse exercer o poder com eficiência. No decorrer dos capítulos, o autor acaba por descrever um tipo de natureza humana. Júlio Pompeu (2011) em sua obra “Somos Maquiavélicos”, busca retratar o pensamento de Maquiavel. No capítulo três, Pompeu se debruça sobre os desejos. Segundo o autor, para Maquiavel todos somos seres desejantes, e como tal, elaboramos estratégias para alcançarmos nossos desejos. Nessa perspectiva, a humanidade estaria fadada a uma eterna frustração, no tocante, que toda vez que um desejo se realiza, outro é rapidamente formulado. O ser humano ama o que ele ainda não possui, pois quando possuir, o desejo acabará. Maquiavel não acredita que ser desejante seja algo ruim,

contando que saiba agir com cautela e nas adversidades, tome decisões que sejam efetivas.

Entre as orientações que Maquiavel escreve para o príncipe, pode-se perceber a preocupação que o autor tem com o governante se fazer sempre presente. Segundo ele: “Estando presente, vêem-se eclodir as desordens, e pode-se prestamente remediá-las, no caso contrário, só se terá delas notícias quando nenhum remédio mais valer” (MAQUIAVEL, 1977, p. 16). Na recente história política brasileira, podemos perceber que os governantes que não foram efetivos em gerir as articulações entre os poderes (Câmara Federal e Senado), delegando de alguma maneira para outros essa responsabilidade e, diferentemente dos conselhos escritos em *O Príncipe*, não se fizeram presente, talvez por isso, souberam da conspiração quando já era tarde.

De acordo como Nicolau Maquiavel (1977, p. 61), o príncipe precisa se tornar necessário para seus governados, pois caso contrário, na impossibilidade de o Estado realizar os desejos de seus súditos, fará com que eles queiram tomar o lugar do príncipe, ou trocá-lo, por outro que atenda a demanda. Entretanto, o governante prudente não dará tudo que os subjugados pedirem, afinal, eles também almejam o topo do poder.

O príncipe necessita ter virtude para chegar e permanecer no poder, no entanto, somente a virtude poderá não ser suficiente, é necessário harmonia com a “Fortuna”. Sobre essa “deusa romana” da riqueza e da sorte, diz: “A Fortuna, como mulher, é sempre amiga dos jovens porque são menos circunspectos, mais ferozes e com maior audácia a dominam” (MAQUIAVEL, 1977, p. 146-147). Maquiavel (1977, p. 142) explica que o governante não pode controlá-la totalmente, mesmo considerando que metade das ações humanas são regidas pelo próprio sujeito, a outra parte está a cargo da Fortú.

Assim, *O Príncipe* indica que para alcançar o poder é preciso ter estratégias, tomar decisões eficientes, mesmo que não amáveis. Velar para não despertar o ódio na população, usar a prudência, agir com astúcia, e se não puder ser amado, que seja temido. Estas virtudes são de suma importância para se governar bem e se manter no poder. Todavia, aconselha que sem ser destemido, sem se arriscar impetuosamente não atrairá a Fortuna, por conseguinte, não se permanece no poder.

4. Maquiavel no manual didático de sociologia

O manual didático: “Sociologia Hoje”, produzido pela editora Ática e de autoria de Igor José Renó Machado, Henrique Amorim e Celso Rocha de Barros, foi aprovado pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) para o triênio 2015, 2016 e 2017. Utilizado nos três anos do Ensino Médio, em volume único composto por 328 páginas, contempla as áreas de Antropologia, Sociologia e Ciência Política. Nesta mesma ordem, correspondem ao primeiro, segundo e terceiro ano do Ensino Médio. No primeiro ano é oferecida uma introdução *O que é a sociedade*, depois conteúdos antropológicos com o foco no tema *Cultura*. Para o segundo ano, no intuito é de se trabalhar com a sociologia e a temática escolhida foi *Sociedade*. E no terceiro capítulo, elaborado para o último ano, os discentes conhecerão a ciência política por meio do tema: *Poder e cidadania*.

O pensamento de Nicolau Maquiavel aparece nas seguintes partes: a primeira vez que o autor é mencionado, foi na seção *Sugestões de leitura*, indicando aos educandos lerem artigos da edição 141 da revista *Cult*, para perceberem “a influência de Marx e Maquiavel na concepção política de Gramsci” (MACHADO; AMORIM; BARROS, 2013, p. 151); a segunda fora no box *Perfil* (Ibid, p. 215), nesse quadro os

autores escrevem sobre a vida e obra do pensador, que de certa forma fora a parte mais relevante sobre o assunto abordado; na terceira vez que aparece Maquiavel no manual é para introduzir o conteúdo aos contratualistas: Thomas Hobbes, John Locke e Jean-Jacques Rousseau. Conforme o manual: “Maquiavel foi o grande pensador da fundação dos Estados. Mas o estado é uma forma de dominação, e, como vimos, a dominação precisa ser legítima” (Ibid, p. 2016); na seção *Você aprendeu que*, o autor é mencionado como o fundador da Ciência Política, nesse trecho expõem-se: “[...] que defendia estudar a política não apenas como ela deveria ser, mas também como ela é.” (Ibid, p. 222); por último, na seção *Concluindo*, depois de um fragmento do texto de Max Weber *A política como vocação*, os autores desenvolveram a seguinte pergunta: “Qual ideia de Maquiavel está relacionada a esse tema?” (Ibid, p. 301). Com essa pergunta, os autores esperam que os discentes percebam que o lugar onde vivemos é imperfeito, por mais que alguns setores da sociedade puguem que ele assim o é. Nesse sentido, como os valores sociais, a política também é uma construção humana, e, por conseguinte, (para esses moralistas que enxergam o mundo encantado) imperfeita. Em Maquiavel percebemos que a Política deve ser efetiva.

Maquiavel é indicado no manual didático como fundador da Ciência Política, mas no que tange as atividades propostas no questionário para os estudantes responderem, o tido fundador está quase esquecido, pois produziram apenas uma pergunta sobre seu pensamento. Sendo que os alunos iriam relacionar Maquiavel e Max Weber no que se refere a “vocação” para o sociólogo e para o cientista político. Todavia, no decorrer dos capítulos, o manual traz consigo simplificações sobre o pensamento de Maquiavel muito próximas do senso comum, transforma Maquiavel em adjetivo pejorativo ou um mero sonhador

que gostaria de ver sua pátria unificada. Afirma que o autor é limitado para analisar o Estado, já que para o mesmo necessita-se que as pessoas entendam e concordem com o julgo de seus governadores, como se o príncipe não fosse uma figura com essa característica de dominação.

Não apresentam nos textos as bases teóricas e metodológicas de Nicolau Maquiavel, conceitos como Fortuna e Virtude ficaram marginalizados, fundamentos esses que são de suma importância para compreender o pensamento do autor, além de simplesmente reproduzir a ideia de maquiavélico. Omite-se também o desejo, elemento fundamental na obra de Maquiavel, pois se trata do ponto propulsor das ações humanas.

Considerações finais

A escola moderna encontrou no decorrer do desenvolvimento do capitalismo o meio para alcançar a sua plenitude, nessas bases não se possibilita aos estudantes secundaristas um aprendizado significativo sobre o pensamento de Nicolau Maquiavel. Já que nessa forma histórica de organização do trabalho didático, o manual é quem dita o tom das aulas e o conteúdo a ser ensinado pelo professor. Por meio de nossa análise, é perceptível que o manual didático apresentou conteúdos sobre Maquiavel de forma rasa e pejorativa. Todavia, não enfatizaremos ainda mais esta questão, pois não se trata de um problema existente apenas no manual que estudamos, mas sim, e antes de tudo, um reflexo da banalização do conhecimento sociológico na educação básica no Brasil.

Da forma como estão distribuídas as poucas aulas de sociologia no Ensino Médio, a tarefa de ensinar os discentes se tornar inexequível mesmo pelo docente mais capacitado, pois em apenas uma hora aula por semana esse profissional não consegue propiciar a apreensão do

conhecimento aos alunos e alunas. Mesmo que a proposta temática do livro fosse unicamente o pensamento de Maquiavel, não seria possível uma aproximação justa com base num material que apresenta o conteúdo de forma fragmentada, simplificada e vulgarizada, num curto período de aulas e diante uma estrutura excludente de organização da educação. Nesse sentido, faz-se cada vez mais relevante à continuidade dos estudos sobre o trabalho didático, as políticas educacionais e as finalidades da educação na sociedade de classes.

A liberdade e o conflito, o desejo e a virtude, conceituações derivadas do pensamento de Maquiavel, são os meios pelo qual podemos refletir, nos posicionar e lutar por uma forma de sociabilidade promotora da equidade. Para isso, na escola, essas discussões devem ser temas centrais.

Referências:

ALVES, Gilberto Luiz. **O Trabalho Didático na Escola Moderna: formas históricas.** – Campinas-SP: Autores Associados, 2005.

_____. **Manuais didáticos de História do Brasil no Colégio Pedro II: do Império às primeiras décadas da República.** In: VIII Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas, 2009, Campinas, SP. História, Educação e Transformação: tendências e perspectivas. Campinas, SP: HISTEDBR, 2009. v. 1.

_____. Textos escolares no Brasil: da época jesuítica aos nossos dias. In: ALVES, G. L. (Org.). **Textos escolares no Brasil: clássicos compêndios e manuais didáticos.** 1. Ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2015, v, 1, pp. 5-60.

BRITO, Silvia Helena Andrade de. **A Organização do trabalho didático na história da educação.** Silvia Helena

Andrade de Brito... [et al.]. – Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR, 2010.

CENTENO, Carla Villamaina. **O Manual Didático Projeto Araribá História no Município de Campo Grande, MS (2008)**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, número especial, p. 20-35, mai. 2010 - ISSN: 1676-2584m.

COMENIUS, Iohannis Amos. **Didáctica Magna**. Trad. Joaquim Ferreira Gomes. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

MACHADO, Igor José de Renó; AMORIM, Henrique; BARROS, Celso Rocha de. **Sociologia hoje**. – 1. Ed. São Paulo: Ática, 2013.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-Crítica**. 8. Ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

POMPEU, Júlio. **Somos Maquiavélicos**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

11. OS USOS E ABUSOS DAS CONTRIBUIÇÕES DE MAQUIAVEL NA SOCIEDADE CONTEMPORANEA: FACETAS DE UM DEBATE INCONCLUSO

Ailton Souza¹

O que faz um livro ser considerado clássico? Esta questão trazida à baila por Alexander (1999) é fundamental para compreender mesmo que minimamente as contribuições de um autor como o florentino Nicolau Maquiavel (1469-1527). Ao ser definido como resultado primitivo do esforço de exploração humana um clássico conforme reporta Alexander é uma contribuição teórica que goza de *status* privilegiado em determinado campo do saber. O *status* enfatizado pelo autor significa que os modernos cultores de determinadas disciplinas acreditam que podem aprender tanto com o estudo de uma obra antiga como de uma recentemente lançada. Esta característica nos parece adequada para realçar a importância das obras deste autor, a quase quinhentos de sua morte.

Enquanto referência no debate político, a notoriedade de um dos seus principais trabalhos “O príncipe”, escrito em 1513 e publicado somente depois de sua morte em 1532, ainda continua sendo uma obra emblemática e objeto de interpretações divergentes. Foco de duras críticas por ser considerada extremamente cínica, maldosa e voltada a governos tirânicos na França e Inglaterra (BONDANELLA,

¹ Doutor em Ciência Política pela Unicamp e professor Adjunto do Curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – Campus de Paranaíba – MS. Email: ailtonsouza.uems@gmail.com

2005), a recepção do livro foi muitas vezes antagônica em países da Europa e de outros continentes.

As diferentes abordagens acerca da obra fomentam o debate ainda indispensável para a compreensão dos atores da política em diferentes sociedades. Embora muitas delas sejam positivas o maquiavelismo de modo geral vem sendo remetido à imoralidade e a má fé. Estes posicionamentos, não encontram guarida neste capítulo, haja vista que entendemos que a paixão e os valores morais não são os elementos centrais que irão influenciar o florentino.

A partir desta perspectiva o objetivo desta abordagem é estabelecer algumas breves correlações acerca das contribuições de Maquiavel contidas na obra “O Príncipe” com outras obras da filosofia e política contemporânea. Sob esta baliza, entendemos que o maquiavelismo na verdade tende a se sobrepôr a um maniqueísmo raso situado entre o bem e o mal, sendo na realidade já naquele momento uma contribuição científica ao nível da ciência contemporânea. Neste sentido, cremos que a intenção do autor era de estabelecer um conjunto de estratégias que seriam necessárias para defender os interesses em jogo político da época, ou seja, a manutenção do principado.

Partindo destas prerrogativas refletimos sobre alguns dos possíveis equívocos imputados ao autor em tom predominantemente pejorativo. Nesse sentido, organizamos este texto em três partes. A primeira contempla uma discussão centrada na teoria de Maquiavel e o panorama de sua recepção no Brasil. Já na segunda fazemos algumas breves análises à luz de duas obras: a de Karl Marx intitulada “Sobre a questão judaica” de 1843 e a de Friedrich Nietzsche “O anticristo” de 1888. Vale considerar aqui que as apreciações em tela não têm a menor pretensão de esgotar o tema em virtude da limitada incursão. Não obstante, na terceira e última parte tecemos

algumas observações gerais sobre o legado do autor e os usos corriqueiros de sua teoria.

Um breve panorama sobre o debate maquiavelista

As diversas obras do autor florentino Nicolau Maquiavel foram amplamente debatidas e analisadas ao longo de vários séculos por diversas disciplinas. Nas ciências sociais e, em especial na ciência política foi certamente um divisor de águas para interpretação da formação e manutenção de diferentes governos. Um traço interessante deste cenário está ligado às formas e às interpretações das contribuições do autor como um todo ou de passagens específicas. Especificamente em relação à obra do Príncipe na Europa, a tradução de Bondanella (2005) traz posições antagônicas indicando a acolhida tanto de posições mais simpáticas e receptivas, como de abordagens mais execráveis e hostis ao autor. Sob este contexto, Bondanella observa um Maquiavel voltado a entender o papel da elite política, bem como focado na independência da política da teologia. Além disso, o autor é interpretado como manual de regras das relações diplomáticas, guia de gerenciamento dos negócios práticos ou ainda como base para construção de um mito político para galvanizar a massa apolítica na articulação de uma ação revolucionária ou ainda como autor de um livro demoníaco.

As diferentes interpretações de Maquiavel também são verificadas no Brasil e a recepção das obras do autor a partir dos anos 1930 teve algumas especificidades. Conforme assinala Di Carlo (2018) a recepção do autor que chega ao país em 1931 a partir de uma perspectiva mais conservadora oriunda da necessidade de autoridade para conduzir o país. Outra perspectiva, mais a esquerda vai aparecer logo em seguida em 1933 quando a obra de

Maquiavel é usada como aporte para denunciar o autoritarismo. Sob esta perspectiva como afirma Di Carlo (2018), a recepção do autor florentino foi em linhas gerais adotado para interpretar a realidade do nosso país, ou seja, foi usado como ferramenta de instrumentalização. Em linhas gerais como aponta o autor é somente a partir dos anos 1980 que no Brasil a conotação de Maquiavel é associada ao republicanismo. As breves observações aqui arroladas enfatizam como o autor é recebido e interpretado inicialmente pela sociedade brasileira.

Não obstante, podemos dizer, como advoga Garibaldi de Mello Carvalho (1955), que a interpretação de Maquiavel, que era bastante difícil nos anos 1950, ainda permanece desafiadora, caracterizando o autor como um dos mais discutidos de todos os tempos. Carvalho nos indica parafraseando Charles Benoist – jornalista, diplomata francês e um dos exegetas do maquiavelismo, que existe diferentes tipos de maquiavelismos. Há um verdadeiro e um falso maquiavelismo, ou seja, há um maquiavelismo que é próprio de Maquiavel e um maquiavelismo em grande medida de inimigos de Maquiavel. Em face ao presente contexto teríamos segundo o autor a existência de pelo menos quatro tipos de maquiavelismo: O de Maquiavel, a dos maquiavelistas, a dos anti-maquiavelistas e aquele maquiavelismo dos que nunca leram Maquiavel, mas que se apropriam de seus enunciados.

Torna-se importante frisar em meio a este dilema, que não buscamos indicar qual tipo maquiavelismo seria o mais indicado ou correto, mas sim apresentar alguns indícios teóricos coerentes com uma proposta que seria muito mais científica do autor. Um primeiro passo neste sentido é tentar desmistificar ou retirar de Maquiavel os aspectos pejorativos e dar-lhe uma roupagem mais isenta dos valores morais lhes imputado. Observamos nesta linha de análise

que os conceitos maquiaveliano ou maquiavelista são menos carregados de sentido negativo. Todavia, em nossa breve abordagem entendemos que a interpretação mais pejorativa de Maquiavel e em especial do uso do termo maquiavélico destoam daquilo que minimamente o autor parece demonstrar para sua época. O fato de Maquiavel terminar sua vida na pobreza e a tentativa de não estabelecer juízos morais ao tratar o principado como algo independente ilustra um pouco melhor esta tese que é um indicativo significativo e minimamente suficiente para assumirmos que as atitudes e os posicionamentos de Maquiavel são voltados para um estrategista político, que tenta neste caso, deixar de lado seus desejos e paixões.

A partir desta perspectiva poderíamos supor que Maquiavel era autor que colaborava com o principado demonstrando orientações objetivas e desvinculadas de um conteúdo moral, religioso tendo em vista que, na verdade, o que estaria em jogo seriam os resultados do principado, que deveria ser forte e duradouro para os ocupantes do posto de príncipe. Tentando melhor compreender o autor e as interpretações em seu entorno, percebemos que há em Maquiavel todo um esforço em separar a política dos valores morais e religiosos que poderiam afetar o governo do principado. Talvez em alguma medida possamos dizer que os ensinamentos de Maquiavel influenciaram outros autores posteriores quanto a ideia, por exemplo, da emancipação do homem da religião e do estado político. Maquiavel por esta ótica não foi em nenhum momento “maquiavélico” dentro de uma conotação pejorativa, mas um pleno estrategista da política. Para entender melhor este cenário cabe retomar alguns aspectos em torno da compreensão da política, da moral e da religião em torno de Maquiavel.

Maquiavel: ciência ou moralismo?

Buscamos vislumbrar nesta seção alguns aspectos em torno da racionalidade e do pragmatismo político de Maquiavel considerando suas estratégias de manutenção de governo e sua busca por resultados efetivos no campo político. A atualidade de Maquiavel é significativa e nos permite este tipo de olhar. Porém, antes de abordar mais profundamente esta questão é preciso delinear a trajetória ou o olhar que buscamos captar em Maquiavel. Sob esta ótica nos atentamos a desvinculação de um Maquiavel da moral, da religião e da ética nos focando nos aspectos de um autor mais racional e científico. Conforme destacou Carvalho (1955), Maquiavel já foi alvo de inúmeros ataques sendo visto entre outros adjetivos como cínico, imoral, anti-ético e absolutista. Carvalho provoca o debate neste sentido questionando se de fato é Maquiavel autor de todos estes delitos?

A resposta a esta questão situa-se no fato de que Maquiavel privilegia a visão estratégica frente às críticas que negam esta sua potencialidade. Conforme mencionou Lyra (2007), Maquiavel aparece no século XVI como um crítico do conformismo religioso ao negar em linhas gerais a passividade e a aceitação das condições dadas em virtude do desprezo de coisas mundanas. Perspectiva, que se remete a questão moral que tornaria os homens segundo Maquiavel mais fracos, e deste modo, submissos à audácia de indivíduos que não encontrariam obstáculos para exercer a tirania enquanto os submissos de sofrer sem reagir ou buscar a vingança. No exame realizado por Ames (2006), a política estaria fora do conteúdo moral e acima do bem e do mal, à medida que Maquiavel poderia ser visto de modo similar a um estudioso de química que faria suas análises avaliando as reações químicas sem se preocupar com os resultados. O tratamento do jogo político por Maquiavel seguiria nesta mesma direção.

A prerrogativa suscitada por Maquiavel pode ser considerada em alguma medida o elemento que vai aparecer em obras contemporâneas, entre quais poderíamos citar brevemente no século XIX a obra de Karl Marx intitulada “Sobre a questão judaica” de 1843 e a obra de Friedrich Nietzsche “O anticristo” de 1888. Ambas as contribuições podem caracterizar elementos que condizem com a proposta de Maquiavel. No que tange à questão judaica, por exemplo, observamos um debate em torno da separação política do estado e da religião. É esta a ótica que permeia o debate central articulado por Marx em relação às análises e teses de Bruno Bauer. A ideia de fundo sem aprofundar em uma perspectiva comparativa *ipsis literis* situa-se na emancipação ou superação da religião que deve se situar em outro campo, ou seja, situar no meramente particular ou pessoal. Em uma passagem específica sem abordar aqui outros elementos Marx assinala a ideia de emancipação que nos parece, pelo menos indiretamente o que Maquiavel buscava sustentar, embora a perspectiva de estado ainda não fosse estabelecida. Isso pode ser identificado na seguinte passagem da obra de Marx:

A emancipação política do judeu, do cristão, do homem religioso de modo geral consiste na emancipação do Estado em relação ao judaísmo, ao cristianismo, à religião como tal. Na sua forma de Estado, no modo apropriado à sua essência, o Estado se emancipa da religião, emancipando-se da religião do Estado, isto é, quando o Estado como Estado não professa nenhuma religião, mas, ao contrário, professa-se Estado (MARX, 2010, p.48)

A abordagem de Marx, como observado, não faz nenhuma alusão direta a contribuição de Maquiavel. Todavia, nas entrelinhas deste enunciado está algo que liga a perspectiva amoral ou mais isenta do autor florentino

diante a uma concepção de estado. A secularização, premissa maior desta obra, ilustra uma dimensão de estado e da política. Esta lógica coloca Maquiavel, conforme destaca Lyra (2007), ao lado de outros grandes nomes como Giordano Bruno e Galileu. Maquiavel segundo Lyra afasta a explicação religiosa para compreensão do poder. Neste sentido, procura expulsar da política a metafísica separando a cidade de Deus da cidade dos homens.

Temos aqui a ideia de um Maquiavel mais “neutro” as influências externas ao estado. Esta dimensão é caracterizada por Carvalho (1955), que aborda um Estado em Maquiavel meramente político, ou seja, um Estado que se assenta na realidade humana. Sob este contexto, descarta-se um Estado extraído das abstrações da moral, da religião ou mesmo das positivações do direito natural, mas sim um estado estritamente voltado aos elementos humanamente reais, ou seja, para o homem e nunca contra ele. Esta perspectiva coaduna com a abordagem de Marx que enfatiza em sua obra “Sobre a questão Judaica” que a religião não seria mais razão e sim, apenas um fenômeno da limitação mundana.

A perspectiva de Marx no campo da filosofia também se relaciona a abordagem trazida por Nietzsche sob a dimensão do poder ou da potência, ou seja, no fato da junção entre política e religião constituir um entrave a liberdade e poder do homem. Neste sentido, podemos nos dirigir a Nietzsche (2002, p. 11), que faz certa provocação ao pensar:

“O que é bom? Tudo que aumenta, no homem, a sensação de poder, a vontade de poder, o próprio poder. E o que seria mal? - Tudo que se origina da fraqueza.” Indo mais longe nesta argumentação ainda temos: O que é felicidade? - A sensação de que o poder aumenta - de que uma resistência foi superada. Não o contentamento, mas mais poder; não a paz a qualquer custo, mas a guerra; não a virtude, mas a

eficiência (virtude desvinculada de moralismos). Os fracos e os malogrados devem perecer: primeiro princípio de nossa caridade. E realmente deve-se ajudá-los nisso. O que é mais nocivo que qualquer vício? - A compaixão posta em prática em nome dos malogrados e dos fracos - o cristianismo...”

A ironia da crítica aos valores morais suscitada por Nietzsche está explícita neste fragmento textual que indica um pensamento depreendido das circunstâncias e valores morais no âmbito do poder que permeia o homem na sociedade. Desta forma, sua abordagem pode ser relacionada à perspectiva já assinalada por Marx e muito antes pelo próprio Maquiavel em relação ao fortalecimento do estado. Fica caracterizado indiretamente neste fragmento um Maquiavel estrategista que busca consolidar um príncipe forte, que seria produto de um estado forte amoral. Fatores que seriam certamente indispensáveis para os resultados visado no sentido à manutenção de um governo ou do principado como um todo na época vivida pelo florentino.

Vale considerar deste modo mais uma vez que a interpretação da clássica frase atribuída a Maquiavel de que “os fins justificam os meios” pode ser em alguma medida equivocada. Para Anarovich (2014), esta frase possui uma conotação privada e certamente nunca teria sido pronunciada efetivamente por Maquiavel. Contudo, dada a tantas interpretações é possível que esta conotação também possa ser encontrada em alguma das diversas versões teóricas existentes. A própria tradução de Bondanella (2005), já enfatizava esta perspectiva que é até então equivocada nas traduções inglesas e inclusive portuguesas, pois na sua concepção o sentido correto teria mais haver com terminar uma matéria um assunto, ou seja, quando não existem outros meios independentes de estabelecimento de uma decisão e nenhum tribunal a qual apelar - haja vista, que poucos existiriam para os assuntos

políticos na época de Maquiavel – e o que importaria neste cenário seria “o resultado final”.

O resultado parece ser a métrica da política consolidada no clichê em torno das “regras do jogo”. Sob este contexto, não se trata de ser bom ou mal, mas sim de obedecer a princípios que norteiam, por exemplo, a manutenção do poder político. Os investimentos e os custos políticos das ações articuladas nas políticas podem ser diluídos nos meios adotados pelos atores envolvidos. Deste modo não fazer o que se espera, ou melhor, o que é necessário seria sempre uma aposta ariscada para um principado ou para governos contemporâneos. Em face aos fatores apresentados a figura Maquiavel na obra “O Príncipe” apresenta todos os predicados de obra científica a frente de seu tempo.

Maquiavel: os usos e abusos de um debate inconcluso?

O acolhimento e a interpretação fiel do autor florentino, em especial na teoria política brasileira é algo quase inalcançável dada a dificuldade em traçar o raciocínio fidedigno do autor que a mais de 400 anos tem sido lido, discutido e testado por acadêmicos e não acadêmicos. Um autor que consegue passar por esta longa jornada certamente é digno de prestígio. Isto notadamente não o exime de críticas, sejam elas voltadas a sua riqueza propedêutica, especialmente na política ou ao mesmo tempo de ser taxado de como anti-religioso e amoral.

Do ponto de vista científico podemos dizer que vários predicados estão presentes não havendo elementos concretos que coloquem este autor na marginalidade do conhecimento. Sob esta ótica faz pouco sentido uma interpretação pejorativa do autor, e em especial do uso da terminologia “maquiavélico” com sentido pejorativo. Outra interpretação em grande medida equivocada é a

célebre frase de que os “fins justificam os meios”. Se entendermos por esta ótica a própria vida do autor, podemos perceber que Maquiavel não usou desta premissa para nenhum benefício pessoal. Haja vista, que conforme menciona Carvalho (1955), Maquiavel morreu aos 58 anos na miséria, desempregado, endividado e desprestigiado pela sociedade política da qual sempre buscou assessorar. O autor, no entanto, buscou até o fim dos seus dias preservar toda sua honra e lealdade, coisas que na política moderna em grande medida caiu em desuso.

As diversas interpretações, o debate e os usos e desusos da sua obra ou teoria em relação a sua vida ainda pode ser colocado como incluso, desafiador e pertinente a revisão. Isto vale inclusive para o curto artigo que aqui apresentamos que defende um maquiavelismo não pejorativo, mas sim científico. Obviamente que em um curto texto não é possível trazer todos os elementos que são indispensáveis para um exame mais criterioso, contudo isso não foi o objetivo perseguido neste artigo, que buscou provocar o leitor e defender a leitura científica. Certo das limitações deste texto que buscou caminhar de modo descomprometido, esperamos ter lançado dúvidas que provoquem e levem os leitores a novos exames e pesquisas neste campo que ainda pode certamente ser aprofundado.

Referências

- ALEXANDER, Jeffrey. A importância dos clássicos. In: GIDDENS, Anthony, TURNER, Jonathan (Org.). Teoria social hoje. São Paulo: Editora UNESP, 1999, p. 23-90.
- AMES, José Luiz. Natureza humana, dever moral e finalidade do estado em Maquiavel. Reflexões, Campinas, nº 31, dez, 2006, p. 63-70.

ARANOVICH, Patrícia F. Notas sobre as relações entre fim e meios em Maquiavel. In: SALATINI, Rafael; DEL ROIO, Marcos (Org.). Reflexões sobre Maquiavel. Marília: Oficina Universitária, São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014, p. 21-36.

CANO, Jerônimo, M; AYALA Jesus G. Jacques Maritain y Raymond Aron sobre el maquiavelismo (1934-1982): un momento maquiavélico francés. *Revista de Estudios Políticos*, nº. 176, 2017, p. 281-307.

CARVALHO, Garibaldi, M. Machiavel e o Estado. In: VILLELA, José. R. (Org.). Introdução ao pensamento político. São Paulo: Instituto de Sociologia e Política/SESC/SENAC, 1955, Não paginado.

DI CARLO, Josnei. Maquiaveis brasileiros: notas sobre leituras de Maquiavel no Brasil. *Revista Tomo*, dez, 2018, p. 271-300.

LYRA, Rubens Pinto. Maquiavel: o estado como promotor da estabilidade e do progresso da nação. In: LYRA, Rubens Pinto (Org). Teoria política: do renascimento à contemporaneidade. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2007, p, 22-34.

MACHIARELLI, Niccolo (1469-1527). O príncipe e dez cartas. Tradução de Sérgio Bath, 3º Ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

_____. The Prince. Trad. Peter Bondanella. Oxford, 2005.

MARX, Karl. Sobre a questão judaica. São Paulo: Boitempo, 2010.

NIETZSCHE, Friedrich, W. Além do bem e do mal ou prelúdio a uma filosofia do futuro. Curitiba: Editora Hemus, 2001.

_____. O anticristo. Livro de domínio Público. Versão eletrônica. 2002.

PERRY, Michael J. Morality, Politics and Law. New York: Oxford, 1988.